

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

MAYA ALEJANDRA BENAVIDES DEL CARPIO

"TOU TE CUIDANDO"

**PRÁTICAS DE POLICIAMENTO E CUIDADO DOS GUARDAS DE
SEGURANÇA PRIVADA EM PORTO ALEGRE E VIAMÃO.**

PORTO ALEGRE
2017

MAYA ALEJANDRA BENAVIDES DEL CARPIO

"TOU TE CUIDANDO"

**PRÁTICAS DE POLICIAMENTO E CUIDADO DOS GUARDAS DE
SEGURANÇA PRIVADA EM PORTO ALEGRE E VIAMÃO.**

Trabalho apresentado ao Programa
de Pós-Graduação em Antropologia
Social do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como
requisito para obtenção do título de
Mestre em Antropologia Social.
Orientadora: Claudia Fonseca.

PORTO ALEGRE
2017

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre.

Banca Examinadora:

Profa. Dr.^a Claudia Lee Williams Fonseca (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFRGS

Profa. Dr.^a Ceres Vitoria
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFRGS

Prof.^a Dr.^a Patrice Schuch
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFRGS

Prof.^a Dr.^a Susana Durão
Programa de Antropologia – UNICAMP

**Porto Alegre
2017**

CIP - Catalogação na Publicação

Benavides , Maya
"TOU TE CUIDANDO" PRÁTICAS DE POLICIAMENTO E
CUIDADO DOS GUARDAS DE SEGURANÇA PRIVADA EM PORTO
ALEGRE E VIAMÃO. / Maya Benavides . -- 2017.
128 f.
Orientadora: Claudia Fonseca.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Antropologia. 2. Segurança Privada. 3. Poder. 4.
Policimento. 5. Cuidado . I. Fonseca, Claudia,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

A todos que ajudaram nesta pesquisa com dados, referências, leituras, comentários e entusiasmo, agradeço profundamente:

A Paulo, Regis e Chico quem realmente possibilitaram toda a pesquisa.

À Claudia Fonseca, pela orientação e paciência.

A Denis Jardim pelas aulas e a diferença.

A Patrice Schuch e Vitoria Ceres pelo tópicos que marcaram a linha teórica desta dissertação.

A Edna e Mary.

A Clementine, por estar sempre.

A Olala e Chino.

A Alejandro.

A Jorge e Mouna.

RESUMO

A presente dissertação analisa as práticas dos guardas de rua do Bairro Petrópolis e de um guarda de várias pequenas empresas de segurança privada, em Viamão, a partir da proposta de que são práticas de policiamento privado e cuidado doméstico que se inscrevem nas margens do Estado.

Desde a cotidianidade dos guardas e suas interações com várias habitantes das ruas, donos de casas e estabelecimentos, policiais e outros guardas, se descreve o cotidiano dos guardas que realizam uma intermediação constante entre setores antagônicos. Eles oferecem um serviço historicamente doméstico de proteção dos setores mais acomodados, e uma negociação constante com os setores mais marginais dos quais eles mesmos provêm. Ao mesmo tempo, tendo que agir e se relacionar com os agentes policiais que nem permitem nem proíbem totalmente o agir dos guardas.

Desde essa parte mais etnográfica, a dissertação aborda aquele questionamento antropológico ao monopólio estatal da violência, porém desde as margens que o próprio Estado tacitamente inclui na sua governabilidade.

Palavras chave: Segurança, Estado, Margens, cuidado, policiamento.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the practices of the street guards of the Petrópolis neighborhood and of one guard of several small private security companies based on the proposal that they are practices of policing and care that are inscribed in the margins of the State.

From the daily life of the guards and their interactions with various social strata (street dwellers, homeowners, policemen and other guards), specific situations are described with the aim to be both policing, in the sense of control over certain spaces and social strata, and care that touches the vulnerabilities and fears of other social strata. The guards practice an strategic ambivalence between antagonistic sectors. They offer a historically domestic service of protection from the more affluent sectors, and a constant negotiation with the most marginalized sectors from which they themselves come. At the same time, having to act and relate to police officers who neither fully allow nor forbid the guards to act.

From this more ethnographic part, the dissertation approaches that anthropological questioning to the state monopoly, only that from the marginal spaces that the State itself tacitly validates.

Keywords: Security, State, Margins, care, policing.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo 1. Construindo o tema da pesquisa.....	15
1.1. Localizando o tema no debate sobre segurança.....	15
1.1.1. Segurança privada. Proximidades e diferenças com a segurança pública.....	16
1.1.2 A segurança privada como “resposta excepcional” ao crime. A retórica da crise de segurança.....	23
1.2. Segurança privada: uma questão de cuidado.....	32
1.2.1. A vulnerabilidade.....	33
1.3. O método da pesquisa e o lugar de onde se fala. 37	
Capítulo 2. Bairros da pesquisa. Os guardas da segurança privada.....	43
2.1. Viamão, Santa Isabel e Santa Cecília.....	44
2.1.1. O Paulo.....	48
2.2. Bairro Petrópolis.....	51
2.2.1. O Regis.....	55
2.2.2. O Betinho ou Giver.....	57
2.2.3. O Chico.....	59
2.2.4. O Viana.....	61
2.3. Algumas considerações gerais sobre os guardas.....	63
CAPÍTULO 3. O cotidiano dos guardas da segurança privada: Os policiamentos Privados.....	66
3.1. "Não onde está minha placa. Não na minha rua". Vigilância e patrulhamento privados.....	67
3.1.1. O contraponto da segurança privada: o medo dos guardas.....	73
3.2. O jogo de cintura.....	76
3.2.1. Tensões, controle e punição.....	80
3.3. Diferença e Proximidade. Interações entre guardas e policiais.....	89
3.4. Segurança e ordem nos bairros.....	95
CAPÍTULO 4. O cuidado.....	98
4.1. “Tô te cuidando” Identificação do cuidado dos “outros”.....	98
4.2. Práticas de proteção e cuidado dos guardas. Cuidando o sono. Cuidando a rua. Cuidando a Casa.....	101
4.3. Segurança privada das casas: o cuidado masculino.....	110
CAPÍTULO 5. Conclusões.....	113
5.1. O poder do guarda.....	113
5.2. Tecnologias de governo não estatais.....	117
REFERÊNCIAS.....	122

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Mapa Bairro Santa Cecília, Viamão.....	44
Mapa Bairro Petrópolis.....	52

INTRODUÇÃO

Não é muito estranho para quem habita a cidade de Porto Alegre, identificar os guardas de rua ou estar familiarizado com alguma sinal (placas, câmeras uniformes ou viaturas) da presença da segurança privada, ao final, como explica um dos pesquisadores que contribuíram neste texto, na cidade se habita sob vigilância privada quase o tempo todo.

O uso recorrente do argumento da segurança mobiliza recursos, políticas públicas, ferramentas, pessoas e leis, possibilita argumentos como o medo, a crise de segurança, que impulsionam a proteção patrimonial, o transporte de valores, e até o combate a criminalidade. Sob a grande importância que tem a segurança nestes tempos, a vigilância quase absoluta foi aceita quase sem ser refletida, de aí a importância de pesquisar sobre este tema, partido de um enfoque menos espetacular, talvez mais naturalizado, porém necessário para entender como a segurança atravessa a convivência, forma parte da habitabilidade e condiciona práticas que transbordam a procura da segurança e atingem formas de governar e ordenamentos públicos e privados que parecem difusos por estarem precedidos pela necessidade de segurança.

Esta dissertação tem como objetivo iniciar uma compreensão das práticas dos guardas de segurança privada, em bairros residenciais de Porto Alegre e Viamão, a partir da aproximação etnográfica, para compreender o que protegem, qual segurança oferecem, como a fornecem, como a fazem acontecer, e quais as formas em que tudo isso entra em relação com as formas de habitar a cidade.

Assim, a pesquisa trata das práticas dos guardas de segurança privada às quais me aproximei acompanhando-os nos seus momentos de trabalho e escutando muitas das suas lembranças nas horas em que “não acontecia muita coisa”. Estive com eles nas ruas entre fevereiro e novembro de 2016, retornando as visitas só no início de 2017. Dois espaços alternam-se nesta pesquisa. Um deles é a área metropolitana de Viamão, as vilas Santa Isabel e Santa Cecília, onde conheci o Paulo, um dos guardas de segurança com quem, a partir da sua trajetória laboral, visitei três empresas de segurança privada. O outro espaço é o bairro Petrópolis, em Porto Alegre, onde acompanhei as práticas dos guardas (Regis, Betinho, Chico e Viana) que fazem o trabalho de vigilância e zeladoria nas ruas.

Ainda que, a partir da minha presença no bairro Petrópolis e nas Vilas Santa Isabel e Santa Cecília, falei com alguns moradores, e conheci algumas das suas

percepções e práticas de segurança, a dissertação está construída fundamentalmente a partir da minha interação com os guardas e da minha percepção de sua visão de mundo para refletir sobre o tema da segurança, que parece se apresentar como o grande motor de inúmeras ações, políticas e justificativas.

Concentrar-me nas práticas da segurança privada, dos guardas, significou descer ao cotidiano, compartilhar tempo com ele, acompanhá-los, escutá-los, e observá-los nas rotinas do seu trabalho. Este viés deixa vários aspectos fora da análise – como o ponto de vista, de maior importância, dos diretamente afetados pelas práticas dos guardas, ou seja, os que habitando ou transitando as ruas dos clientes viram “*suspeitos*” -, porém foi uma importante ferramenta para entender a segurança privada desde o núcleo mesmo daqueles que a fazem acontecer. Deparando-me com que muitos deles, pertencentes aos mesmos bairros que pertencem os considerados *suspeitos*, têm um ponto de vista fortemente crítico sobre a segurança privada, mas que, no entanto, não os impede de virarem a fronteira entre camadas sociais.

A segurança privada dificilmente pode ser pensada isolada da segurança pública. Ambas as formas de segurança encontram-se e afastam-se segundo os contextos e circunstâncias ao longo da história e da atualidade. Desde períodos históricos prévios à centralização da violência e à criação da polícia, existia uma interação entre as forças privadas e o poder centralizado (de Almeida, 2014, Possamai, 2010; Bretas e Rosenberg 2013) e esse cenário vem flutuando entre maiores e menores coexistências, mas mostrando que a segurança privada, antes denominada milícias ou guardas dos coronéis, ou capangas, é uma construção social que tem uma significância muito mais profunda do que a “novidade” da segurança privada.

Desta perspectiva, a segurança parece estar vinculada, por um lado, às forças especiais que têm o uso *legítimo* da violência, como explica Fassin (2010) o contrato social exposto por Weber implicaria, no seu modo ideal, em uma troca na qual a população outorga a legitimidade e o monopólio da violência às forças estatais, e em retribuição, recebe a segurança (Fassin, 2016). E por outro lado a segurança também nos leva a enxergar os elementos que estão nas profundezas dessa troca, diferenciações sociais, privilégios, iniquidades, e instrumentalização do medo.

Mas a segurança, como tema de pesquisa, parece estar vinculada ao estado e ao público, Durão (2008) Fassin, (2015) Pastore (2016) Do Amaral (2016) (Zanetic, 2010), Lopes (2012) e as contribuições do grupo Surveillance Studies, alcançam a dimensão das práticas dos agentes de segurança, em instituições ou organizações formais,

institucionalizadas e regulamentadas legalmente. No entanto, a segurança privada parece ser mais difusa e emaranhada, Zanetic (2010) e, sobretudo Lopes (2012), insistem em que a dimensão oficial da segurança privada é somente a ponta do iceberg, essa amplamente reconhecida existência das empresas informais já nos sugere que o tema tem mais do que aquilo que fica visível.

A localização da presente pesquisa, numa direção diferente, oscila nas margens do não legislado, o que não quer dizer que seja dentro de um âmbito ilegal¹. As empresas de segurança privada que não tem alvarás ou tem “observações” por parte do SINDESPRS ou da FENAVIST, são denominadas empresas “clandestinas” desde estas instituições. Esta denominação aponta ao caráter “ilegal” das empresas, porém na prática, essas empresas e os guardas que trabalham individualmente, tem uma aceitação que funciona muito melhor do que os alvarás de funcionamento ou a afiliação ao sindicato das empresas privadas pelo que seu campo de atuação na segurança somente fica escondido ou evitando o encontro com os agentes estatais quando algum evento ou abuso detona a intervenção estatal. Devido a esta realidade, não chamarei a segurança privada “ilegal” de “clandestina” como sugerem as instituições formas de segurança privada. Localizarei este ramo da segurança privada no campo da informalidade já que considero que situa melhor tanto a sua existência (permitida pelos agentes do Estado) quanto suas práticas.

"A literatura especializada sobre a informalidade convencionou associar a origem do termo setor informal à Hart, antropólogo inglês que pesquisou as oportunidades de renda e o emprego urbano em Gana. Nos estudos do referido autor, o setor informal demonstra como a camada mais pobre da população do país – os *urban sub-proletaria* (HART, 1973, p.61) – obtém seus rendimentos por meio de atividades econômicas fora do alcance das instâncias formais de regulação." (Brandão, 2015: 271-272).

¹ Cabe chamar a atenção ao caráter não legislado da atividade dos guardas de rua e de zeladoria, fato que pode ser visto tanto no site da Polícia Federal quanto no Site do Sindicato de Empresas de Segurança Privada e na Pesquisa em Administração de Da Cruz (2011). Este autor, além dos dados sobre a área de segurança, coloca em contraste as legislações laborais a partir do porte de arma que estão bem regulamentadas faz décadas. A área de zeladoria, onde entram os guardas de rua – que não tem porte de arma permitido -não tem legislação específica nem definida.

A definição da informalidade inclui tanto o caráter inapreensível do trabalho dos guardas quanto sua condição econômica, já que os guardas de rua, todos eles, são moradores das favelas (ou vilas, como eles definem seus bairros). Os guardas de rua estão localizados naquele espaço que, por não estar definido, fica fora, tanto das sanções e controles, quanto dos benefícios trabalhistas, e pareceria se situar mais próximo dos serviços domésticos de proteção, provavelmente tal qual no percurso histórico se localizaram os “exércitos” privados.

Essa localização me permitiu abordar dimensões não pesquisadas e centralizar o olhar etnográfico nos protagonistas da segurança privada cotidiana: os guardas e suas práticas para além das regulamentações.

Privilegiar o aspecto informal da segurança privada, no entanto traz maiores complexidades. Por um lado, enquanto ao caráter não legal das empresas com as que se trabalha e a impossibilidade de as analisar segundo normativas ou regulamentações que partem dos princípios da oficialidade. Por outro lado, problematizar o poder e a autoridade não como existências instituídas, por exemplo, os guardas de rua não figuram, formalmente, dentro dos estatutos, leis, ou controles federais, tipicamente associados ao campo da segurança privada tal qual a imaginamos na atualidade (empresas, centros de monitoramento, câmeras e guardas fardados). Segundo o Sindicato de Segurança Privada (SINDESP_RS) e a Polícia Federal, órgão supervisor da segurança privada, os guardas de rua poderiam encaixar, dentro da categoria de zelador ou síndico, ainda quando não são nem um nem o outro. Também não entram dentro da chamada segurança privada *clandestina*, que define as empresas, sobretudo pequenas, que não cumprem com os requisitos para ter o alvarás da Polícia Federal, órgão encarregado da supervisão da Segurança Privada. E, a pesar disso tudo, os guardas são reconhecidos como tais, o que nos demanda o esforço de pensar a autoridade, o poder e as dimensões da segurança privada a partir das complexas interações e relações que dão sentido a estas formas de segurança.

Nas sendas da informalidade, os contratos e relações laborais dos guardas de segurança privada entram nos ambientes do privado, no âmbito das particularidades de pessoas específicas com necessidades pontuais. Os contratos verbais ou escritos dos guardas informais, mas não registrados no cartório, não incluem os serviços que fornecem segundo as necessidades específicas de cada cliente. Desta forma, muitas

destas relações laborais pareceriam estar mais próximas de relações laborais de serviço doméstico que são negociadas constantemente.

Quando se trata de entender como os guardas compreendem as necessidades dos seus clientes, vemos que as vulnerabilidades, os medos, os constrangimentos desses clientes são atendidos mediante uma série de práticas de cuidado que os guardas têm com seus empregadores, e vice-versa. Os guardas, oferecendo atenções especiais para os clientes, assim como recebendo presentes e comida deles, geram relações laborais que estão mais próximas do doméstico do que do trabalho formal. No caso dos guardas de rua eles não possuem carteira de trabalho assinada, nem fazem os contratos no cartório, mas na área da segurança este tema nos abre as portas para reflexões transcendentais sobre as convivências urbanas. Como diz Brites: "o serviço doméstico pauta-se em relações de trabalho clientelistas numa época marcada pela cidadania" (Brites, 2000:12).

A noção do privado, recorrentemente relacionada em oposição à noção do público, no tema da segurança, faz uma referência obrigatória aos interesses particulares dos clientes, ou seja, às necessidades de pessoas que contratam segurança privada para suas moradias ou estabelecimentos. Neste panorama, entender a segurança privada permeia uma aproximação necessária com a cidadania, com as diferenças de cidadania, entre aquelas que podem contratar segurança privada e aquela que não e, ainda mais sutilmente, com a aprovação das forças públicas sobre a ação da segurança privada em função dessas diferenças de cidadania. Assim, Estado, cidadania, polícia e população interagem em dinâmicas de segurança que se apresentam muito mais complexas, cotidianas e naturalizadas do que uma agenda pública de segurança.

Pesquisar a segurança privada, como pesquisar qualquer tema relacionado com as forças que controlam, de forma legítima ou ilegítima, o poder de coibir outros, de vigiar e controlar, é sempre difícil. Pareceria que parte do contrato social, nos termos de Weber (Fassin, 2010), estaria complementado pela reserva e o segredo sobre o agir destas forças. Isto não é algo que é comentado pelos pesquisadores, somente, é parte legal da confidencialidade dos informes e informações do Estado (a lei de arquivos é explícita quanto ao caráter reservado de várias informações; provavelmente as mais polêmicas são as demandadas por familiares de desaparecidos chocando-se com

legislações que protegem o segredo do Estado por até 30 anos²). Ainda que este caráter fechado das forças policiais privadas e públicas seja parte da racionalidade mesma do Estado, cabe enfatizar o quanto se fomenta um vazio cognitivo, deixando que temas como a violência legítima permaneçam dentro de um sigilo reforçado pela pesquisa social em tanto que a violência não estatal è amplamente abordada gerando uma opinião publica e significações sobre ambas, no mínimo desbalanceadas. O que este sigilo provoca, além do desconhecimento, é reforçar algumas tensões sociais. Por um lado, a falta de pesquisa social, ou o tempo de espera para o acesso a dados, impede que pesquisas colaborativas com processo de ressarcimento sejam feitas com maior eficácia. Por outro lado, se reforça a normalização e naturalização da inacessibilidade da pesquisa às áreas estatais, salvo casos de participação ativa no mesmo Estado. Ao mesmo tempo, isto reforça que as pesquisas colaborativas fiquem mais próximas da denúncia do que da análise e reflexão das práticas estatais violentas. O resultado disto tudo é que o caráter fechado e a dificuldade de pesquisa sobre estes campos reforça o poder das forças consideradas legítimas no uso da violência. Nesse sentido, esta dissertação, mesmo que entrando pelas experiências mais cotidianas e nos comentários e opiniões dos guardas de rua, e não pelas grandes empresas ou as forças estatais de segurança, è uma contribuição para pensarmos e refletir um fato importante, presente no tema da segurança privada e da segurança em geral: as violências legítimas.

Organizei a dissertação iniciando por uma localização da segurança privada no tema da segurança no primeiro capítulo, no qual também apresento algumas das noções que foram emergindo no decorrer da pesquisa. Esta primeira parte também tem uma reflexão sobre o tema e minha localização dentro dele, importante reflexão para quem se aproxime desta pesquisa procurando a típica antropologia empática, pois não será isso o que se apresenta aqui. No segundo capítulo, apresento muito sucintamente os espaços da pesquisa e os guardas com os quais a desenvolvi. A intenção foi de tornar inteligível o contexto para quem não é da região. O terceiro capítulo apresenta as várias experiências dos guardas, tanto nas empresas quanto nas ruas, a partir do viés dos policiamentos privados das ruas. O quarto capítulo apresenta o lado do cuidado nas práticas dos guardas, explorando as dimensões mais domésticas das interações deles

² Na lei de arquivos atual, 2011, o máximo de anos de sigilo e restrição da informação do Estado são 25 anos. Na lei anterior vigente até 2011, o máximo eram 30 anos sendo possível prorrogar este tempo por mais 30 anos, e em alguns casos envolvendo danos a pessoas, o tempo máximo era de 100 anos (lei de arquivos, 1991).

com seus clientes sob a perspectiva do cuidado. Finalmente, o quinto capítulo, apresenta as conclusões do trabalho inter-relacionando os pontos anteriores com o debate sobre as margens do estado e a cidadania.

Capítulo 1.

Construindo o tema da pesquisa.

O presente capítulo apresenta os resultados da revisão bibliográfica no processo de construção do tema de pesquisa. Está subdividido em quatro partes. Na primeira parte faço um convite para entender a segurança privada sem afastá-la do grande tema da segurança a partir das noções de policiamento, controle, vigilância e punição como atividades que não são exclusivas do Estado. A segunda parte é uma revisão ainda que breve (tanto por se tratar de uma dissertação quanto porque o tema em si está emergindo no debate antropológico) do tema da segurança privada a partir da narrativa da crise e da sua localização em umas margens do estatal. A terceira parte do capítulo explora a noção de cuidado - em geral usada em campos totalmente diferentes como o da saúde, mas que, a partir da pesquisa etnográfica se apresenta como a noção que melhor reflete determinado tipo de práticas dos guardas de segurança privada - finalizando com a apresentação do objeto da pesquisa. A quarta e última parte do capítulo apresenta o método da pesquisa e o lugar de fala da pesquisadora com os quais espero nortear o tema, tanto a partir das noções usadas quanto das particularidades do texto e do processo de pesquisa.

1.1. Localizando o tema no debate sobre segurança.

Apesar de focar o tema na segurança privada, não procuro isolá-la da segurança pública, que compreende vários campos da administração estatal. Porém, farei um primeiro recorte aqui, procurarei entender as proximidades entre segurança privada e segurança pública a partir das suas práticas cotidianas, vigilância, controle, ameaça do uso da violência, diversas punições (o que caracterizaria o policiamento³), e da sua implicância na convivência (o que localizaria ela nos debates mais abrangentes de segurança, ordem, margens do estado e diferenças sociais).

³ O conceito de policiamento que resume Zanetic (2010), refere “uma forma particular de controle, alicerçada por atributos específicos de sistemas de vigilância e ameaças de sanção, e conduzido por uma ampla variedade de diferentes corpos e agentes que possuem como a sua principal atividade a manutenção da ordem e a promoção da segurança” (Zanetic, 2010:44) o qual permite, sobretudo, não restringir a atividade de policiar à instituição policial e estabelece sua conexão com a segurança

1.1.1. Segurança privada. Proximidades e diferenças com a segurança pública

A pesar de serem consideradas incipientes ou iniciais (Lopes, 2012), as pesquisas sobre o tema da segurança privada oferecem importantes aportes para refletir sobre as práticas cotidianas de policiamento privado. Em muitas delas a segurança privada é analisada como algo diferente à segurança pública (Zanetic, 2010, Lopes, 2012, Pastore, 2016) No entanto, e ainda não sendo iguais, segurança pública e segurança privada tem uma proximidade pouco problematizada.

Desde os fluxos dos encontros e afastamentos na história do policiamento, o surgimento da segurança privada “atual” formada e iniciada desde agentes estatais, e as práticas controversas da participação de policiais e militares no fornecimento de segurança privada, agentes estatais e guardas (ou vigilantes) privados agem e interagem na dimensão do uso da violência legítima e da defesa de uma ordem estabelecida (pública ou privada) que muitas vezes é a mesma.

A pesquisa historiográfica mostra uma imbricada relação entre forças privadas e públicas de vigilância, controle e punição, tanto que para de Almeida (2014): “Pode-se dizer da sociedade que vinha se formando desde o início da colonização que se tratava de uma sociedade armada, isto é, uma sociedade com capacidade para obter e empregar armas independentemente das instâncias governamentais.” (de Almeida, 2014:8). Como bem descreve essa pesquisa, a presença ampla e generalizada de “exércitos” privados, ao serviço de proprietários de grandes parcelas de terra, era algo freqüente, entre 1824 e 1870, assim como a disposição e possibilidade de que estes exércitos pudessem entrar em conflito uns com os outros ou contra os poderes centrais. E esta presença, segundo a mesma pesquisa, não somente caracterizaria a construção de uma sociedade armada, mas também a formação inicial das forças policiais modernas a partir de uma relação tensa de ação simultânea e às vezes compartilhada.

“É preciso apontar, então, que a organização das forças armadas do estado se definia grandemente em relação à sociedade armada. A maneira como foram encaminhados os problemas relativos ao monopólio estatal das armas ou à constituição de uma reserva operacional de homens e ao melhor meio de promovê-la, por meio de sorteios ou de serviço militar obrigatório, podem ser mais bem compreendidos ante a força desta sociedade. Mais do que simplesmente observar que o estado não detinha o monopólio da

violência armada é preciso considerar que era a sociedade armada que de maneira ativa o impedia de, efetiva e legalmente, estabelecer este monopólio.” (de Almeida, 2014:7).

De Almeida aponta que longe de o estado ter somente forças armadas particulares e exclusivas, recrutava temporalmente, com a prévia aceitação dos proprietários de terras, os homens que eram parte dos “exércitos” privados. Possamai (2010) aprofunda também sobre como as denominadas milícias particulares foram parte substancial da formação do exército brasileiro na época da guerra com o Paraguai. Ambas as pesquisas historiográficas mostram uma longa existência paralela de forças armadas, de segurança, privadas e públicas.

Essa coexistência flutua com altas e baixas segundo períodos e contextos específicos. Assim, depois da guerra com o Paraguai, as forças policiais e militares se consolidaram como forças especializadas e específicas (de Almeida, 2014; Possamai, 2010; Bretas e Rosenberg 2013), a partir do qual tanto sua conformação quanto algumas das pesquisas focaram-se na figura emergente e valorizada do policial, do agente estatal, se diferenciando de agentes da ordem e controle privados que deixam de ser parte do interesse na pesquisa sobre as forças da ordem provavelmente por serem entendidos como “ultrapassados”. A pesquisa sobre o controle, e punição que determinados contingentes humanos praticavam, na Primeira República, baseia-se principalmente nos agentes estatais.

Mas, algumas pesquisas mostram que a coexistência e co-atuação de agentes estatais e não estatais de repressão e controle, permaneceu de formas diversas. Um trabalho importante neste sentido é o de Ayoub (2015) sobre os jagunços na década dos 70, no conflito pela terra no setor do Pinhão, pesquisa na qual se descreve o papel de guardas privados ao serviço dos interesses da empresa madeireira Zattar, realizando tarefas de vigilância, controle e expulsão, de posseiros. Cabe salientar que na pesquisa também ressaltam as memórias sobre a existência de pistoleiros, outra figura de repressão e segurança privada ausente, quase absolutamente da pesquisa sobre policiamentos muitas vezes por serem associados ao âmbito rural (Kant de Lima, 2000).

A outra pesquisa que brinda uma importante linha para aprofundar é a de Thais Battibugli (2006) na qual encontramos uma menção à Guarda noturna como um tipo de policiamento privado, resultante do “descuido” das tarefas usuais da polícia que

aconteceu na década dos 30, período no qual e até o fim do regime militar, privilegiou-se a polícia política tanto na atenção política quanto econômica e de interesse público.

Segundo Battibugli (2006), esta guarda noturna era uma segurança privada, que logo seria incorporada às polícias do governo de Vargas precisamente para evitar a existência de forças privadas.

“Em 1954, a Guarda Noturna foi incorporada à Guarda Civil. Criada em 1934, a Guarda Noturna tinha por função fazer policiamento noturno das 22 às 6 horas na capital. Funcionava como uma associação particular, já que suas verbas provinham apenas da arrecadação dos cidadãos que contratassem seus serviços e com subvenção do Estado. Em 1940, foi criada a GN de Santos nos moldes da GC de São Paulo. Nessa ocasião, foi proibido o policiamento noturno privado na cidade, para não haver concorrência”. (Battibugli, 2006: 56, sublinhado próprio)

Ao mesmo tempo, é um início pouco difundido, da regulamentação e uso estatal dos serviços de segurança privada: “Depois da junção das Polícias os órgãos públicos começaram a contratar segurança privada. No dia a dia a relação era amistosa; o problema era “corporativo”. (Entrevista – Del. Bismael Batista de Moraes – ex-Guarda Civil - 22/11/2005, apud Battibugli, 2006:273). Um trabalho que até era realizado conjuntamente e que reforça nossa idéia da proximidade entre segurança privada e pública.

O início da segurança privada mais difundido, pela criação dela a partir de uma legislação específica (o Decreto Federal de 21 de outubro de 1969), estabelece que essa proximidade não possa ser mais do mesmo teor, mas dentro de uma maior subordinação e controle por parte do estado sobre as forças privadas.

Mas, entre a regra e a prática existem trechos que podem ser muito amplos. A constante denúncia da participação de policiais e militares nas empresas de segurança privada, mostra que para além das sanções legais, na prática segurança privada e pública estão complexamente imbricadas.

Na atualidade a segurança privada passa por um crescimento considerável que até ultrapassa em quantia a presença da segurança pública (Lopes, 2012) e sendo assim, ela é um campo importante no debate antropológico sobre as relações e as formas de governar. Fassin (2005 e 2015) aponta a importância da segurança precisamente na sua implicância com esferas das políticas públicas e sociais:

A polícia, os tribunais, as prisões, os serviços sociais e as unidades de saúde mental representam a dimensão dual da ordem e da filantropia, da coerção e da integração, ou, melhor ainda, ilustram os múltiplos aspectos de uma noção tão central quanto ambígua nas sociedades contemporâneas: segurança, termo que significa a proteção de pessoas contra atividades criminosas e delinquentes quando classificada como "pública", ou, alternativamente, contra as dificuldades e instabilidades da vida quando qualificadas como "social". (Fassin, 2015:2, tradução própria⁴).

A segurança estaria, assim vista, ligada com toda a estrutura jurídico-penal⁵ ao mesmo tempo em que à proteção. Conforme Fassin (2015), seria abrangente ao ponto de agir como motivo para vários desempenhos, inovações e avanços por parte do Estado e seus funcionários. Estando ela vinculada aos mecanismos de controle e punição, e sendo parte central do desenvolvimento das forças policiais, movimenta várias práticas e políticas. Dentro dessa movimentação podemos entender que a segurança também se inscreve nos discursos governamentais, como parte da agenda política marcada por uma procura de segurança como resposta a uma sensação de insegurança, tema central das políticas públicas e das ações da polícia (Fassin, 2013:XIV). Ela estaria no coração das preocupações estatais, pois a "proteção" da população é um dos eixos centrais das políticas públicas. Do mesmo modo, Foucault localiza os dispositivos de segurança como os instrumentos técnicos das tecnologias de poder da governamentalidade⁶ (Foucault, 2011:291,292). No entanto, a segurança, ao mesmo tempo, está pouco definida e pode ser usada para vários tipos de procuras, nas quais mais do que um objetivo, pareceria agir como justificativa de ações de intervenção pois pareceria estar mais definida por uma série de possibilidades que remetem ao aleatório (Foucault, 2008).

⁴ No original: "The police, the courts, the prisons, social services, and mental health units all represent the dual dimension of order and benevolence, of coercion and integration, or, better yet, illustrate the multiple aspects of a notion as central as it is ambiguous in contemporary societies: security, a term which signifies the protection of persons against criminal and delinquent activities when classified as 'public', or alternatively against the hardships and vicissitudes of life when qualified as 'social'." (Fassin, 2015:2)

⁵ Ainda que Fassin vincule a segurança também com as áreas da saúde, nosso enfoque vai priorizar a vinculação entre a segurança, a polícia e o Estado.

⁶ Sendo a governamentalidade o "Conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança." (Foucault, 2011:291,292).

A pesar de que a importância da segurança pareceria ser de caráter exclusivamente estatal, a segurança privada, tal como a entendemos hoje, forma parte também dessas políticas, porém desde uma posição não tão explícita e formal.

Alguns autores seguem uma hipótese sobre a segurança privada como um quebre no monopólio estatal da violência (Zanetic, 2010), a máxima weberiana sobre a constituição do Estado moderno (Zanetic, 2010, Das e Poole, 2008), no entanto, a trajetória e coexistência das forças privadas junto as forças públicas revisadas até agora, nos afasta dessa máxima. Ainda mais, se tomamos em conta as colaborações entre ambas formas de segurança, temos como ponto de partida uma aproximação que contrasta quando não se contrapõe a uma das afirmações mais difundidas sobre o estado e as forças da ordem. Cabe lembrar aqui, para questionar ainda mais o monopólio estatal da violência, a existência periódica de grupos civis que desenvolvem tarefas de policiamento, usando a violência sob seus próprios critérios de identificação de “suspeitos” e do uso “legítimo” da violência. Um artigo muito interessante sobre este tema é “Cidadãos de bem com armas. Representações sexuadas da violência armada, (in) segurança e legítima defesa no Brasil” de Rita Santos (2012) no qual se abrange o tema das idéias moralizadas sobre quem pode e quem não pode usar a violência legitimamente e no qual não se apresenta a idéia de que é somente o estado que poderia estar armado ou realizando a defesa dos “cidadãos de bem”. Assim, práticas privadas não são alheias às práticas e políticas públicas e vice-versa.

Toda esta revisão crítica do postulado weberiano nos permite ver que a segurança privada não está isolada do Estado e muito menos é oposta a ele. Ainda que não esteja diretamente subordinada ao Estado, a segurança privada vincula-se estreitamente com ele a partir da legitimidade das permissões, explícitas ou não, que o Estado concede a determinados setores.

A importância de podermos retirar este peso que o pensamento tradicional possui sobre a organização do Estado e de suas funções de segurança em especial, de toda forma, é a de podermos situar e analisar o setor e a sua (re) emergência como mais um dos corpos, evidentemente de grande dimensão, que atuam na gestão específica das práticas vocacionadas à segurança e às funções de policiamento e manutenção da ordem, como parte constituinte da sociedade e por ela autorizada (ainda que não diretamente paga), e não necessariamente prejudicando a “ordem das coisas” tal como

estabelecida. Nesse sentido, a possibilidade de “rearranjarmos” esse “olhar” sobre a questão da segurança privada é o que nos permite também observarmos de forma “desviada” a forma como os demais aspectos relativos à sua composição estão organizados, de forma a propiciar a sua existência “real”, em termos práticos e jurídicos. (Zanetic, 2010: 79).

Como bem aponta Zanetic, ao permitirmos olhar a segurança privada liberada do mito tradicional do monopólio estatal da violência, podemos entendê-la em relação ao Estado não como parte direta dele, mas como práticas que traduzem e negociam as leis e normas oficiais, ou seja, como constituintes das "margens do Estado".

Às margens do Estado.

Los márgenes que exploramos en este libro son simultáneamente sitios en donde la naturaleza puede ser imaginada como salvaje y descontrolada y donde el Estado está constantemente redefiniendo sus modos de gobernar y de legislar. Estos sitios no son meramente territoriales: son también (y quizás sea éste su aspecto más importante) sitios de práctica en los que la ley y otras prácticas estatales son colonizadas mediante otras formas de regulación que emanan de las necesidades apremiantes de las poblaciones, con el fin de asegurar la supervivencia política y económica. (Das e Poole, 2008:24)

As margens, na proposta de Das e Poole (2008), seriam práticas nas quais populações excluídas fariam presente o Estado mediante diversas práticas. Para explicar isto, as autoras propõem três conceitos de “margem”. Um primeiro enfoque seria a margem como periferia, pessoas insuficientemente socializadas nos marcos da lei; um segundo enfoque relaciona a margem com a legibilidade e ilegitimidade, o Estado sendo constantemente experimentado e desconstruído nas suas próprias palavras e documentos; o terceiro enfoque seria a margem como o espaço entre os corpos, a lei e a disciplina. O debate sobre este último enfoque reconfigura a noção de Estado biopolítico “en direcciones totalmente inesperadas en tanto que las estrategias de ciudadanía, los imaginarios tecnológicos y las nuevas regiones del lenguaje fueron

analizados como co-constructoras del Estado y sus márgenes. Estas tres formas de entender los márgenes sugieren modos diferentes de ocuparlos, pudiendo ser narrados como relatos de exclusión.” (Das e Poole, 2008: 26). E, podem ainda, ser narrados dentro do enfoque de exceção, no qual alguns são imunes a lei e outros são corpos assassinaíveis (Agambem apud Das e Poole).

Acredito que estes três enfoques, além de serem ferramentas úteis de pesquisa, se vinculam uns aos outros. As margens permeiam os limites do Estado que deixa de ser algo fixo, estático e rígido. Situando-nos nessas margens, vemos como setores excluídos reclamam o Estado, ou fazem, eles mesmos, algumas de suas tarefas (Das e Poole, 2008).

Das e Poole (2008) consideram as margens como práticas que possibilitam às populações subsistir na ausência do Estado ainda que o demandando. Porém, como mostra o tema da segurança privada, as margens do Estado também podem ser aquelas práticas que interagem segundo a mesma racionalidade do estado, fortalecendo-lo, paradoxalmente, a partir da sua ausência, mediante práticas e pessoas que realizam tarefas "estatais", dos seus agentes. Dentro dessa perspectiva, o Estado procuraria monopolizar o uso da violência mediante estratégias muito mais sutis, como as permissões controladas que outorga à segurança privada no lugar das proibições. Esta é a diferença importante, que o tema me leva a salientar entre Segurança pública e privada. em tanto que uma age desde a agencia estatal, a outra opera desde fora do estado, porem, nos bordes dele já que ambas formam parte das tecnologias do poder de governar.

Desta forma, as margens do Estado, são entendidas na pesquisa, como aquelas práticas, espaços e tempos mediante os quais o Estado se faz presente e se estende além dos seus próprios agentes, muitas vezes se valendo de práticas anteriores a ele mesmo. As margens do Estado então se constituem como uma ferramenta útil para compreender, neste caso, como o Estado amplia sua prática de controle do espaço público e da segurança da população a partir da segurança privada, ao legitimá-la. Saber como isto influi na convivência social foi um dos objetivos que atravessaram a construção da pesquisa e que só com a convivência com os guardas pude compreender. Assim como refletem os artigos no livro sobre as margens do Estado, estas práticas são perceptíveis somente no cotidiano.

1.1.2 A segurança privada como “resposta excepcional” ao crime. A retórica da crise de segurança

Outra das hipóteses mais recorrentes em relação à segurança privada, é que ela responde a situações emergências de crise de segurança a (Zanetic, 2010; Eckert, 2007, Lopes, 2012). Abordarei essa idéia a partir da criação “oficial” da Segurança privada na década de 1960, período no qual essa hipótese é mantida como a explicação para sua regulamentação e início como campo legal de ação repressiva, de vigilância e policiamento. Este processo tem um evento marcante no ano de 2014, com a Copa do Mundo, momento em que a segurança tanto pública quanto privada, responde a demandas internacionais típicas das celebrações dos mega eventos e se relaciona com uma crise de segurança em patamares muito específicos. Y ele continua com a criação de uma narrativa da segurança privada como resposta à crise post Copa do Mundo nos anos 2015 e 2016 em que a “crise” de segurança movimenta significativas políticas de segurança e significativos níveis de consumo de algum tipo de segurança privada.

No Brasil, a segurança privada teve sua origem oficial durante o regime militar, sendo criada pelo Decreto Federal Nº de 21 de outubro de 1969 (Zanetic, 2010:33), para dar resposta aos contínuos assaltos aos bancos por parte de grupos que se rebelaram contra a ditadura. Para Mourão (2006), sua chegada intensificou-se na década de 80 e a legislação federal dá conta disso⁷. Vários alvarás, da época, mostram um número cada vez maior de empresas de serviços de segurança, assim como escolas e estabelecimentos de formação que começam a esboçar a presença atual da segurança privada (Mourão, 2006:48). Desde então, e sobretudo na década de 1990, a segurança privada esteve focada na proteção dos estabelecimentos mais susceptíveis a roubos pela

⁷ “Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma desta lei. Art. 2º - O sistema de segurança referido no artigo anterior inclui pessoas adequadamente preparadas, assim chamadas vigilantes; alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de vigilância ou órgão policial mais próximo; e, pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos: I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes; II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e III - cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento. **LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983**.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7102.htm.

presença de objetos de valor ou dinheiro neles (Mourão, 2006). Oliven (1982) nos localiza nestes processos explicando-o a partir das suas imbricações com as políticas públicas, já que o fim do regime ditatorial esteve acompanhado, precisamente, do surgimento do discurso da violência no Brasil. Segundo o autor, ao longo do período do governo militar o discurso do estado estava longe de gerar uma idéia de insegurança, sendo esta associada exclusivamente aos comunistas e dissidentes. Já na saída do regime, surge o discurso da violência como algo espalhado nas cidades e generalizado (Oliven, 1982).

Com o decorrer dos anos, o discurso da violência e a insegurança ficaram menos associados a uma possível instrumentalização de um setor interessado em governar que saía da cena política e foi se espalhando e diluindo nas narrativas das cidades.

A contribuição pioneira de Cornelia Eckert na pesquisa sobre segurança privada em Porto Alegre, na década de 1990, fala precisamente dessa relação entre segurança privada e uma “crise” de segurança e aumento da violência: “O latrocínio é o maior fator para a opção por mudanças de hábitos rotineiros e para a adesão à fortificação da casa com instrumentos de vigilância e segurança.” (Eckert, 2007:63). Se desde sua formação legalizada, a segurança privada está relacionada com a segurança patrimonial, é importante mencionar que a sensação de vulnerabilidade mexe não só com a perda dos bens. Segundo Eckert, a sensação de vulnerabilidade atinge as emoções de insegurança da vida das pessoas, gerando assim uma sensação de medo que deve ser levada em conta: “É a banalização da vida nos roubos seguidos de violência que é temida pelos entrevistados. Essa banalização é reforçada nos noticiários e discursos da imprensa porto-alegrense sobre o tema, dimensionando situações de vitimização que geram insegurança e medo.” (Eckert, 2007:65). Os jornais e as mídias eletrônicas não dimensionam apenas as sensações de medo, mas constroem uma retórica sobre a “crise” da segurança para falar da existência de um aumento da criminalidade, mostrando cifras, estatísticas e notas sobre o tema mas perdendo as referências sociais, históricas e da conflitividade social que poderia explicar a "crise" para além de demonstrá-la mediante dados. Como bem aponta e relaciona Eckert (2007), as sensações de medo provocam a necessidade de tomar cautela e previsibilidade, o que se traduz na aquisição de bens e/ou serviços de segurança privada.

Já para Zanetic (2010):

O crescimento da segurança privada parece ter emergido entrelaçado ao mesmo contexto em que se dá o crescimento do

crime, da violência e da sensação de insegurança, mas que também é marcado por outros processos importantes, como a proliferação dos chamados espaços “semi-públicos” (como shopping-centers, cinemas, universidades, escolas, hospitais, restaurantes, bares, museus, parques, estádios de futebol, espaços para shows e para eventos culturais diversos), de edifícios empresariais, de condomínios e de edifícios de instituições públicas, e que fazem parte, também, de um contexto de transformação da paisagem urbana no período. (Zanetic, 2010:8)

Vemos que nessa leitura, ressalta o crescimento paralelo e correlato entre “crime” e segurança privada, argumento que molda uma das teses mais comuns, no tema da segurança privada: que ela começa a ser procurada como resposta ao crime e a violência.

É importante entender quais são os sinais que marcam a idéia da segurança privada como resposta à existência de pontos críticos na segurança já que como vemos estes são vários ao longo do tempo. Se na época da redemocratização parece ter sido uma resposta diante da mudança política importante, já nas décadas posteriores, podemos ver com Zanetic (2010) que os limites entre o público e o privado parece ir se diluindo e explicando novas formas de proteger, vigiar e também diferenciar estes espaços que, sobretudo, ao serem espaços comerciais visam um interesse especial por manter uma produtividade e ter uma pronta resposta em caso de serem alvos de algum roubo.

Mas, é durante o mega evento da Copa do Mundo, que a segurança, privada e pública, tiveram um ponto exorbitante. Este evento propiciou investimentos, gastos e implementação de diversos mecanismos de segurança. Após a Copa, a cidade conservou estes mecanismos. Então, medidas de segurança que foram feitas por conta de um evento excepcional, ficaram além do evento, re-configurando o cenário da segurança.

Em Porto Alegre, a vigilância da segurança pública incrementou-se com o, tanto no setor público quanto privado, ainda que sempre vinculado com a segurança pública mediante terceirização⁸. As empresas privadas, a partir desta época, formam parte

⁸ Em junho de 2014, foi inaugurado o Centro Integral de Comando e Controle (CICC) ligado a prefeitura, o qual permanece após o evento monitorando a cidade através de 2.1 mil câmeras e forte investimento em recursos tanto humanos como tecnológicos: “A sala operacional, que funciona 24 horas por dia, conta com 56 posições de despacho de viaturas e 48 posições de videomonitoramento. Há quatro posições de

importante e cada vez maior da vigilância e segurança “pública”. Só para nos aproximar desse universo, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Rio Grande do Sul tem, no seu site, uma importante base de dados tanto de centros de formação em monitoramento e segurança (21 centros de treinamento e formação no Estado⁹), quanto de empresas de segurança privada (88 empresas vinculadas ao sindicato)¹⁰. No entanto, Zanetic (2010) adverte que os dados de registro das empresas de segurança privada não podem ser a única referência sobre elas, já que fontes como o FENAVIST (Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transporte de Valores) e a PF (Polícia Federal, que regula as empresas de segurança privada) retratam apenas o universo oficial da segurança privada. Ainda assim, a referência a fontes e acessos ao tema da segurança privada, já nos permite pelo menos ter uma visão parcial do caráter da sua dimensão.

A partir do ponto inicial da Copa, vários acontecimentos foram delineando um contexto bastante particular, desde o pico do discurso público e midiático sobre a “necessidade” de grandes investimentos em segurança, entre 2013 e 2014, até um alarme também público e midiático sobre a carência de segurança nos anos posteriores que mobilizou importantes recursos econômicos e judiciais. Entre 2015 e 2016, a polícia civil fez duas greves por conta do parcelamento salarial (setembro de 2016 e agosto de 2016), greves que foram acompanhadas de notícias que favoreciam a sensação de medo diante da ausência dos agentes estatais, a Brigada Militar em ambos os casos, reforçou o patrulhamento da cidade propiciando fricções entre ambas polícias, mas foi pouco efetiva para acalmar o medo.

Paralelamente, e com mais força em 2016, falava-se da “crise” da segurança tanto ao nível do cuidado patrimonial, quanto ao nível da criminalidade e preocupação pela vida. O tema da segurança dividia-se entre a chamada “crise” de segurança na qual se falava da insuficiência policial, o ressentimento após a suposta “máxima segurança” durante a Copa.

supervisão, ocupadas pela BM, PC, Instituto Geral de Perícias (IGP) e Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE). A sala de atendimento ao 190 possui 31 posições com operadores 24 horas.” Ministério da Justiça: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/06/rio-grande-do-sul-inaurura-centro-integrado-de-comando-e-controle>

⁹ <http://www.sindesprs.com.br/escolas-de-formacao>.

¹⁰ <http://www.sindesprs.com.br/empresas-vigilancia-dpf>.

A chegada da Força Nacional¹¹ em 2016, como resposta a esta situação, pode ser entendida como outro grande momento, pois a chegada dessa Força marca também outro tipo de configurações no tema da segurança, no qual a intervenção da União sobre o Estado já marca um estado de alarme que não pode ser resolvido internamente, ressaltando o impacto político, social e cotidiano da “crise” de segurança.

A maneira como todo esse contexto se vincula com a segurança privada vai nos mostrar, na mesma linha de Eckert, que a segurança privada se apresenta como uma das tantas respostas frente à “crise”.

É claro que a “crise” tem sua maior problematização nas medidas públicas de segurança. Se, num primeiro momento, durante a Copa do Mundo, as notícias eram no tom do investimento, inauguração e implementação de mecanismos de segurança (câmeras, centrais de monitoramento, incremento policial), num segundo momento, post Copa, o tom mudou para falar das greves policiais, da falta de segurança, das estatísticas sobre Porto Alegre como lugar perigoso. O jornal Sul21, em uma reportagem de 19 de setembro de 2016, menciona que Porto Alegre está entre as 10 cidades mais perigosas do mundo, ainda que baseada nos dados de Crime Index, um site de estatísticas online e por participação, o que quer dizer, que os resultados provêm daquelas pessoas que sentem a necessidade e tem o conhecimento do site para participar, e isso representa uma “mostra” bastante particular e difícil de generalizar¹², a pesar do qual seus resultados são difundidos pela mídia.

A preocupação crescente pela segurança entrelaça greves dos funcionários públicos contrários ao parcelamento de seus salários, bem como a paralisação de determinados serviços por falta de segurança. Mencionarei dois casos que dão um amplo panorama sobre essa paralisação temporal de determinados serviços urbanos: o primeiro tem a ver com espaços culturais e o segundo com um espaço de assistência social. Em fevereiro de 2016, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul e a Casa da Cultura Mario Quintana tiveram que fechar as portas ao público por um dia, devido à

¹¹ A chegada da Força Nacional começou em agosto de 2016, inicialmente como parte da operação Avante, de reforço para o setor penitenciário e metropolitano (<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/08/forca-nacional-chega-porto-alegre-para-reforcar-seguranca-publica.html>). No entanto, sua atuação centrou-se na área urbana e foi ampliada repetidas vezes, em novembro de 2016 (<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/11/policiais-e-peritos-da-forca-nacional-de-seguranca-chegam-porto-alegre.html>), e março de 2017 (<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2017/03/forca-nacional-de-seguranca-recebe-apoio-de-102-agentes-em-porto-alegre.html>).

¹²<http://www.sul21.com.br/jornal/porto-alegre-esta-entre-as-10-cidades-mais-violentas-do-mundo-em-ranking-de-criminalidade/>.

falta dos serviços de segurança, já que as empresas que fornecem estes serviços não tinham sido pagas (Correio do Povo, 5 de fevereiro de 2016). O outro caso ocorreu em 19 de janeiro, quando o albergue para moradores de rua do bairro Floresta foi fechado porque quatro vigilantes terceirizados não receberam salários de dezembro e deixaram o lugar de trabalho. A resposta da instituição foi fechar as portas, deixando 40 moradores de rua sem lugar de pernoite (Correio do Povo, 19 de janeiro de 2017).

O que mostram estes exemplos é que existe uma suposta correlação entre a retórica da crise de segurança e a procura e crescimento da segurança privada. Em ambos os casos trata-se de terceirizados, ou seja, de serviços privados de segurança que tem a capacidade de paralisar o funcionamento de instituições públicas, quando se ausentam. Sua ausência, vinculada a momentos econômicos problemáticos, provoca uma quebra da “normalidade” institucional do Estado, se pode ler o medo de funcionar sem a “proteção” dos guardas, e esse medo, transmitido como notícias no meio de outras do tipo policial, adicionam “dados” referenciais para a construção de uma retórica da crise da segurança, o qual também se faz visível na fala das pessoas, no cotidiano, no dia a dia.

Os moradores, com os quais eu interagi na Vila Santa Teresa e no Bairro Petrópolis, costumam situar o momento atual como um momento de perigo. Continuamente fazem menção à ausência da polícia nas ruas e à presença de “criminosos”, “vagabundos” e “malandros”; “com tanto louco solto” é uma das expressões que se usa mais recorrentemente na vila, enquanto no Bairro Petrópolis, os moradores usam mais a palavra “crime”. Os guardas, com os quais fiz a pesquisa, concordam e fortalecem esta visão do momento atual, valorizando sua presença nas ruas e na tarefa de proteção patrimonial. Alguns moradores também falam que a segurança privada é para eles uma necessidade diante da ausência policial. Faço aqui um esclarecimento: algumas destas conversações respondem a etapas do trabalho de campo, onde eu perguntava sobre o tema. Porém, dificilmente achei uma opinião dissidente, a não ser a minha própria, que morando num bairro popular (ao igual que os guardas) nunca achei motivos para me encontrar insegura. Provavelmente só após conversar com os guardas de rua no Bairro Petrópolis, sentia a sensação de que as ruas podiam ser um espaço perigoso devido a estar escutando histórias de roubos e assassinatos e todos os conselhos sobre segurança que, por vezes, acompanhavam estas conversas.

Outra forma de entender a sensação de viver em um alto nível de insegurança é através das redes sociais, sobretudo no bairro Petrópolis. Existe uma página do Facebook que nos permite uma visão das preocupações dos moradores: “Vítimas no Bairro Petrópolis, Jardim Botânico, Bela Vista e arredores”. Esta página está composta, sobretudo, de alertas sobre “suspeitos” nos bairros e sobre notas policiais de assaltos: “3/5 2016 - 18:00 - *Alerta - dois suspeitos na Praça das Nações Unidas - eles ainda devem estar pelo bairro, são magros, de moletom preto e boné o outro de casaco vermelho e correntão no pescoço, pra fora; são semelhantes aos que tentaram assaltar no mesmo local no sábado. A polícia já foi avisada.*” (Página de Facebook: Vítimas do Bairro Petrópolis, Jardim Botânico, Bela Vista e arredores, 3 de maio de 2016). A nota estava acompanhada por uma foto dos “suspeitos”¹³. Nela, se pode ver a interação entre moradores para dar um alarme sobre “suspeitos”, a perseguição que por vezes fazem a eles e, sobretudo, as sensações e comentários, onde os moradores expõem o que consideram suspeito. A palavra “suspeito” é linguagem da própria página que nos permite ver as percepções e sensações de medo dos moradores do bairro mas sempre na correlação com as notícias sobre criminalidade. Como bem indica Eckert (2007), a população é instigada a se proteger e esta proteção é encontrada nos serviços privados, mostrando toda uma reorganização do relacionamento dos cidadãos com os agentes de segurança e também re-configurando a segurança como não sendo mais exclusividade do Estado, dos governos, dos gastos públicos, mas de cada pessoa que sente a necessidade de responder a estes alarmes.

Mídia, redes sociais e o cotidiano dos moradores estão fortemente vinculados, e como esses elementos interagem poderia ser tema de amplo debate, do qual não pretendo dar conta aqui. Entretanto, foram fontes muito valiosas para mostrar o cenário das sensações no momento da pesquisa e também, as pontas do iceberg que situam o tema da segurança privada no cotidiano como uma resposta diante da chamada “crise”.

Este conjunto de informações e dados referenciais constroem uma retórica que, sendo parte de um contexto e momento histórico determinado, gera uma opinião pública, a partir da qual, as “necessidades” de segurança são lidas em relação com essa retórica. Por um lado, veremos como essa retórica pode nos mostrar elementos úteis para entender o caso específico desta pesquisa, relacionado à procura dos serviços dos

¹³ Esta página, que conheci pelos mesmos guardas, difunde posts sobre pessoas suspeitas, reportagens e denúncias de roubos, algumas notas policiais mesmo afirmando não serem policiais. Nela é constante o alerta de roubos, mortes (em qualquer bairro) e o alerta de “suspeitos” (nos bairros circundantes).

guardas e das empresas, para mitigar a sensação de insegurança. Porém considero importante complexificar o tema tomando em conta que os serviços privados de proteção são fornecidos somente para camadas que economicamente solucionam o problema da falta da segurança pública contratando segurança privada, e que esta característica impõe questionar a retórica da crise nos perguntando sobre o tipo de população atingida pela "crise" de segurança, e que tipo de pessoas poderiam dar resposta a esta crise mediante a segurança privada, ou seja, precisamos localizar a "crise" de segurança em relação a segurança privada

Para esta complexificação, o ensaio de Carvalho (2000) será de importante contribuição:

O segmento com maior poder, que apóia a intensificação da violência policial, se preciso for, para além da legalidade (afinal, controla a manufatura e a interpretação das leis), na tentativa de afastar as classes populares “perigosas” de sua proximidade, é o mesmo que deseja intensificar no país a instalação de aparelhos tecnológicos de segurança. Sua intenção é clara: combinar a violência direta da ação humana, tanto física quanto mediada por armas de fogo, com a violência indireta de segregar o contingente pobre do acesso aos seus espaços de circulação, que cada vez mais se expandem para abarcar lugares e implementos que antes eram de domínio público. Por tal motivo, é preciso pensar junto a ação policial violenta e a generalização das tecnologias de segurança. São dois polos de uma mesma vontade - cada vez mais violenta, obviamente - de perpetuar a colocação do Brasil como um dos países mais desiguais do mundo. (Carvalho, 2000:2-3).

No ensaio *As tecnologias de segurança e a expansão metonímica da violência*, José Jorge Carvalho faz uma leitura crítica importante sobre o acesso à segurança privada. Sua relativização do discurso da mídia e da “crise” de segurança problematiza a desigualdade social como elemento intrínseco ao tema da segurança. Certamente, estas visões são cruciais para aprofundar nas complexidades da segurança Privada e evitar tender a um só lado da polarização da violência e da segurança. Assim, nas ruas, o que pode ser seguro para os clientes ou patrões dos guardas de segurança privada, se converte em inseguro para outros agentes. A polarização entre os “criminosos” e os cidadãos no Brasil tem se exacerbado ao ponto da espetacularização acrítica da justiça

civil (Schuch, 2016). A banalização da vida, mencionada por Eckert (2008), é colocada na mesma proporção, como problematiza Carvalho (2000): se, por um lado, uns podem matar por um bem, pelo outro lado, os outros podem contratar alguém que mate ou bata na defesa desse mesmo bem. Como se reage diante desta dupla banalização da vida é um dos elementos mais problemáticos relacionados à segurança privada. As palavras dos guardas, das empresas, dos clientes, nos mostram, provavelmente só um lado desta relação, o que é denominado por Carvalho como a “violência reativa”. Será importante encontrar ferramentas que nos permitam enxergar criticamente todo este contexto ao longo da pesquisa, tomando em conta que, “Não se vende segurança para gente comum, para quem não apresenta fobias, nem exibe um jargão de poder. Enfim, para quem não declara suas convicções de uma sociedade dividida em duas categorias de seres - humanos (nós) e não humanos (eles).” (Carvalho, 2000:8).

Outro fator importante que impulsiona a procurar maiores explicações que a retórica da *crise* para entender a segurança privada é que, na relação entre a “crise” de insegurança e a efetividade da segurança privada como resposta, as pesquisas consultadas pouco ou nada falam sobre isto; pelo contrario pareceriam ir crescendo juntas, existem poucas análises sobre A efetividade da segurança privada contra a *crise*. E paradoxalmente, o pressuposto do ensaio de Carvalho “é de que a expansão dessas tecnologias [de vigilância] incide diretamente sobre a nossa desigualdade social e ajuda a expandir a violência ao invés de domesticá-la.” (Carvalho, 2000:3).

Assim, assumimos a *crise* como uma retórica, muito explorada pela mídia, na qual a insegurança é abrangente o suficiente como para não explicitar o tipo de crises que referencia. Na retórica da crise, não se explicita se trata-se de uma crise de segurança da vida das pessoas, da propriedade privada, ou da segurança nacional, parece ser o suficientemente abrangente como para incluir isso tudo. E sendo assim, a retórica da crise não pode ser tomada como um axioma ou o retrato do contexto, sobretudo se consideramos que uma das principais autoridades da área põe na balança o discurso da própria crise de segurança:

"No Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, a violência imaginária, ou seja, a sensação de insegurança é muito maior do que a violência real. Esta é a opinião do secretário estadual de Segurança Pública, Cezar Schirmer. Ele foi o convidado do programa Esfera Pública, da Rádio Guaíba, no qual foi entrevistado pelos jornalistas

do Correio do Povo Juremir Machado e Taline Oppitz, e também pelo repórter da rádio, Eduardo Paganella."¹⁴.

Considerando que trata-se de uma das autoridades principais no tema da segurança, que ele afirme a existência de uma violência imaginária em contraste com a violência real afirmada sobretudo pela mídia e pelo medo dos moradores do bairro, nos debruça em perguntas ainda mais profundas na intenção de situar a segurança e a violência que ela diz combater em posições mais específicas: Quem são os atingidos da crise de segurança? a criminalidade atinge quem quando ela é retratada como argumento para a necessidade de segurança privada?

Longe de dar respostas, estas perguntas evitarão posições totalizantes, dicotômicas ou até maniqueístas. Assim, a retórica da “crise” de segurança pode ser problematizada para além das respostas de contratação de segurança privada, ainda que em relação com ela.

A retórica da “crise”, que temos acompanhado na relação entre crime e segurança privada, consiste tanto na socialização da sensação de medo quanto na demanda de maior repressão policial e punição jurídica. Ela atravessa todo o aparelho jurídico e punitivo, se relacionando com o tema da segurança pública, a presença policial, as legislações, os estados excepcionais e também com as práticas cotidianas e micro que pareceriam periféricas, mas que não entanto formam parte da complexidade do tema da segurança. Ela opera como a justificativa para a presença da segurança privada e para muitas das políticas públicas nas quais intervêm agentes estatais e não estatais da segurança.

1.3. Segurança privada: uma questão de cuidado

A pesquisa de campo me levou para uma trilha inesperada: a da teoria do cuidado. A princípio, o tema – o mundo eminentemente masculino da segurança privada - parecia muito distante das discussões sobre práticas de cuidado (geralmente associadas ao mundo feminino e doméstico), mesmo quando aparecia como categoria nativa. A observação da rotina diária de alguns dos guardas me levou a crer que existia aí uma dimensão do trabalho “invisibilizado”, presente nas nuances da interação cotidiana entre

¹⁴ <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Polícia/2017/5/618726/Sensacao-de-inseguranca-e-maior-do-que-a-violencia-real,-diz-Cezar-Schirmer>, e <http://felipevieira.com.br/site/sensacao-de-inseguranca-e-maior-do-que-a-violencia-real-defende-schirmer/>.

o cliente e o guarda, que tinha a ver com cuidado tal qual estava sendo entendido nos debates.

A noção de cuidado foi amplamente debatida e potencializada a partir de sua relação com dois eixos presentes em quase todas as pesquisas: o cuidado como um conjunto de disposições e lógicas relacionadas com situações de vulnerabilidade e o cuidado enquanto prática relacionada com as mulheres. A partir destes dois núcleos reflexivos, mencionarei várias contribuições que vão nutrindo a noção de cuidado, como as reflexões sobre a dependência, a escolha *versus* o cuidado e a invisibilidade do cuidado.

1.3.1. A vulnerabilidade

O tema da vulnerabilidade é um eixo transversal nas discussões sobre cuidado. Tanto as pesquisas feitas na área da saúde quanto na área dos cuidados domésticos e familiares apontam situações, mais ou menos “naturalizadas”, nas quais as pessoas receptoras de cuidados precisam de outros para se desenvolver, o que as localizaria numa situação vulnerável, sobretudo em uma dependência corporal conforme apontam Mol (2008, 2010), Kittay (2011), Moura (2016), Comas (2016).

Uma das pesquisas fundamentais, por sua capacidade de abrir as portas analíticas a partir da noção de cuidado, é a linha de pesquisa de Annemarie Mol (2008, Mol e Pols, 2010), tanto no que diz respeito a práticas (2011) como na pesquisa sobre a lógica do cuidado (2008).

No *Logic of Care*(2008), Mol nos situa na encruzilhada entre a lógica da escolha e a lógica do cuidado, se mostrando a favor desta última. A lógica do cuidado operaria, não a partir das escolhas certas ou erradas, mas das situações. Centrando seus esforços em situações de doença, ela enfatiza uma lógica que se apóia em ajustes imprevistos (Tinkering) com uma heterogeneidade de critérios. Ao articular ambas as lógicas, essa visão se torna importante, pois não deixa o tema do cuidado reduzido a uma interação entre uma pessoa “passiva” receptora de cuidado e outra (outras) “ativa”, *cuidadora*. Pelo contrário, consegue situar os relacionamentos e as diversas interações entre as pessoas doentes e as pessoas que direta ou indiretamente dão algum cuidado para elas num ponto em que podemos vincular o cuidado com o mercado (quando o paciente é visto como consumidor, na lógica da escolha) e com as políticas do Estado (quando o paciente é visto como cidadão). Mostra as várias possibilidades desta relação, a qual sugere que uma moralidade fixa do bem e o mal não se aplica na lógica do cuidado. Esta

reflexão conduz a um questionamento ainda mais radical ao individualismo liberal, a partir do qual a liberdade estaria sendo valorizada pela escolha.

Considerando esta aproximação, a noção de cuidado, tal como é compartilhada por Moura (2016), é uma ferramenta analítica muito importante que permite abranger campos muito diversos da convivência humana. De modo semelhante, Mol (2008) fala das conseqüentes traduções que seriam necessárias para o uso da lógica do cuidado em áreas além da saúde (2008: 105). Daí, o potencial analítico dessa noção pode resultar muito proveitoso no caso da segurança privada, como iremos mostrar.

Através de um viés mais filosófico, Kittay (2011) relaciona o cuidado com a dependência. Um dos elementos mais importantes do aporte de Kittay (2011) é o debate moral sobre a dependência, interpelando os valores ocidentais que equiparariam a dignidade com a autonomia: “Na maioria das teorias dominantes sobre justiça, a dignidade está associada com a capacidade de autonomia. O bem-estar ou a satisfação pessoal geralmente é um pré-requisito para a autonomia, mas quando indivíduos encontram-se dependentes uns dos outros (como acontece com muitas das pessoas com deficiência) para auto-cuidado, estabilidade econômica e proteção, a dignidade que vem com a autonomia, parece ameaçada.”(Kittay, 2011:50, tradução própria¹⁵). O ensaio de Kittay nos leva a perguntar se a valoração da autonomia pode significar um menosprezo às relações de cuidado e atenção que acontecessem diante de momentos, ou condições, de dependência.

Kittay busca uma ética e uma moralidade nas quais a dependência seja entendida como uma relação inevitável no decorrer da vida e na qual nenhuma das partes (nem cuidador, nem pessoa cuidada) é absolutamente submetida ou autoritária: “Se concebermos que todas as pessoas se movam dentro e fora de relações de dependência através de diferentes estágios de vida ou condições de saúde e habilitações, o fato de a pessoa com deficiência exigir a assistência de um cuidador não é a exceção, um caso especial.” (Kittay, 2011:54, tradução própria¹⁶). Entretanto, ela faz o contraste entre a

¹⁵ No original: “In most dominant theories of justice, dignity is coupled with the capacity for autonomy. A person’s well-being or welfare is usually a prerequisite to autonomy, but when individuals find themselves dependent on others (as many people with disabilities do) for self-care, economic security, and safety, the dignity which comes with autonomy appears threatened.” (Kittay, 2011:50).

¹⁶ No original: “If we conceive of all persons as moving in and out of relationships of dependence through different life-stages and conditions of health and functionings, the fact that the disabled person requires the assistance of a caregiver is not the exception, the special case.”(Kittay, 2011:54).

relação de dependência nos casos de deficiência física e a longa tradição histórica das elites sendo atendidas pelo serviço doméstico, em até as necessidades mais básicas:

Por exemplo, ao exaltar a independência para pessoas com deficiência física, podemos inadvertidamente cair em hábitos moralmente questionáveis que imitam aqueles de grupos privilegiados. Quando Heumann insiste em que a independência é uma "coisa mental", não uma "coisa corporal", ainda precisamos perguntar: o que acontece com aqueles que fazem as coisas do corpo, a lavagem, o curativo e o banheiro? Onde está a independência e o controle das pessoas que prestam cuidados (o "proletariado moral"(como Annette Baier (1995, 53) os chamou) quando são meros instrumentos de independência e controle de outrem?(Kittay, 2011:54, tradução própria¹⁷)

Nesta citação, o que encontro é precisamente a abrangência metodológica da noção de cuidado e seu uso em vários cenários e com diversas problemáticas. Assim, podemos entender que o cuidado também pode se vincular com tarefas domésticas de longa tradição e que envolve – nos termos de Mol - relações de consumo, onde precisamente quem recebe os cuidados é o cliente, ou patrão. São relações de trabalho invisibilizado como mostra Woodward (2016)¹⁸, relações de iniquidade se seguimos a linha de Fassin (2016)¹⁹. Este aspecto é central para poder refletir sobre as relações entre clientes e fornecedores de segurança privada.

Outro ponto importante no debate sobre a noção do cuidado é que, em geral, quando se fala de vulnerabilidade, as discussões subentendem uma vulnerabilidade corporal física. É importante entender que outro tipo de vulnerabilidade, como a sensação de medo (Eckert, 2007), gera também dependências e procuras de cuidado. Aqui está uma das particularidades da noção de cuidado: que ela pode se expandir a

¹⁷ No original: “For example, in extolling independence for physically disabled people, we can inadvertently fall into morally questionable habits that mimic those of privileged groups. When Heumann insists that independence is a “mind thing,” not a “body thing,” we still need to ask: What about those who do the body things, the washing, dressing, and toileting? Where is the independence and control of the persons providing care (the “moral proletariat” as Annette Baier (1995, 53) has called them) when they are mere instruments of another’s independence and control?” (Kittay, 2011:54).

¹⁸ A autora problematiza o trabalho de cuidado dos idosos feito por imigrantes, “não cidadãos”, nos Estados Unidos.

¹⁹ “Ethnography and Theory with Didier Fassin”. Conversation with History. University of California Television. Publicado em 6 de maio de 2016. <https://www.youtube.com/watch?v=pNsG5wDWhw>

diferentes vulnerabilidades. No caso da pesquisa sobre a segurança privada, me aproximei de certo tipo de vulnerabilidade emocional, de medo ao roubo, que tinham os moradores. Porém, as relações são mais complexas do que uma vulnerabilidade e um cuidado em resposta. Tanto Mol quanto Kittay estabelecem um questionamento às dicotomias entre uma situação de vulnerabilidade e o cuidado como uma posição de poder. Estes questionamentos permitem ampliar as idéias sobre as relações de autoridade entre os guardas, os que os contratam e aqueles que são vigiados por eles - sobretudo, como veremos no final deste capítulo, devido ao uso “nativo” da noção de cuidado. Nas palavras de Moura (2006), estaríamos nos aproximando das várias camadas de análises a partir da noção de cuidado.

1.3.2. O gênero

O outro eixo importante sobre a noção de cuidado é sua relação com o gênero. Por um lado, muitas das práticas de cuidado apontam que as pessoas cuidadoras são, comumente, mulheres. O dossiê de abril de 2016 do PAGU, Gênero e cuidado (2016)²⁰, Mol e Pols (2010), Mol (2008), Kittay (2011), Moura (2016), Walther (2016) entre outros vários, dão conta desta relação.

No caso brasileiro, por exemplo, Fonseca aponta uma série de pesquisas sobre homens que cuidam: “Surgiram estudos etnográficos revelando homens que se dedicam aos cuidados carinhosos dos filhos pequenos, que zelam pela educação moral e profissional dos filhos adolescentes e que procuram a companhia dos seus filhos adultos para compartilhar momentos lúdicos.” (Fonseca, 2004:17). Sobre o mundo muçulmano, Comas (2016), Woodward (2016) e a Conferência na Universidade de Yale “MuslimMen: On Love, Nurturance, Care, and Fulfillment”, em abril de 2016, na qual vários pesquisadores, entre eles NefissaNaguib (2016), contribuem com suas propostas:

O professor Inhorn secundarizou esta noção em sua introdução, afirmando que um dos principais objetivos da conferência era "prestar atenção ao sentido de realização dos homens, o que os faz felizes," e capturar as formas pelas quais os homens muçulmanos "se comportam em um modo de cuidar e nutrir como filhos, maridos, pais, amigos e membros da comunidade". Os apresentadores da conferência fazem isso em vários contextos

²⁰ É relevante neste dossiê o artigo da Woodward, pois complexifica o gênero associado ao trabalho de cuidar a partir da reflexão sobre casos de transexualidade.

diferentes, demonstrando através de suas pesquisas como os homens muçulmanos não só praticam amor, nutrição e cuidados, mas também como esses comportamentos os ajudam a definir o que é ser um homem. (Berk, 2016, tradução própria²¹).²²

Porém, a visibilização dos homens no cuidado tem como eixo principal aqueles que realizam práticas de cuidados comumente associadas às mulheres, tarefas "femininas", tentando mostrar que trabalhos de cuidado tipicamente caracterizados como das mulheres podem ser, e são feitos, por homens. Uma visibilização similar, ainda que complexificada com a instabilidade econômica é a que faz Comas (2016) quando fala dos homens desempregados que “têm” que cuidar da casa e das pessoas que a habitam. No entanto, a perspectiva sobre o cuidado pareceria ficar assegurada dentro das práticas femininas.

Para mim, é importante visualizar, como uma possibilidade, falar de práticas de cuidado que consigam quebrar a abrangência exclusivamente feminina. Não que sejam práticas feitas por mulheres ou homens, mas entender como as práticas dos guardas, no que diz respeito à sua relação com seus clientes, são também práticas de cuidado, se bem que existam diferenças consideráveis com as do cuidado “feminino”. Considero este debate importante, pois para o fortalecimento de uma noção que metodologicamente oferece tantas possibilidades, é preciso continuar com a tendência a ampliar seus contextos e atores.

1.2. O método da pesquisa e o lugar de onde se fala.

Na medida em que explicitamos o lugar de fala, podemos problematizar a vinculação com o tema. Não será a mesma coisa entender que a segurança privada significa para uma pessoa vinculada com alguma instituição de segurança, e o que significa para alguém que teve uma experiência de violência ou roubo, para alguém que habita num bairro residencial ou em uma vila, só referindo alguns exemplos. Com isto, quero dizer também que existem várias diferenças entre os pesquisadores, mesmo entre

21 No original: “Professor Inhorn seconded this notion in her introduction, stating that one main goal for the conference was to “pay attention to men’s sense of fulfillment, what makes them happy,” and to capture the ways Muslim men “conduct themselves in a caring and nurturing mode as sons, husbands, fathers, friends, and community members.” The conference presenters do so in a variety of different contexts, demonstrating through their research how Muslim men not only practice love, nurturance, and care, but also how these behaviors help them define what it is to be a man.” (Berk, 2016).

22 <http://cmes.macmillan.yale.edu/news/muslim-men-love-nurturance-care-and-fulfillment>

antropólogos. E tal como as apreciações dos agentes de segurança sobre o que é o bom senso são muito diferentes, assim também as aproximações de cada pesquisador variam situacional e contextualmente.

Assim, deixarei explícitos alguns pontos em relação a mim, que influenciam na pesquisa. Acredito que um dos pontos mais importantes é o fato de ser estrangeira, com uma aparência andina e sotaque de falante de espanhol. Isso fazia com que todas as pessoas com as quais entrava em contato perguntassem de onde eu era e com que se importassem muito em me explicar com detalhes alguns pontos sobre o Brasil, sobre Porto Alegre e até sobre a vida cotidiana. Outro elemento que foi significativo é o fato de eu ser habitante de uma vila. Como a maioria deles mora também em uma vila (O Chico mora na Vila Agronomia, o Regis na Vila Jardim e o Paulo na Vila Santa Cecília), ao saber que eu vivia em um bairro semelhante ao deles comentavam “ah então tu sabe como é aí”, “cada um cuida de si”. Este aspecto também facilitou algumas conversas, sobre as diferenças de classe com seus empregadores: “Eles tem grana, muita grana”, “eles acham que minha vida vale 300 reais ao mês”, “eles têm medo”, “deve ter gente que os odeia muito” foram alguns comentários, que, por exemplo, não recebi dos guardas que não sabiam onde eu morava. Ao não ser identificada como possível cliente nem vinculada a instituição nenhuma relacionada com a segurança, eles se permitiram falar daquelas diferenças.

O fato de ser mulher influenciou definitivamente no trabalho de campo, pois eles, os guardas, costumavam me mandar embora em determinada hora, pois “a rua não é para mulheres”. Sempre nessa visão de me colocar como uma possível vítima foi o elemento que mais influenciou para eu não poder ficar até mais tarde, assim como para receber conselhos e dicas sobre como me cuidar.

Ser da universidade abriu algumas portas, sobretudo entre os moradores. Alguns deles perguntavam por mim aos guardas e outros se acercavam de mim diretamente me perguntando se precisava algo. Nesses momentos, explicar que eu estava fazendo a dissertação facilitou que me dirigissem a palavra ou falassem comigo ou pelo menos que não se sentissem incomodados com a minha presença.

Mas nesta parte acredito também pertinente, explicitar as implicâncias do trabalho de campo na área de segurança, já que poderia se entender que pesquisar nesta área visa fortalecer pressupostos ou políticas públicas sobre ela. E considero que o potencial etnográfico não se reduz a uma tácita identificação do etnógrafo com as pessoas com as quais pesquisa. Pelo contrário, acredito que a etnografia e a análises

antropológica oferecem as possibilidades de conhecimento mais pormenorizado sobre dinâmicas e relações que priorizam formas de “instituição de uma unidade social imaginada como relativamente consensual”(JOAO Pacheco de Oliveira, 2017) que se naturalizando e normalizando muitas vezes assumem retóricas como axiomas e que só em uma descida ao cotidiano podemos vislumbrar sua abrangência na convivência.

Assim, pesquisas desse dentro ou desde fora de um área de segurança fazem a maior diferença no enfoque sobre ela, Pastore (2006), por exemplo, ingressa no campo da segurança da USP ao ser nomeada superintendente da segurança dos campi, e ao mesmo tempo por coordenar um GT de pesquisa sobre memórias dos guardas da USP. Como ela mesma reflete no seu artigo (2006), isto a colocou dentro de uma rede nova, cheia de hierarquias, onde ela entrou como aprendiz [da organização da guarda universitária]. Porém, estava num posto onde ela também era parte da rede de hierarquias. O olhar de Pastore aponta as cotidianidades dos guardas e suas relações entre eles, sua visão dos problemas nos *campi* e sua vontade de se diferenciar de outras forças, tanto das públicas quanto das privadas, que são terceirizadas na USP. Dessa perspectiva, mostra quais são as necessidades, precariedades, preocupações e interações da categoria. É uma pesquisa de dentro da coletividade dos guardas universitários; mesmo da posição de chefia da Segurança do *campi* e de pesquisadora da USP. As negociações de ingresso ao campo, neste tipo de pesquisas, são diferentes assim como o olhar e a interação com quem se faz a pesquisa.

No caso de Fassin (2013), que trabalhou com a polícia na França, ele fala que existe uma tensão presente em qualquer etnografia: a duplicidade e cumplicidade do etnógrafo. Porém, para descrever como foi feita sua pesquisa ele compartilha:

"Indeed, I did develop a certain degree of complicity with the police officers: I had coffee with them at the start of the shift, I took part in their conversations about sports or politics, I asked about a family event they had mentioned in my presence. More concretely, up to a point I was part of their group, wearing clothes that resembled theirs, standing alongside them during stops and frisks, not setting myself apart from their actions on the ground even when I found them disturbing. I realized more than once that the people we came into contact with in the neighborhoods took me for a police officer – a “rookie” or a “chief,” depending on the circumstances. But, conversely, I could not avoid a degree of duplicity in my relationship with the officers: I had of course

introduced myself as a researcher, and they had also been informed of my study by a memo from the commissioner; I had briefly explained the aims of my work, attempting to reassure my informants that this was not an evaluation requested by their senior officers, but rather a scientific investigation. At the same time, I did not reveal my impressions or my analyses; I did not show the disapproval I sometimes felt; I asked questions that might lead them to say more than they would have wished." (Fassin, 2013:25)

Este tipo de reflexão me parece importante. Em contraste com a pesquisa de Pastore, Fassin é muito mais explícito, tanto na citação precedente quanto na etnografia, sobre a existência de pontos de discordância e até de desaprovação, que ele sente em relação ao agir dos policiais. Não sei se isto se deve ao fato de que Pastore *foi* parte da instituição entanto que Fassin *parecia* ser parte.

Durão (2006) procura e prioriza a proximidade, na pesquisa que faz. As tensões que ela identifica nesta proximidade e as tensões que ela vai encontrando apontam para problemas metodológicos, como a diferença de gênero, que ela considera que provocou um tipo de autocontrole nos policiais homens que definitivamente escondeu algumas das suas práticas.

Tanto Pastore, (2016) como Fassin (2013) e Durão (2006) oferecem um importante corpus de reflexão sobre a perspectiva de cada pesquisador em função de sua relação com *o campo*, com as pessoas e com os grupos com os quais se faz uma pesquisa etnográfica. A tensão exposta por essas pesquisas oscila entre proximidade, cumplicidade e duplicidade, e ser “mais uma do grupo”. Mas sinto que existe outro tipo de experiências etnográficas nas quais a pessoa que pesquisa nunca chega a ser identificada como parte da coletividade, nas quais o envolvimento no tema nem sempre passa pela ideia de ser parte do grupo, ou de sentir empatia com ele. Isto não significa evitar interação que nos aproxime o mais possível da visão que aqueles com que pesquisamos, mas nos aproximar do tema pelo simples interesse de conhecê-lo.

Nesse sentido, Esta dissertação aborda um tema que chegou a me motivar mais pela curiosidade do que pela simpatia, e acho importante refletir sobre esse ponto. Já que a diferença de muitas outras dissertações, esta não é a narração da empatia entre pesquisadora e guardas de segurança informal. Muito pelo contrário, trata-se de uma pesquisa que denominarei "não empática".

Como já tinha mencionado antes, por ser habitante de uma vila certamente estou por fora do círculo típico de clientes de segurança privada. No entanto, acredito que, ainda com essas diferenças, é possível estabelecer conversações sinceras e gerar um relacionamento que emerge dos encontros antropológicos, baseado no respeito e na sinceridade de estar levando adiante uma pesquisa.

Para Shoshan, existem várias restrições para que os etnógrafos se decidam a pesquisar sobre grupos de ultra-direita ou sobre a violência.

“...vinculados a las consideraciones morales y éticas que son, en cierto sentido, internas a la vocación antropológica y aquellos que surgen de una economía del conocimiento, que en gran parte es externa a la disciplina y prescribe y proscrib e los temas de investigación y los campos de estudio (...) un tercer tipo de restricciones que en mi opinión es específico a la investigación y la escritura etnográfica y que no emerge ni dentro de una disciplina particular ni en la economía de conocimiento académico externa a ella, sino en aquel espacio que podemos denominar como el ‘campo etnográfico’” (2016:156).

Estes três grupos de restrições constituem valiosos aportes para a reflexão sobre os temas da pesquisa antropológica. Shoshan recorre à Neil Whitehead (2004) para mostrar algumas das restrições internas à antropologia na hora de pesquisar temas “complicados”. Segundo Whitehead, o problema dos antropólogos para atender temas como a violência “se debe al deseo de muchos antropólogos de representar a sus informantes positivamente, y al correspondientemiedo de estereotipar negativamente a sus comunidades de estudio para enfatizar las dimensiones desagradables de sus culturas” (Whitehead, apud Shoshan, 2016:151), desejo que responderia ao tipo de interação pessoal que percorre no trabalho etnográfico. Assim, mesmo que assumindo que há aspectos morais, como propõe Shoshan, estes se misturam com os fundamentos do método antropológico: o trabalho de campo que influenciaria na vontade de falar “bem” e fazer entender as lógicas dos informantes, daquelas pessoas com as quais os antropólogos convivem como método para suas pesquisas.²³

²³ Um contraponto importante sobre isto, ainda que a partir da sociologia, é o ânimo pela pesquisa de denúncia, sobretudo na França, por parte dos herdeiros de Bourdieu (Fassin, 2016).

Um dos elementos metodológicos importantes refletidos por Shoshan (2016) em relação à pesquisa sobre grupos de intolerância é o fato de que, ao aceitar a diversidade cultural como parte intrínseca da disciplina, existiriam sérios problemas ao pesquisar grupos que rejeitariam esta ideia. Este seria um dos elementos centrais para entender porque determinadas populações terminam por ser desagradáveis para os antropólogos, sempre vinculados com o exótico e o subalterno, No caso dos guardas, ao serem eles os agentes da contingência das populações pobres, marginais e de roubo menor (dos quais o maior è o roubo do carro, pelo geral assegurado nesse bairro), também terminei me questionando sobre o seu papel protetor de um modo de vida hierarquizado em detrimento de estratégias como o pedido de dinheiro, o furto pequeno ou simplesmente algum comercio informal. Estas reflexões nos deixam ver as motivações silenciosas da ausência de pesquisa etnográfica sobre temas que se aproximam de grupos hierárquicos ou que exercem algum tipo de dominação.

Se juntarmos as preocupações metodológicas pontuadas por Shoshan (2016) com o que efetivamente ocorre no trabalho de campo, podemos entender que, na relação entre pesquisador e pessoas informantes, apesar das diferenças, se vive um trato no mínimo de cordialidade. Assim, Shoshan compartilha conosco: “el problema al que se enfrentaba mi investigación era el riesgo de representar a mis informantes como personas complejas, tridimensionales, e irreducibles a su repugnante racismo, podría terminar no representándolos de manera *suficientemente* negativa.” (2016:153). É importante refletir que, mesmo se tratando de temas com os quais o pesquisador não tem nenhuma empatia, o método mesmo da etnografia impede que se reduzam as pessoas a uma única condição ou aspecto. Mas as pessoas com as quais pesquisamos, não existem isoladas das outras pessoas com as que relacionam nem isoladas do contexto no qual interagem, contexto que è politizado e hierarquizado, uma pesquisa em profundidade, não poderia reduzir os resultados da interação entre pesquisador e interlocutores a esse encontro, pelo contrario mostrará a complexidade da presença dos agentes, com os que pesquisa, nos os contextos nos quais a pesquisa é desenvolvida.

Capítulo 2.

Bairros da pesquisa. Os guardas da segurança privada

Neste capítulo apresento algumas características que dão o panorama geral da pesquisa. Primeiramente trago alguns dados estatísticos do setor da segurança privada e zeladoria, e logo após apresento uma descrição simples, focalizada no tema, com o intuito de localizar o leitor nos lugares da pesquisa. Não pretendo fazer uma etnografia de bairro, mas uma apresentação de minhas próprias impressões sobre os bairros e como os vejo, do meu lugar de fala. Assim, procuro apresentar estes bairros sempre a partir da aproximação ao tema. É claro que este recorte é grosseiro e não representa as complexidades dos bairros, já que não apresento impressões sobre os bairros que não estejam em relação ao tema de segurança.

De acordo com os dados do V ESSEG²⁴, elaborado pela FENAVIST, Em 2016, o setor de segurança privada no Brasil somava, aproximadamente, 598.500 trabalhadores, uma cifra menor em contraste com outros anos; 631.028 em 2015, 654.899 em 2014, (o ano com maior crescimento) e 645.637 em 2013, (Fenavist, 2016). . Esses dados correspondem tanto aos guardas quanto ao setor administrativo. A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) elabora esses estudos periodicamente para mostrar as mudanças e condições do setor. Como Federação, a FENAVIST existe desde o 1º de março de 1989 e é criada pelos Sindicatos da categoria, a nível regional o SINDESP-RS. "A Fenavist é uma entidade sindical patronal criada para representar os interesses do segmento de segurança privada no Brasil. Sua criação veio com a necessidade de o segmento organizar-se e oferecer um trabalho de boa qualidade e credibilidade" (FENAVIST, 2016:7). Tal como expressa a própria Federação, ela reflete informações do setor visando a credibilidade, onde um dos mais importantes focos é dar ênfase à importância da legalidade das empresas e denunciar as clandestinas. Em consequência, os dados refletem só o lado oficial da segurança privada.

Outro aspecto a levar em conta, é que os guardas, tal como eles mesmos se apresentam, incluindo o Paulo que é o único guarda que trabalha em empresas de segurança privada, incluem entre suas funções a zeladoria, atividade que não é contemplada como parte da segurança privada, nem na Polícia Federal -que é quem

²⁴ ESSEG, é a sigla para o Estudo do Setor da Segurança Privada

A atividade e fluxo de pessoas na vila são constantes. As pessoas saem cedo para trabalhar, e como a parada de ônibus da UFRGS está próxima, há uma intensa movimentação na escadaria que conecta Viamão com Porto Alegre, desde as 4 da manhã. Nesta escadaria, vários carros e motos esperam ou deixam pessoas que vão usar o ônibus para Porto Alegre, da Carris, na parada da UFRGS; assim, é como uma segunda parada, só que de transporte privado. Este fato é resultado da frequência dos ônibus da Carris, que é muito maior que a dos ônibus de Viamão. O preço da passagem também é menor. Então, é bem mais cômodo atravessar a escadaria e esperar os ônibus da UFRGS.

As casas da vila, na sua maioria, são de madeira ou mistas, poucas são de alvenaria. Prédios de mais de três andares só existem na Avenida Liberdade e num condomínio perto dela. Os terrenos têm, em geral, duas casas, uma na frente e outra nos fundos; alguns terrenos têm três ou quatro construções. É freqüente que se delimite o terreno com grades não muito altas, que permitem enxergar o interior. Mesmo quando há casas melhores, mais sofisticadas, a Vila Santa Isabel não se caracteriza por moradias bem acabadas onde se note uma preocupação com a arquitetura e decoração, sendo muito poucas as casas com essas características.

O Jardim Universitário, um bairro dentro da Vila, do lado do Campus do Vale, começou a mudar pela influência do Campus da UFRGS. Neste lugar, as construções e remodelações são freqüentes, para alugar peças ou quitinetes a estudantes que vêm morar aqui pela proximidade da Universidade e também porque é mais barato e fácil de alugar, direto com o proprietário, do que mediante uma imobiliária²⁶. Nas ruas as pessoas costumam caminhar, ou simplesmente se encontrar e conversar. As pessoas conversam entre elas até sentadas fora da casa em cadeiras e as crianças costumam brincar na rua. Em alguns lugares até colocam um aparelho de TV para fora e assistem aos jogos de futebol juntando cadeiras na frente da tela. Sobretudo se há um bar ou mercadinho por perto, a rua se movimenta muito com pessoas que estão tanto dentro quanto fora do lugar.

O centro de Santa Isabel já é diferente, está atravessado pela avenida Liberdade, centro de atividade da vila. Aí estão a praça, várias igrejas, estabelecimentos

²⁶ Sobre esse tema, Joseli Andradas Maia (2015) aprofunda a influência da Universidade sobre o bairro, numa dissertação de pós-graduação na área de urbanismo intitulada: A influência do Campus do vale da UFRGS na urbanização do seu entorno a partir da perspectiva dos moradores do bairro Santa Isabel, Viamão/RS.

comerciais, um shopping, pelo menos quatro supermercados e agências bancárias. Essa zona é a mais movimentada, tanto de dia quanto de noite. A praça é um ponto de encontro de atividades culturais, onde já se desenvolveram eventos de hip hop, e protestos culturais contra alguma medida política. Já as outras ruas são de moradias, mas com muita movimentação também.

A vila Santa Cecília é o bairro adjacente à vila Santa Isabel e é muito parecido ainda que menor. Se o visitei, foi, sobretudo com o Paulo, e só enquanto ele trabalhava ou tinha um vínculo com a empresa Proteção PZ que tinha seu escritório nesta vila.

Na área metropolitana de Viamão, são poucos os que têm segurança privada, em geral somente as lojas e lugares comerciais. E quase sempre são alarmes de contato sem ruído²⁷. Não existem guardas de rua para moradores, os guardas trabalham dentro de estabelecimentos e alguns deles fazem umas rondas, mas sempre em função de dar proteção ao estabelecimento que contrata seus serviços. Porém, alguns moradores da vila têm casas no litoral, Cidreira é o lugar mais mencionado por eles, e estas casas têm sempre o serviço de segurança privada.

A polícia não faz patrulhamento ostensivo e às vezes se vê passar uma viatura de alguma empresa privada²⁸. Mas o que se vê é a presença de placas das empresas de vigilância, com o seu logo e identificação, e câmeras nos estabelecimentos, sobretudo nos da Avenida Liberdade, no centro de Santa Isabel. Nas ruas de moradia, elas são quase inexistentes. Mas há prédios que já as incorporaram.

Tomei algumas medidas para me aproximar do universo da segurança privada na Santa Isabel, o bairro onde moro, e na vila mais próxima, Santa Cecília. Além de perguntar por contatos que nunca me levavam a algum guarda específico, juntei os telefones das placas das empresas e, ao mesmo tempo consultei pela internet as empresas que trabalham na área. Conforme o caso, às vezes ligava e às vezes ia diretamente ao endereço anunciado nas placas. Porém chegar às empresas não é fácil quando não se é um cliente em potencial.

“A caminhada é bastante frustrante, quase nenhuma delas (as empresas) existe ou está no endereço que está anunciado na

²⁷ Isto é, que no local, não se ouve nada. No escritório da empresa de segurança, a tela de monitoramento mostra uma luz que sinala que a alarme "foi detonada" em determinado local ou morada para os quais prestam serviço.

²⁸ Dificilmente se vê moradores de rua na Vila, eu tenho visto só um que aos poucos foi construindo um barraco num terreno abandonado.

internet. Quando chego ao primeiro endereço, o lugar é uma moradia. Ao bater palmas, sai uma mulher a quem pergunto pela empresa de segurança. Ela me diz que faz três anos que ela mora nesse lugar, e que desde então segue chegando alguma correspondência para a dita empresa, “são contas, ou algumas coisas do banco, eu levo direto pra a imobiliária.

Bem no meio da vila, em ruas que quase vão até o final do bairro... eu encontro o número da rua onde supostamente teria que estar a empresa. O lugar claramente não pode ser um prédio comercial, nem nada onde se dê algum tipo de atendimento ao público. Trata-se de uma casa de madeira, com grades na frente, e muitos cães presos com correntes, todos eles muito bravos. Tudo parece desgastado e velho. Não há porta de entrada na frente da casa, teria que entrar no quintal para chegar até a casa e buscar por onde entrar... Ainda com os cães latindo forte, bato palmas me perguntando se vão me ouvir... Ninguém sai...O vizinho da casa da frente está me olhando. Ele assiste toda a cena desde que eu procurava o número que, assim como a casa, está velho e é difícil de enxergar. Vou conversar com ele e pergunto sobre a empresa de segurança. Ele me diz que não sabe se o vizinho tem uma empresa ai, mas que provavelmente ele trabalha como guardinha. Penso que pode ser um dos guardas de rua que se anuncia na internet como empresa de segurança... Agradeço ao vizinho e volto para as ruas mais centrais de Santa Isabel, só pra me situar e procurar o terceiro endereço que tenho pra hoje²⁹.

De volta na avenida Liberdade, procuro o terceiro endereço, só que não consigo identificar a rua que teria que estar próxima da avenida...” (Diário de campo, fevereiro de 2016).

Não foram poucas as vezes que caminhei assim pela vila procurando endereços que não correspondiam à informação da internet. Depois disso comecei a ligar para as empresas buscando uma visita. Não recebi resposta nenhuma.

²⁹ Voltei nesta casa mais duas vezes e nunca achei ninguém nela e se fui até ela, já era porque o telefone de referência da "empresa" na internet não funcionava mais. Não sei com certeza se é porque a empresa não existe mais, ou trata-se de um guarda que como o Chico, o Paulo ou o Regis está mais no seu ponto do que em casa.

2.1.1. O Paulo

Depois de meses procurando um contato formal, mediante cartas, e-mails e solicitações formais nas empresas de segurança, e estando à procura dos contatos pelos dados das placas e das propagandas na internet, caminhava pela rua que referenciava o endereço de uma empresa, porém o número parecia não existir, e nada chamativo como um cartaz, anúncio ou banner ou alguma imagem característica de empresa de segurança era visível na rua. Como havia uma oficina de motos aberta, perguntei se existia uma empresa de segurança na rua, eles me falaram que era logo acima deles, na porta de metal que estava ao lado. A porta não tinha nem campainha e bati nela. Pela janela de cima saiu a cabeça de um homem que me cumprimentou. Eu gritei para ele: "gostaria de falar com alguém da empresa". -"Sobe aí, sobe a escada, a porta está aberta". Foi o que ele me respondeu.

Abri a porta, que não tinha nenhuma trava, e subi as escadas. Cheguei a um espaço aberto com uma cozinha vazia, porém com algumas coisas para preparar café. Da porta aberta à direita sai o homem da janela. Ele está vestido todo de preto com as calças dentro das botas tipo militar, camiseta preta dentro das calças, parece uniformizado, mas sem marcas distintivas de nada. Tem o cabelo curto, os cabelos meio cinzas, porém não aparenta mais de 40 anos.

- Bom dia! me diz ele e me estende a mão: - Sou o Paulo. Eu aperto sua mão e me apresento.

Foi assim que conheci um dos guardas com os quais poderia conversar e conhecer várias empresas de segurança privada na área metropolitana de Viamão. O Paulo tem quarenta e poucos anos, é muito conversador e trabalha na segurança há mais de 20 anos, primeiro ajudando um policial, fazendo bicos para ele, e depois se formando na Escola da Rudder³⁰, uma das maiores empresas e escola de formação em segurança privada de Porto Alegre. Desde então, trabalha em várias empresas.

O Paulo está separado da sua ex-mulher e tem três filhos com ela, mas muitas vezes não tem tempo para vê-los, e compreendo isso, já que ele procura ter dois empregos o tempo todo. Também gosta de comprar roupa e "se vestir bem". Mesmo quando não me falou de suas expectativas de vida, ele sempre se situa trabalhando como

³⁰ A Rudder é uma empresa e centro de formação em segurança privada. Os guardas dizem que é a maior e mais prestigiosa de Porto Alegre.

guarda, e costuma falar que já se preparou para isso. Ele conta que nos três meses de formação como guarda faziam-no treinar, fazer um condicionamento físico e algumas artes de luta. Também me contou que teve que ser avaliado psicologicamente para ter licença de porte de arma.

Para ele, se formar como guarda foi quase seguir a tradição familiar. Seu pai e irmão trabalham na segurança também e ele gosta de ter a “presença” de guarda, mas, ele não permanece muito tempo em nenhuma das empresas. Vários acontecimentos, que vão desde o descumprimento do salário até problemas de interação no trabalho geram motivos para que o Paulo se movimente de uma empresa à outra. Eu o “segui” em pelo menos quatro empresas, na última perdemos o contato. No entanto, junto com ele conheci várias empresas e guardas, funcionários administrativos das empresas e claro, vários dos conflitos que podem resultar em demissão ou movimentação dos guardas de segurança privada.

O tempo em que acompanhei Paulo, pelos vários dos seus empregos, ajudou a me decidir por conhecer a segurança privada pelos guardas e não procurar mais o ingresso ao tema pela porta principal das empresas.

Somente acompanhando o Paulo, foram várias as empresas com as quais tive contato nesta dinâmica (Empresa STV na parada 46 da BR 040 Viamão, Conceito Segurança na rua Casemiro de Abreu, Santa Isabel, Proteção PZ na Av. Plácido Mottim da Santa Cecília, e a AZ Seg na Av. Mendanha, Viamão). Só a STV aparece na lista das empresas vinculadas ao Sindicato de Empresas Privadas, mas todas elas tinham pendurado nas paredes os alvarás de funcionamento emitido pela Polícia Federal. E como todas estas empresas são pequenas, me possibilitaram conhecer o que eu estava procurando.

O Paulo é o único dos guardas com os quais trabalhei que estava mais próximo do universo "legal" da segurança privada. Ainda que trabalhando em empresas privadas, ele tinha carteira de trabalho assinada e todos os benefícios. Ao mesmo tempo, está na categoria dos guardas contemplados em todas as leis de segurança privada³¹ por ter porte de arma legalizado. Caminhando pela vila Santa Cecília ele me contou como é que obteve o seu porte de arma e quando precisa estar armado:

³¹ Sobre as diferenças legais entre os serviços de segurança privada armada e não armada ver a pesquisa de da Cruz (2011).

As pessoas pedem ser escoltadas da moradia ao banco, ou do banco a algum outro lugar, ai eu vou armado, fora isso não, eu não ando armado todos os dias, imagina!

- Tu tem permissão para isso da arma...

- Sim, claro, da polícia federal, eles dão uma permissão de uso de arma

- É difícil de obter essa permissão?

- Não! Bom, eles te fazem ir ao psicólogo...

- Tipo para o que?

- A psicóloga tenta te provocar... Como te posso dizer... ela te provoca. Ela te faz desenhar uma pessoa, tu nunca vai desenhar uma pessoa sem o chão, porque dai ela te diz que como assim não há chão, que tu não tem os pés na terra... logo ela te provoca, ela te chama de viado... ela me dizia olha, tu tem cara de viado. Eu ria, e falava que talvez em outra vida eu era. Ela me diz, o teu pai era corno, eu lhe dizia que isso era problema de minha mãe. Coisas assim... ou pergunta quem é tua esposa ou namorada só pra tentar te dizer que ela está com outro... ela tenta ver se tu explode, se tu tem problemas com a raiva, ai tu tem que ficar tranquilo, fazer piada, mostrar que tu não vai reagir dando tiro em tudo mundo. (Paulo, 23 de fevereiro, 2016).

O fato de que o Paulo é o único dos guardas com os quais eu falei que tem permissão de arma reflete nas características laborais dele em comparação com os guardas de rua. O Paulo tem possibilidades de ser contratado em trabalhos mais formais e com a segurança de benefícios e planos de previdência. Por sua vez, o investimento na sua formação (segundo ele, pagou 500 reais pelos três meses de formação) e o porte de arma, possibilitam que ele esteja dentro do mercado formal da segurança privada. Já o porte de arma é um aspecto muito determinante na legislação e reconhecimento da segurança privada como mostra da Cruz (2011) na sua dissertação em Administração, sobre gestão e modelos legais sobre a segurança privada ao expor a licença para portar armas como um dos fatores determinantes para tomar em conta na hierarquização das empresas e os guardas de segurança privada. Paradoxalmente, ao fato do Paulo ser o único dos guardas com os que trabalhei que tinha uma formação especializada, ele foi o

guarda mais instável nos seus empregos, pro ambos os motivos, sua formalidade e a sua instabilidade, ele foi o contraponto constante na pesquisa.

2.2. Bairro Petrópolis

O Bairro Petrópolis, onde realizei a etnografia com os guardas de rua, é conhecido como um bairro “nobre”, como são chamados, no Brasil, os bairros residenciais de camadas médias e altas. Está delimitado pelas avenidas Ipiranga, Nilo Peçanha e Terceira Perimetral, e atravessado pela avenida Protásio Alves. O ex Jardim Botânico é também uma referência que contorna o bairro. Foi criado legalmente no ano de 1959, porém antes era habitado por famílias específicas, donas de grandes extensões de terra (Franco, 1992). As ruas, dentro destes limites, são pequenas, de duas faixas e todas asfaltadas. As calçadas estão pavimentadas e tem várias com árvores altas que mostram sua antiguidade. No entanto, o bairro não é muito grande, são poucas as ruas pelas quais eu fiz a pesquisa, num espaço entre este tipo de ruas residenciais, a Terceira Perimetral e a Protásio. Estas ruas, as da pesquisa - Ivo Corseuil, Saicã, Camerino, Mariz e Barros, Sacadura Cabral, Maranguape e Visconde Duprat - são majoritariamente de casas residenciais.

Segundo dados da prefeitura de Porto Alegre e do governo estadual de rio Grande do Sul (GERS, 2017), Petrópolis, encontra-se na região centro e na área de tipo superior. A taxa de analfabetismo da região centro é de 0,51%, e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 8,81 salários mínimos. Já o grupo de bairros da área superior é aquele que recebeu grandes investimentos imobiliários e de infraestrutura a partir das décadas de 70 e 80 que, com dados de 2010, caracteriza-se pela alta concentração da moradia dos dirigentes e dos profissionais de nível superior. (GERS, 2017).



Poucos prédios e mercadinhos ou lojas estão dispersos entre as casas e têm a mesma arquitetura que elas, exceto o prédio da empresa de segurança privada, com uma arquitetura particular, que, no entanto, não foi parte da pesquisa³².

Alguns pontos referenciais dentro da área da pesquisa são o posto de gasolina, na terceira perimetral com a Ivo Corseuil, onde também há restaurantes e lancherias grandes, movimentadas, por carros que entram e saem deles. Outro ponto de maior atividade é o mercadinho da Ivo Corseuil com a Sacadura Cabral que é um ponto de encontro e movimentação da área. Ele está aberto até às oito horas da noite e ao mesmo tempo que permite os contatos entre os moradores, também permite o contato com o mundo da segurança privada do bairro. Foi neste mercadinho que eu conheci o Regis, um dos guardas com quem fazia grande parte da pesquisa.

Neste espaço do bairro, as casas têm um ar similar entre elas: grades através das quais é possível enxergar tanto as casas, de um a dois andares, quanto os jardins e

³² Que a empresa de segurança do bairro não tenha sido parte da pesquisa tem a ver com as disposições das empresas grandes de segurança privada. Em geral, nenhum de seus funcionários pode responder afirmativamente a uma solicitação de entrevista ou contato, sempre tem superiores com os quais deveria me comunicar. Isto, pelo menos, foi o que me responderam em todas as empresas onde fui. Ao mesmo tempo, o pessoal destas empresas está no horário de trabalho, em geral sendo vigiado e não podendo conversar. Devido a este tipo de estrutura hierárquica e ao fato de que o dono das empresas em geral não está nas sedes das mesmas, o contato com elas é muito difícil. Para mim, num tempo de um ano e meio, foi impossível. Em consequência, a empresa do bairro Petrópolis não faz parte da pesquisa.

entradas. Os jardins são muito bem cuidados, organizados, podados. As casas também tem esse ar de limpas, livres de pichações e manchas, tudo bem pintado e mantido. Não existe o que poderia se chamar de mansões, mas também não existem moradias humildes, casas descuidadas que pudessem insinuar que não existe dinheiro para o enfeite ou decoração. Algumas moradias são mais modernas que outras algumas com maiores ornamentos que outras, mas em geral têm aspecto cuidado.

Não existe uma ostentação da vigilância na área. As câmeras são poucas e em geral nos prédios e lojas. Nas casas são poucas e se percebem mais pela presença de alguma placa da empresa de segurança privada. Há guaritas em várias das ruas, às vezes mais de uma na mesma rua. E todas elas têm a mesma forma e cor. Só as guaritas dos prédios de apartamentos se diferenciam, sendo de alvenaria e posicionadas na entrada dos prédios ou condomínios e não na calçada.

Não é freqüente, porém acontece, de se ver fumadores de crack ou moradores de rua transitando pelo Bairro. Os guardas também os mencionam em suas anedotas. Já os moradores não parecem estar muito preocupados, nunca falaram deles, mas, sim, dos “bandidos” ou dos “pobres”.

Chegar ao bairro, para mim, era sempre identificar as guaritas que me davam referência dos pontos, territórios, de cada guarda. No início, via todas as guaritas como iguais. Com o passar dos tempos, comecei a reconhecer suas particularidades e, com elas, as particularidades dos pontos de cada guarda. Assim, dentro do bairro Petrópolis, eu pesquisei uma pequena área que, por sua vez, está dividida em pelo menos quatro 4 pontos, ruas delimitadas segundo o guarda que cuida delas. A rua Mariz e Barros é o ponto do Betinho e dos aposentados; subindo um pouco mais a lomba até a rua Sacadura Cabral e a rua Maranguape é o ponto do Regis; a Ivo Corseuil, entre a Sacadura Cabral e a Visconde Duprat é o território do Chico, que é o guarda empregado por outro, o Alemão que é o dono do ponto, mas que não se constitui numa referência. Já o Chico é quem mais os moradores e os outros guardas conhecem e de quem falam ao se referir a essa área do bairro. Finalmente a rua Visconde Duprat é o ponto do Viana.

É um bairro onde não há muita movimentação de pessoas nas calçadas, nem comércio nelas. A movimentação é maior nos horários “correntes” da vida urbana, cedo pela manhã, ao meio dia e no final da tarde, entre as 18 e 20 horas. Depois da seis da tarde, o bairro tem um pico de movimentação com várias pessoas indo e vindo nas ruas, sobretudo nos arredores do mercadinho. O ônibus passa com freqüência e vários carros

também. Neste mesmo horário, os habitantes do bairro costumam sair para a rua com seus cachorros, alguns deles com os cães presos numa correia. Vários deles, dando voltas nas calçadas com seus cachorros, aproveitam para fazer alguma compra no mercado e às vezes intercambiar algumas palavras com outras pessoas na rua. Nas vezes que conversei com moradores, foi nestes horários e circunstâncias. O mercado e o início da noite marcam o momento de interação entre alguns deles e os guardas de segurança. Como alguns dos guardas trocam de turno entre às seis e oito da noite, no caso das ruas que tem vigilância 24 horas por dia, e outros chegam para trabalhar entre estes mesmos horários, no caso das ruas que só tem vigilância durante as noites, esse é o horário no qual, com certeza, há um encontro entre os guardas e os moradores.

Às 8 horas da noite, também fecha o mercadinho e diminui a movimentação à sua volta. É o horário de transição, no qual as pessoas ficam em casa e são os guardas que tomam conta das ruas e vigiam quem transita nelas. Não existe um ponto de barulho ou agitação noturna nesta área. As noites são silenciosas e as ruas são escuras. Como dizem os guardas, são pessoas de família que não fazem nem gostam do barulho. Era neste horário que eu costumava chegar ao bairro.

Neste espaço, e entre às 6 da tarde e às 11 da noite, às vezes meia-noite, fiz a pesquisa. Se não permaneci mais nas ruas foi porque os mesmos guardas achavam que era perigoso ou me “pediam” para ir embora. Respeitei seus tempos e disposições, também porque, às vezes, os moradores perguntavam sobre a minha presença e então, percebi que podia estar prejudicando o trabalho deles. Mas estas perguntas e a curiosidade ou controle dos moradores me permitiram falar com alguns destes. Foram poucos os que conversaram mais de uma vez, e em geral na volta do mercadinho enquanto passeavam com seus cachorros. Outro vizinho conversou comigo só através da grade de sua morada quando acompanhava o Regis a escoltá-lo, quando ele chegava em casa ou alguém saía dela.

O bairro, longe destes tempos, não foi um ponto que frequentei muito. Provavelmente se o visitei em outros horários aconteceu porque é onde mora minha orientadora e alguns colegas da faculdade. Eles também -+falaram alguma coisa sobre os guardas e a segurança do bairro, mas isso já corresponde a outra parte desta dissertação.

2.2.1. O Regis

Foi precisamente a partir de minha orientadora que conheci os dois primeiros guardas do bairro Petrópolis, com quem fiz a pesquisa. Ao sair de sua casa, após uma reunião, ela me levou até o mercadinho onde perguntou pelo guarda de segurança, de dentro saiu um homem, de estatura média, quase baixa, vestido todo de preto e com uma boina com a bandeira do Rio Grande do Sul. Veste roupas bem justas, o que deixa ver que ele faz academia ou treina alguma coisa. Tem o cabelo muito curto e um jeito de se postar, muito erguido, parece ter uns 35 anos. A professora o cumprimenta e me apresenta, falando que eu faço a pesquisa sobre segurança privada. Ele está sério apesar de conhecer a professora, mas começa a falar com a gente fora do mercado. Aí explico o que estou fazendo na UFRGS e ele fala que podemos combinar um dia para conversar, ele me diz seu nome no Facebook: Regis e pede que o adicione, coisa que não faço. A professora começa a puxar assunto sobre um roubo que tinha acontecido faz uma semana, ali perto do mercadinho, que envolvia o uso de armas de fogo. Ela pergunta sobre um roubo que houve no mercadinho faz pouco e que ele se escondeu (ela já tinha me contado essa história no caminho da casa até o mercadinho, então eu estava informada do assunto). Ele nega totalmente isso, diz que não, que ele está sempre atento e que vai para o lugar caso algo ocorra. Ao falar sobre se ele está armado, ele responde de um jeito que eu não consigo entender, se ele está ou não armado. Ele diz que não, mas que os roubos são com armas, então que se tem que dar um jeito. Lembro que ele repete mais de uma vez que se tem que fazer o jogo de cintura. Ele tem uma forma de falar meio evasiva, às vezes. Mas, quando fala da academia aí ele nem precisava de perguntas, conta que treina jiu-jitsu e box (depois conheci suas rotinas, nas quais ele não só treina mas dá aulas de jiu-jitsu às 9 da manhã, depois de ter trabalhado toda a noite). Nesse primeiro encontro, combinamos que iria procurá-lo para conversar e nos despedimos com um aperto de mãos.

Umás três semanas depois, cheguei até a guarita do Regis, a procura da conversa combinada. Ele está fora dela, me cumprimenta com um aperto de mãos. Sua guarita está na calçada, quase embaixo duma árvore e em frente a um centro de estética, que tem uma garagem onde ele guarda seu carro. A guarita, meio creme como todas as do lugar, tem janelas nas quatro paredes, janelas que vão da metade até o teto. Ele pôs cortinas na sua e dá para ver a luz acesa, mas não o que acontece dentro dela. Já desde a porta aberta, posso ver que dentro ele tem uma cadeira, É um espaço bem ordenado,

extremamente pequeno, com cobertores, um rádio, uma chaleira elétrica, uma térmica, garrafas de água, alguns jornais e livretos, a cuia de chimarrão, sacolas de chimarrão e algumas outras coisas que não consigo identificar.

Ao lado da guarita, junto ao pé da árvore, há uma casinha de cachorro e dentro, um cão que me chama a atenção. Quando pergunto por ele, Regis começa a falar do cão, muito animado, “é o cachorro da rua, mas ele me acompanha a todo lado já faz oito anos”, me diz na primeira das muitas conversações que íamos ter.

Eu lhe digo que vou lhe perguntar coisas sobre o seu trabalho e se ele está de acordo e tem vontade de falar. Ele aceita. Quando tiro da minha bolsa um livretinho, ele parece se incomodar, então eu deixo o livretinho de volta na mochila e começo a lhe explicar a questão da pesquisa. Ele me diz então: “Como eu já te falei, estou aqui faz 13 anos, e ganhei o ponto de meu tio. Foi por ele que eu comecei. É tudo assim, tranquilo, mas tem suas coisas, tem que estar preparado para qualquer situação. O bairro é de gente de família. Há uma confiança comigo, todos eles já me conhecem e têm confiança porque eu faço o trabalho direito” (Regis, 26 de fevereiro 2016). Efetivamente, ele tinha comentado sua antiguidade no bairro no primeiro encontro. No início, parecia que ele não ia ter paciência comigo, mas a conversa começou a ser mais dinâmica e o contato permitiu que ele me convidasse a voltar.

Assim o conheci, o Regis, que trabalha como guarda de rua faz 13 anos, agora já faz 14. Começou com o tio dele que era o “dono” do ponto, e com um policial que, no tempo que treinava junto com ele, o convidava para fazer a segurança de eventos. Demorou um pouco para ele não só trabalhar com o tio, mas comprar o ponto, ou seja “possuir” o lugar na rua. Ser o dono do ponto significa poder fazer os “contratos” com as casas, com os moradores, subcontratar o guarda diurno e organizar as folgas deles dois, também providenciar o guarda que é contratado para estar nos dias de descanso dos guardas que trabalham todos os dias. Esses “contratos”³³ são os acordos verbais e às vezes escritos, mas não registrados em cartório, entre o guarda e seus clientes, e também entre o guarda e os guardas que ele mesmo emprega para conseguir fornecer o serviço de guarda 24 horas. O Regis costuma dar um recibo a cada cliente pelos pagamentos mensais que recebe. Uma das poucas coisas legais que o Regis comenta que se tem que fazer para ser um guarda dono de um ponto é ter uma licença

³³ De aqui em diante usarei *contrato* segundo a própria fala dos guardas para me referir a estas formas de acordos empregatícios.

laboral de zeladoria, que é pouco controlada. Segundo ele, o que permite isso tudo é ter um documento de cadastro como zelador. Porém, ele não me diz que ele tem um. Ele me mostra um xerox do Ministério do Trabalho, que contém uma descrição das funções do zelador e que guarda na guarita caso algum dos clientes precise se informar. O "contrato" com os outros guardas, também parece ser só verbal. Regis nunca fala de algum papel, discórdia, ou problemas legais contratuais com eles, mas de interações verbais e negociações.

As noites do Regis nas ruas passam entre, ficar se movimentando, estar no mercado até que fecha, e sentar-se numa cadeira encostada no prédio que está na esquina, de onde se tem uma visão mais ampla pois está um pouco mais alto do que o leito da rua. Ele me explica que fica dentro da guarita só quando chove, quando ele fecha as cortinas mas segue enxergando a rua todo o tempo. Ele explica que assim, consegue ver sem ser visto.

O Regis é separado e tem uma filha adolescente que sempre está em contato com ele pelo telefone. No meio das conversas sobre o que aconteceu no seu dia, ele me conta alguma coisa da filha e projeta nela seus planos de vida: não quer trabalhar sempre de guarda, pois quer uma coisa "segura" para ela. Ele me diz que se pudesse, ele montaria sua própria academia de treinamento de lutas. Os treinamentos são temas frequentes com o Regis. Ele gosta de mostrar algum vídeo deles no celular, vídeos onde está ele treinando com alguma pessoa ou mestre destacado na luta. É de se notar como, no meio de qualquer conversa, ele consegue enxergar o que acontece na rua, desde algum cão diminuto que algum vizinho não está encontrando até algum suspeito ou movimento estranho. Ele sempre está atento a tudo, o que me faz pensar que está há bastante tempo na segurança e gosta deste tipo de trabalho mesmo que diga que não dá para fazer isso a vida toda, pela falta de segurança para ele mesmo.

2.2.2. O Betinho ou Giver

Uma semana antes do meu encontro com o Regis, eu já tinha visitado o Betinho, outro guarda do mesmo bairro, mas muito diferente. O Betinho tem mais de 65 anos, ele mesmo me conta isso, pois se apresenta como aposentado. Ele permanece sentado numa cadeira quase o tempo todo e me fala que, na sua rua, todos os que trabalham são aposentados. Ambos, Regis e Betinho conversavam muito de lembranças de acontecimentos no bairro, no caso do Regis, de forma muito mais pessoal, no caso do

Betinho, falando dos outros pontos do bairro. Não falou nada sobre o seu ponto naquele primeiro encontro.

O dia que conheci Betinho, o vi sentado numa cadeira de plástico. Minha primeira impressão foi que era um homem velho. Ele estava bem mais relaxado do que os outros guardas que tenho conhecido, o Paulo e o Regis. Mas logo ao sermos apresentados, ele fala que trabalha aí faz 12 anos, até que conseguiu comprar o ponto. Que esse é o seu ponto de vigilância: “Todo mundo me conhece aqui, todos me conhecem como Betinho. Meu nome é Giver, mas todo mundo me chama de Betinho. Eu estou sempre aqui ou na guarita de lá” (Ele mostra uma guarita branca no mesmo quarteirão). Se senta novamente com as pernas abertas, bem encostado na cadeira. Não tem farda nenhuma e não tem nada que o identifique como um “guarda” de segurança. Eu lhe digo que vou procurá-lo para conversar sobre a vigilância e ele me fala que sim, que eu volte. Nos despedimos nos dando as mãos.

Uma semana depois deste primeiro encontro, chego até a esquina do Betinho e o cumprimento perguntando se ele lembra de mim. Ele diz que sim e me fala para irmos juntos até a guarita. Caminhamos até lá falando do tempo, o calor (o clima sempre é um tema de conversa aqui em Porto Alegre). Quando chegamos à guarita, ele tira uma cadeira de dentro e assim podemos sentar os dois para conversar. Eu lhe falo novamente sobre minha pesquisa e ele me fala que gostaria mesmo de falar sobre alguma coisa. Tiro um caderninho da mochila e a primeira coisa que lhe pergunto é sobre quantos anos ele trabalha como guarda e como é o trabalho. Ai ele me diz que começou esse trabalho depois de aposentado. Que um amigo lhe falava para não ficar sem fazer nada. O Betinho estava em um momento difícil, pois não tinha mais trabalho e a sua esposa tinha morrido pouco depois de ele ficar desempregado. Então, fez o que o amigo lhe falou, e foi junto com ele para o posto de vigilância, onde nós conversamos ao longo da pesquisa.

Eu estou aqui faz 12 anos, três anos naquela rua (mostra com a mão a direção da rua mas não fala o nome dela), outros três anos naquela outra, mais três anos lá, por lá atrás (novamente mostra com a mão e o braço indicando a direção) e faz três anos nesta rua. Agora, como é meu ponto eu fico aqui direto, eu tenho um [outro guarda] que faz o dia, eu que faço a noite de 6 a 6, e um folguista. (Betinho, 20 de fevereiro, 2016)

Quando eu perguntei se ele antes fazia vigilância mesmo, ele me falou que não, que ele fazia construção, que fazia bicos também e que só de aposentado ele fez este trabalho: “o ex-dono do ponto, ele só contratava aposentados. Eu também, só pego aposentados porque assim não tem todo esse assunto dos direitos, e os contratos, claro que eu dou um registro de que eles estão fazendo o trabalho, eu faço um papel, mas não tem esses benefícios de lei”, me explica assinalando assim os benefícios de contratar só aposentados.

O ponto do Betinho se caracteriza por isso, os guardas são todos aposentados. São pessoas idosas que estão ou na guarita ou nas cadeiras, fazendo a segurança para a rua. A guarita do Betinho tem até uma TV e ele fala que o trabalho é tão tranquilo que às vezes ele fica dentro, sobretudo quando chove, assistindo a TV. E ele sempre fala que sua rua é muito tranqüila, que nunca aconteceu nada aí. Sua opinião, porém, não é compartilhada pelos moradores nem pelos outros guardas.

2.2.3. O Chico

Uma das noites em que eu estava na rua do Regis, com o mercadinho já fechado e conversando sem a pressão dele ter que estar indo pra o mercadinho e voltando à guarita, avistamos um vizinho que parecia meio desorientado. É um homem adulto, de pele branca, com óculos muito leves, e com pouco cabelo, não é magro porém não é gordo. Veste umas calças de terno, com uma camisa de listas fininhas, que dá para ver é muito elegante, e bem alinhada por dentro das calças. Não tem gravata e a camisa está aberta ligeiramente no pescoço. Usa cinto e sapatos de couro. Nas mãos só um envelope, o que me faz pensar que ele não vai muito longe. Pergunta para o Regis pelo número 200, diz que recebeu um envelope de outra pessoa, pois sua casa também é número 200. O Regis lhe explica que é na próxima rua, numa creche. O vizinho fica aí parado olhando para seu cão, um desses cachorros muito pequenos e de pelo bem curto. Como ele fica aí meio desorientado... e aí, parado, o Regis me apresenta.

Aí eu falo da pesquisa, com uma explicação que já ficou repetitiva em minhas apresentações: Eu sou da Bolívia, mas já morei também na Argentina. Me provoca curiosidade o porquê de aqui em Porto Alegre ter tanta presença de segurança privada nas ruas, mesmo em comparação com Buenos Aires. O morador me pergunta, antes de mais nada, para qual universidade estou pesquisando e eu respondo que para a UFRGS e ele começa a falar:

- Acho que aqui há muita segurança privada porque há muita criminalidade, no outro dia roubaram o carro de meu cunhado aqui no bairro, em frente de sua casa. Sexta-feira santa, ele estava chegando de carro e a sua esposa estava arrumando o lixo, tinha lixo jogado na rua e ela estava arrumando isso, aí apareceram dois caras armados e falaram para ele descer e nunca mais viram o carro. Sexta-feira santa, seis da tarde.

Eu pergunto se ele tem serviço de segurança?

- Aqui eu uso os serviços do Regis, de graça (os dois riem). Na quadra temos, mas é o Chico. Nós não nos damos de boa com o Alemão que é o chefe dele, é melhor com o Chico.

- Às vezes isso rola, que nem sempre o chefe consegue se dar de boa com os moradores - aumenta o Regis.

Como o vizinho propõe me mostrar a guarita do Chico, eu vou com ele até a Ivo Corseuil. Ele me mostra o lugar da guarita do Chico e fala que ele costuma chegar às oito, oito e meia. Justamente essa noite ele não está aí e são mais das oito. Achei melhor dizer que volto outra noite, mas o vizinho insiste em esperar um pouco. Desço desde a Av. Protásio Alves e uns minutos depois aparece o Chico. O vizinho me apresenta e entra na sua casa.

O Chico veste calças bem folgadas e um casaco também meio folgado, usa um boné bem do tipo dos guris da vila. Aparenta ser mais novo que o Regis, porém também está nos 40 e poucos. Sua guarita não tem quase nada dentro, uma cadeira, e algumas coisas em sacolas, que não consigo identificar. Ele se encosta à parede e me pede para ir junto pois assim tem melhor visão da rua. O lugar onde nos encostamos é o mais escuro, ele não pode ser visto mas pode enxergar a rua. Converso sobre a pesquisa e ele me diz que apareça outro dia, que nos sábados não, pois ele não trabalha aos sábados. Os sábados ele passa na vila onde mora. É o dia em que ele pode sair e passar tempo com os amigos e sair à noite. Ele mora na vila que sobe do bairro Agronomia, perto de onde eu moro. Quando falo que moro perto dali, ele começa a falar da vila e como está cada vez mais perigoso. Comento que escuto falar isso mesmo, na vila onde eu moro e ele me conta que às vezes sua mãe liga para ele quando há tiroteio para ele não chegar na vila. Também me mostra sua bicicleta, ele vai até ela e fala que às vezes ele fica na rua com a bike perto dele tanto para sair a dar uma volta quanto para se proteger. Me pergunta se já tenho falado com outros guardas e quando falo do Betinho ele comenta

que são os veteranos da rua de baixo. Quando menciono o Regis, faz um gesto e me diz que não se dá bem com ele. Segundo o Chico, o Regis se ostenta como guarda. Chico já tem outra estratégia: se veste como uma pessoa da rua e assim passa despercebido. Para ele não serve estar anunciando o que se sabe e que mesmo sendo treinado, isso de nada adianta diante dum assalto ou situação de risco, porque os bandidos vêm com armas. Ele me pergunta se já conheci o Viana. Falo que não e ele me diz que é outro guarda e que com ele sim, se “dá de boa”.

Chico não é o dono do ponto, é um subcontratado do dono, o Alemão. Em geral é o dono quem faz a segurança no horário da noite. Assim, fica como referência para os moradores, mas como já me haviam comentado, os moradores não têm uma boa relação com o Alemão e sim com o Chico. É claro, ele é quem faz a segurança pelas noites, horário que é de “maior perigo”. O Chico sabe que o dono do ponto ganha mais e que trabalha menos, que muitas vezes nem vai de dia porque o dia é mais tranquilo, mas que ele está ali faz 15 anos e que já consegue ter um bom pagamento, mesmo quando ele não cobra direto das casas e o dono ganha mais do que ele. Pelo pouco que falou sobre suas expectativas em relação ao futuro, ele gostaria de herdar o ponto.

O Chico, como o Regis, está separado e tem filhos, ainda que não fale muito deles mas sim dela. Me conta que o trabalho prejudicou muito a sua relação com ela e que ela também prejudicou muito seu trabalho. Gosta de falar dos tempos em que ela aparecia aí na rua a fazer barraco por ciúmes e que às vezes fazia muito escândalo e os moradores se incomodavam, que passaram quase três anos assim, e que agora não consegue entender como ficou tanto tempo com ela. Felizmente, ele me diz, já não sente vontade de procurar ela, porque mesmo quando ele ficava bravo com ela, ele a procurava, ele a queria.

2.2.4. O Viana

O Viana é um guarda rodeado de certo mistério. Conheci-o mais por ter escutado sobre sua rua, sobre sua vida e sobre ele mesmo do que falando com ele. Sobretudo o Chico, que vigia a rua perpendicular à rua do Viana, e que “se dá de boa” com ele, me contou muitas coisas do Viana. O Regis também tinha algo a dizer dele ainda que mais discreto.

Quando fui procurar o Viana na rua Visconde de Duprat, eram perto das nove da noite. Entrei na rua que é particularmente vazia e com mais prédios do que as outras.

Procurei a guarita dele, meu ponto de referência sempre que procurava um guarda. Vi uma sem cortinas e com a luz acesa e fui nessa direção. Ao chegar à guarita a porta estava aberta e não tinha nada dentro, absolutamente nada. Fiquei muito desconfiada. E procurei a cadeira onde poderia estar sentado o guarda ou ele mesmo parado em algum lugar, mas também não achei isto.. Fiquei parada na rua um tempo e caminhando mais um tempo. Ele não apareceu. Desci de novo até o ponto do Chico, de onde eu tinha pegado as referências da guarita do Viana. Quando contei que não achei o Viana, mais uma história sobre ele começou.

O Viana, diferente dos outros guardas, não está vinculado à sua guarita, mas com seu carro. Um carro amarelo, no qual ele permanece, mas também no qual se movimenta pela área. No carro, ele costuma estar junto com sua esposa, que segundo o Chico não deixa o Viana ir trabalhar sozinho. Nessa noite, fico conversando com o Chico sobre o Viana e estas dinâmicas diferentes. Pergunto sobre a guarita aberta e sem nada dentro. O Chico diz que ele também não fica na guarita e que a usa mais para guardar suas coisas, que o Viana é assim, e que cada guarda tem seu jeito. Ele me fala que eu tenho que ir procurar o Viana às sete, que é seu horário de chegada porque logo após ele se movimenta no carro, fazendo a volta nas ruas.

A segunda vez em que fui procurar o Viana, também não o achei e de novo fiquei parada ou caminhando na sua rua até perto das nove. Nesta vez fui conversar com o Regis sobre o assunto. E de novo ouvi outras histórias sobre o Viana. Que ele quase não está aí e que é um cara estranho.

Nas próximas vezes eu ia só para ver se, por acaso, achava ele na sua rua, o que não aconteceu. Mas em troca, terminei sabendo que na sua rua aconteceram muitas coisas, dois assassinatos, roubos e mais. Perguntei ao Chico como o Viana trabalhava nessa rua e qual a reação dos moradores. Ele me contou então que o Viana era também pai de santo e que acredita que é só por isso que os moradores seguem contratando, mas que é uma pessoa correta e que faz bem seu trabalho. Pouco ou nada consegui interagir com ele. Situação que foi ainda mais complicada porque ele aparecia no ponto muitas vezes com sua companheira, que ficava fazendo o trabalho junto com ele. Como a característica especial do Viana é precisamente esse mistério ao redor dele, iremos conhecendo-o conforme.

2.3. Algumas considerações gerais sobre os guardas.

Numa das tardes que fui até o Bairro Petrópolis, encontrei um "folguista", o Luis. Conversando comigo, trouxe o tema dos folhetos, me contando que ele precisa desses folhetos para conseguir emprego:

Eu vou com minha bicicleta por várias partes e deixo um papelzinho com meu telefone e meus dados, também o que o cara faz, guarda, quebra-galho, pintura. Eu vou assim pelas guaritas e falo com os guardas, que me liguem caso precisarem de qualquer tipo de coisa, que estou à disposição. Eles me dão uma olhada, agente conversa, olham o cara... guardam o papelzinho. Ai eles ligam e eu venho. Agora eu estou fazendo o trampo, aqui, até amanhã. Depois de amanhã eu irei para outro lugar. (Luis, 24 de fevereiro de 2016).

O que me chamou a atenção a respeito destes papezinhos/folhetos que conheci quase três meses após começar a frequentar o Bairro Petrópolis, foi que expressam, de algum jeito, a mistura entre a zeladoria e a segurança, o que é corrente entre os guardas. Mais adiante, este fato explicará as conexões entre cuidado e policiamentos privados.

Uma das estratégias que os guardas de rua usam para ter mais trabalhos ou conseguir um é o uso de folhetos de propaganda. Em geral, são um quarto de folha A4 onde se indicam os serviços que oferecem: "Serviços de zeladoria e portaria: Limpeza. Residências. Prédios. Comércios etc. Serviços de segurança: Aniversário. Residências. Prédios. Comércios. Casamentos. Empresas, etc..". Nestes folhetos, alguns têm o endereço do guarda, mas, sobretudo, o telefone, pois muitas vezes eles já estão em algum tipo de trabalho.

O Paulo também tem esta estratégia, só que ele usa um cartão pessoal que vai distribuindo entre as pessoas que conhece. Nele se pode ler: guarda privado, acompanhamento, segurança e escolta privados. A informação no seu cartão pessoal é mais precisa, porém, mesmo quando já está trabalhando, não deixa de oferecê-lo.

Em ambos os casos, guardas de rua e guardas da empresa fazem essa propaganda para ser empregados, porém Regis faz maior referência às recomendações que seus clientes fazem para possíveis interessados.

Cabe aqui esclarecer como os guardas conseguem seus primeiros empregos. O Chico me conta que ele chegou ao ponto por um amigo ex-policia, amigo do Alemão, que também trabalhou na polícia, e lhe fez o convite para ser guarda de rua. Naqueles tempos, antes do estatuto do desarmamento de 2003, ele podia ter porte de arma e trabalhava armado. Só depois do estatuto que isso virou ilegal: "até as multas subiram, antes eram 300 reais, agora acho que são mais de mil e o cara tinha que entregar suas armas". O amigo, aparentemente, não tem mais vínculo com o Chico, pois ele nunca mais o menciona.

O Regis, que treina na escola de artes marciais de seu bairro, começou a ser segurança de eventos junto com um dos policiais com quem treinava. Começou assim, nos eventos e portando uma arma que o policial facilitava para ele. Logo foi para as ruas, trabalhar com seu tio até conseguir o ponto. Uma das noites em que eu estava caminhando até sua guarita, havia uma moto estacionada ali e o Regis falando com um homem de mais ou menos sua idade e aparência similar. Ele me cumprimentou e eu propus voltar mais tarde, mas o Regis explicou para o homem: "ela está fazendo uma pesquisa e vem aqui me entrevistar". Eles começaram a falar da moto e do carro do homem e poucos minutos depois, se despediram. O homem subiu na moto e saiu. Nesse momento, Regis me diz:

"Esse cara aí é policial, e vou te contar, tu acredita? olha é que nem estou acreditando. Ele veio me pedir que eu dê uma surra num cara que treina com nós. Olha o que ele quer que eu faça! ele teve um problema com esse cara que também é policial e quer que eu machuque ele num treino! tu acredita!"

Conversando, ele me diz que nunca faria isso pelos problemas que teria: "o cara é policial, imagina se eu machuco ele". O policial que o visitou é o mesmo com quem começou a fazer os trabalhos na segurança. Eles mantêm um contato para além dos treinos e, às vezes, ele liga para o Regis quando precisa de segurança num evento.

O Betinho comenta que o amigo aposentado que introduziu ele na segurança era também policial, e um dos "folguistas" de seu ponto é policial aposentado. O Paulo entrou a se formar como guarda seguindo a "tradição" familiar pois seu pai era "brigadiano". Antes de se formar, ele já fazia bicos de guarda com amigos policiais do pai ou dele mesmo. Os guardas, no início de suas experiências laborais, estão todos vinculados com as forças de segurança pública. Porém, esta vinculação aparentemente

se quebra no momento em que os guardas têm ou trabalham num ponto específico, como veremos no seguinte capítulo, na parte das interações com a polícia.

Queria ressaltar essa vinculação, pois os campos da segurança privada estão longe de ser isolados dos campos da segurança pública. Segundo o Paulo, a maior parte das empresas que visitamos juntos é registrada no nome da esposa de algum policial ou ex-policial, já que é ilegal policiais dirigirem ou participarem de uma empresa de segurança privada. Ismael e Wagner, da STV, uma das empresas que conheci pelo Paulo, me comentaram a mesma coisa, que muitas das empresas de segurança são dirigidas por polícias, mas registradas nos nomes de suas esposas, pois é ilegal que os policiais estejam vinculados ou trabalhando em empresas privadas. No caso da Conceito Segurança, a primeira empresa, onde encontrei o Paulo, o papel central da esposa do Alexandre e a absoluta negativa deste em me dar uma entrevista e me abrir a porta, (logo que o Paulo não trabalhava mais ali), me fizeram pensar que não gostavam da ideia de ter alguém pesquisando sua empresa, provavelmente devido a este tipo de práticas.

Há muito sigilo na relação policiais-guardas de segurança privada, e tendo em conta que esta etnografia foi feita no âmbito do “clandestino” deste tipo de segurança, (empresas e guardas informais) a vinculação policial é ainda mais ocultada. Este sigilo deve-se por um lado a proibição da participação policial nas empresas de segurança privada fazendo bicos ou sendo os donos das mesmas, e deve-se também a que o trabalho de guarda de rua é praticamente não legislado (da Cruz, 2011) porque a maioria das leis se referem ao vigilante, ou seja, aquele guarda formado numa escola e com porte de arma legal. Os guardas de ruas, compondo a categoria laboral de zeladoria não têm uma legislação na área de segurança privada. Entretanto, priorizarei, novamente, as práticas mais do que os enfoques legais, fazendo essa observação só para mostrar as características informais do trabalho dos guardas de rua.

Tanto em Viamão quanto em Petrópolis, a pesquisa foi feita graças à disposição dos guardas e assim são eles que orientaram o trabalho de campo. A segurança privada que conheci e apresento na dissertação foi olhada a partir dos lugares de trabalho, as interações pessoais e opiniões sobre a segurança, as práticas e, sobretudo, o cotidiano dos guardas. Esta breve apresentação deles e dos bairros desenha o marco para poder estudar as interações específicas e as experiências de campo com os guardas de Porto Alegre e Viamão.

Capítulo 3.

O cotidiano dos guardas da segurança privada: Os policiamentos Privados

Uma das coisas que se escuta com mais frequência entre os guardas é que, no seu espaço de trabalho, de vigilância, nada acontece. Tanto o Paulo, nas empresas, quanto os guardas do Bairro Petrópolis, costumam dizer que nada acontece nos seus pontos. Meu questionamento inicial, ao ouvir essas palavras, era, no sentido mais rudimentar, de me perguntar: “Se nada acontece, por que as pessoas contratam tanta segurança privada”? Com o tempo compreendi que esta imagem, de que nada acontece, é uma ferramenta de propaganda dos mesmos guardas para indicar que o ponto está seguro, mas ao mesmo tempo, é uma característica reiterada nas pesquisas sobre policiais (Fassin, 2013e Durão, 2006) e sobre agentes de vigilância (Trevisan, Firmino e Moura, 2009) nas quais salienta-se que parte da rotina do trabalho destes agentes, vinculados à segurança, é um tempo caracterizado sobretudo pela espera de que algo aconteça.

De acordo com Das (2006), o cotidiano é uma arena de conhecimento muito importante, onde o ordinário cumpre um papel que abrange tanto o que podem ser eventos marcantes quanto dinâmicas das formas de habitar que nos aproximam das vidas particulares e suas riquezas. Para a autora, existe uma importância fundamental na descida ao cotidiano para poder entender como acontecimentos (que podem ser políticos, sociais culturais ou simplesmente uma cadeia de eventos pessoais) ficam marcados e reajustam a singularidade das vidas nos termos 'ordinários', nas suas palavras: "assim como eu penso no acontecimento como conectado ao cotidiano, penso no cotidiano, ele mesmo, como cheio de acontecimentos"(Das, 2006:8, tradução própria³⁴). Assim, nos aproximamos do cotidiano entendendo-o como um tempo-espaço cheio de acontecimentos rotineiros; ainda mais, como um espaço social frutífero para se aproximar de vários acontecimentos que passam despercebidos por "naturalizados", ou seja, como um espaço onde acontece, não o extraordinário, mas o dia a dia da vida das pessoas. Essa é a perspectiva a partir da qual entendi o "não acontece nada" dos guardas, o lugar cotidiano e frutífero em que, a cada momento e acontecimento

³⁴ No original: “just as I think of the event as attached to the everyday, I think of the everyday itself as eventful” (Das, 2006:8).

'ordinários', os guardas vão construindo e dando sentido às lógicas que explicam a segurança privada.

Este capítulo apresenta algumas das experiências que pude ouvir ou acompanhar com os guardas nesse dia a dia "ordinário", onde parecia nada acontecer. São experiências e conversações que compartilhei, nos tempos do cotidiano, longe de 'eventos', mas sendo este dia a dia o mesmo evento que permite nos aproximar deste campo. O capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira veremos como a segurança privada constrói uma presença espacial nos pontos onde ela age e como esta presença gera uma divisão dos bairros segundo o guarda ou empresa que "controla" o lugar. Na segunda parte, desenvolvo como esta presença é vivenciada e construída a partir da interação entre guardas e '*suspeitos*'. A terceira parte está dedicada à interação dos guardas com a polícia, e, na última parte, vemos como tudo isto configura uma forma de ordenamento social.

3.1. "Não onde está minha placa. Não na minha rua". Vigilância e patrulhamento privados.

Na STV³⁵, conversando com os donos e administradores do lugar, Ismael e Wagner me explicam que as empresas ganham um tipo de prestígio a partir do reconhecimento e identificação das suas placas nas casas e estabelecimentos que vigiam.

Olha, os... vamos dizer, os bandidos sabem e respeitam... eles reconhecem quando uma empresa vai ou não vai até o lugar. Eles testam as empresas, é sério. Vamos dizer que eles querem roubar um estabelecimento, então eles vão até o lugar uma semana antes e testam, atiram uma pedra, encostam a porta, fazem alguma coisa e ficam ai para ver quanto demora a viatura em chegar (Assim dizemos aos carros da empresa porque eles estão com as identificações). Então, eles já sabem que a STV chega rápido, cinco minutos, e não vão tentar entrar nesse estabelecimento...

Segundo eles, os mesmos "*suspeitos*" forneceriam as informações necessárias para saber se uma empresa é ou não é efetiva na hora de prover segurança. É importante

³⁵ Uma das empresas de segurança Privada que conheci graças ao Paulo.

apontar que esta dinâmica de testar a empresa não é só por parte dos “*suspeitos*” (segundo os guardas), mas também é algo que acontece a partir dos próprios clientes. Um dos moradores da Vila Santa Isabel, aposentado, ex-policial e com uma casa no litoral, me conta que por erro ele ativou o alarme silencioso da sua casa da praia. Ele mesmo acha que a empresa chegou muito rapidamente e que assim ficou sabendo que realmente o serviço que paga mensalmente tinha uma efetividade. No entanto, estes “erros” são o mais recorrente no dia a dia da segurança: “cada vez temos que mandar a viatura por alguma coisa bem menor. Um passarinho que encostou na janela, o gato ou o cachorro que detonaram o alarme, o cliente que esqueceu de algum ponto mais sensível ou que esqueceu até as chaves e tenta ingressar na sua casa. Nós temos que ir, porque como é um alarme silencioso, não sabemos o que pode ser, e não podemos deixar assim.” (Wagner, STV, 20 de abril, 2016). Assim, costumam ir até as moradias ou estabelecimentos para ver que aconteceu. Ainda quando eles mesmos acham que em geral “não será nada”, a vigilância e as respostas a quaisquer situação serão permanentes.

Numa tarde, nesta mesma empresa, a STV, o alarme disparou. Uma das funcionárias deu sinal para o guarda que estava embaixo, na rua, dentro da viatura. Mas, ela voltou até o escritório e falou que não estavam achando a chave do carro. Tranquilamente, procuraram uma cópia entre as gavetas, que também não aparecia. O Alexandre sorria e me dizia, “às vezes essas coisa também acontecem, mas neste horário, de tarde, com certeza não é nada”. Evidentemente, eles saíram mais ou menos rápido, logo após ter achado a chave, e quando voltaram nem deram relato para o Alexandre.

Ele me explica que são poucos os clientes que têm o alarme ligado durante o dia. Quando o contratam para vigiar suas casas, os clientes em geral ativam o alarme de noite. “Nós vigiamos suas casas para que eles durmam tranquilos”, me explica o Ismael, sócio do Wagner. À noite, sempre é o tempo de maior atividade dos guardas e eles me explicam que para que os clientes durmam tranquilos, eles têm que estar em alerta constante. Na mesma conversa, o Wagner conta, zombando, como uma vez o alarme disparou numa das casas que eles vigiam e que, indo até lá, os clientes estavam dormindo. Os guardas ligaram para a empresa explicando que ninguém abria a porta e parecia que todos estavam dormindo. O Ismael explica: “mas como tinha disparado o alarme é o procedimento ir ver o que acontece e desativar o alarme. Temos que ver se tudo está certo”, então os guardas que tinham ido até lá tiveram que acordar os clientes.

Ele explica que, mesmo indo até lá, acontece que várias vezes chegam às casas e têm que explicar para os clientes que seu alarme disparou e que estão lá para ver se tudo está bem porque os clientes nem percebem se algum animal ou alguma pessoa encostou-se aos radares e o alarme foi ativado.

Estas práticas fazem com que a valorização da empresa pelos clientes seja boa e claramente delimita o espaço de sua casa como um lugar que vai ser atendido. Isso vai marcando determinados pontos como vigiados e outros como não vigiados. Se acreditamos na história de Wagner, e algumas outras dos guardas nas quais falam de “*suspeitos*” testando as respostas dos guardas, existiria esta identificação de micro espacialidades “protegidas”. É uma identificação compartilhada por guardas, clientes e “*suspeitos*” e provavelmente, até pela polícia, se tal como explica Zanetic (2010), o policiamento estaria mudando e tendo novas dinâmicas em função da segurança privada e os espaços por ela abrangidos, precisamente no sentido de deixar, sobretudo os espaços semi públicos (campi, shopping, condomínios), como espaços onde se não toda, grande parte da vigilância e controle estaria nas mãos da segurança privada.

Segundo Ismael e Wagner, a polícia, a segurança pública, não oferecem essa sensação de vigilância constante sobre o espaço doméstico ou de trabalho. A segurança privada sim. Ela está presente o tempo todo, e nesse sentido, determinados pontos dos bairros são vinculados à segurança privada antes que à polícia.

Quando se trata de estabelecimentos que são vigiados por alguma empresa mediante câmeras ou a presença diária de algum guarda, o cotidiano da segurança privada é constante e não depende de somente um alarme. O mercado da Santa Cecília, assim como a Farmácia onde trabalhava o Paulo, são exemplos deste tipo de presença. Com horários e um dia de folga na semana, os guardas vão para estes lugares se fazer presentes. Muitas vezes estão conversando com algum dos funcionários, mexendo no celular ou simplesmente lá. Algumas vezes têm que aprender algumas das dinâmicas do lugar para poder responder perguntas das pessoas que entram nos estabelecimentos.

Como os particulares que contratam guardas de segurança privada, para suas moradas ou estabelecimentos comerciais, demandam uma vigilância altamente efetiva e constante, essa demanda termina pressionando "legalmente" às empresas para fazer efetivo o oferecimento dessa vigilância. Neste panorama, quaisquer atrito, insatisfação, ou problemas internos (sejam estes com os guardas ou entre os donos das empresas) serão "resolvidos" o mais rápido possível para seguir atendendo "sem pausa" aos seus clientes. E como os guardas, ao igual que qualquer pessoa, estão cheios de fatores que

os atravessam, gerando "instabilidades", decisões pessoais, dúvidas, e mais, algumas empresas trocam os guardas, e se relacionam com os clientes a partir dos administradores, para que possíveis mudanças não afetem o serviço. Precisamente com o Paulo, cheguei a me aproximar dessas dinâmicas, nas quais ele sempre era o substituto de algum guarda e podia, ao mesmo tempo, ser facilmente substituído por outro guarda.

Em uma das saídas com o Paulo, depois de tentar, sem resultado, que o dono da Conceito Segurança lhe pagasse o salário atrasado, fomos até outra empresa onde ele já estava trabalhando, a Proteção PZ, na vila Santa Cecília. No caminho, ele me contou que esteve trabalhando poucos dias, fazendo a segurança de uma farmácia que contratou esta empresa, mas que teve um problema, pois queriam retirar ele daí. Quando chegamos à empresa, fiquei dentro do escritório com uma funcionária e um funcionário que trabalham lá, e o Paulo saiu para conversar com outro funcionário (muito jovem) da empresa.

O Paulo volta sozinho falando: -Oh! Esse assunto é muito problema para mim. A funcionária olha para ele como querendo falar alguma coisa e o Paulo pede: - Me conta. Nesse momento o funcionário com quem Paulo tinha saído entra no escritório e ela diz:

-Tá, eu vou te dizer: Olha, eles disseram que tu fuma.

O Paulo responde rapidamente - Na rua.

e ela de novo: - que tu tem cheiro de tabaco.

- Mas as gurias também fumam.

- Que tu dá em cima/vai pra cima das gurias, que tu foi pra cima de uma de elas... Eles ligaram pra cá com essa história, eles ligaram e pediram para tu não ir - fala finalmente a guria e o Paulo tenta esclarecer falando muito rápido (...) (Diário de Campo, 23 de fevereiro, 2016).

O que aconteceu depois desta conversa e das reclamações sobre o Paulo foi que deram um emprego para ele no mercado que estava ao lado do escritório da empresa, mesmo quando já havia um guarda ali. Só depois de conseguir isso que o Paulo quis ir embora do local, tendo garantido um novo lugar de trabalho.

No novo emprego, no mercado, o Paulo também durou pouco. Quando fui um dia procurar por ele, não estava mais e o guarda que estava ali, desde o primeiro dia que conheci a empresa, não se mostrou muito disposto a conversar. É claro, ele estava no

horário de trabalho, dentro do mesmo mercado. Este guarda, que nem me falou seu nome, nem o telefone ou o endereço da Proteção PZ, permanecia no lugar caminhando ou parado, silencioso e com o rosto sério, sempre observando o mercado. Os funcionários do local sabiam me indicar onde ele estava, o que para mim significava que eles tinham contato permanente, pelo menos visual, com o guarda, mas não conversavam com ele nem nos momentos de pausa do trabalho. Quando consegui falar com este guarda, ele respondia brevemente, sem dar informação nenhuma e sempre dirigindo o olhar para o mercado e os compradores.

Nunca descobri porque o Paulo tinha saído dessa empresa e do mercado onde supostamente ia trabalhar depois de ter saído da farmácia. Longe de fazer uma denúncia ou problematizar o trato específico do Paulo com as funcionárias da farmácia, o que quero salientar aqui é a diferença dos comportamentos e atitudes dos guardas na sua jornada de trabalho. Um deles pode não falar nada e o outro ter problemas de interação e relacionamento. Cada um dos guardas lida com o seu cotidiano de formas diferentes, não existe um padrão e muitas vezes estes tratos passam a ser impessoais, como no caso de alguns dos clientes que acordam no meio da noite com guardas que não conhecem e que vão até a casa deles para ver se tudo está bem diante dum alarme acionado.

Como se garante então a segurança destes locais? Eis a importância da placa. As empresas vão tentar ter uma presença que permaneça para além dos guardas, manter uma imagem na qual os clientes possam encontrar a sensação de segurança que procuram ao contratar seus serviços. Nestas dinâmicas até as visitas de viaturas das empresas com guardas que os clientes nem conhecem são parte da construção da boa imagem de uma empresa. Nas empresas, geralmente o trato dos clientes é diretamente com a empresa, com os funcionários que estão no escritório e assinam o contrato³⁶ com eles. Os guardas podem ser substituídos ou permanecer como desconhecidos para os clientes, sobretudo no caso dos lugares “protegidos” com alarmes. Nos estabelecimentos com presença constante, a permanência dos guardas depende de seu interagir com os funcionários, mas ao mesmo tempo isso não é garantia de estabilidade para eles. Na primeira empresa onde conheci o Paulo, ele se demitiu por não ser pago. O chefe até conseguiu fazer com que o Paulo trabalhasse mais de dois meses sem salário, argumentando que os clientes estavam demorando a pagar suas contas. E mesmo se o

³⁶ Neste caso, no caso do trato com qualquer empresa de segurança privada, o *contrato* é efetivamente um acordo laboral de serviços de caráter contratual e validado em cartório, onde se delimitam as funções, serviços e responsabilidades da empresa e do cliente.

Paulo era cumprimentado nas ruas, ou atendia ligações diretas dos clientes que o procuravam constantemente, até pelo seu telefone pessoal, ele saiu da empresa.

A STV tem placas em vários estabelecimentos grandes da Vila Santa Isabel e Santa Cecília. É a empresa que administra os lugares de vigilância de uma forma quase impessoal. Os pormenores do cotidiano e os guardas, que são quem, efetivamente, fazem o trabalho, ficam dentro da empresa, mas isto foi algo que pude perceber só acompanhando a trajetória do Paulo, ao longo de várias empresas.

No caso dos guardas de rua, são eles quem constantemente cuidam e vigiam “suas” ruas. No seu dia a dia, existem menos alarmes por erro. Não estão na tensão de um sinal distante, invisível ou que pode dar em nada. Eles estão constantemente avaliando as situações e em alerta contra os “*suspeitos*”, reconhecer o risco e agir segundo cada um deles considerar propício. Todas as suas estratégias visam em oferecer aquela sensação de segurança, o que, em termos mais práticos quer dizer, manter seus empregos mediante as boas avaliações dos moradores. Assim, para os guardas de rua, ter a rua “limpa” é garantia de seguir sendo contratados e até ganhar mais casas ou clientes.

As formas pelas quais eles garantem isto têm a ver com manter suas ruas “em segurança”. Por um lado, é muito importante para eles que sua rua esteja sem moradores de rua nem fumadores de crack, que não se aproximem os pichadores nem consigam sujar seus prédios. Pelo outro lado, é importante dar uma sensação de que na sua rua não acontece nada.

Os guardas costumam dizer que na sua rua não acontece nada. Deixei de ir conversar com o Betinho precisamente porque, mesmo acontecendo algo no bairro nas conversas com ele, sempre me dizia que nada acontecia: “é tranquilo mesmo, a polícia está por perto, toda a vizinhança é de família, não acontece nada por aqui” (Betinho, 16 de fevereiro de 2016). Para ele nada nunca acontecia na sua rua e seu trabalho era muito tranquilo. Já os moradores e os outros guardas não achavam a mesma coisa. Mas o Betinho, convencido disso nunca tinha nada para me contar, ele falava que sim, acontecem fatos de crime, mas: “com outros guardas sim, uma vez roubaram o guarda aqui perto. Pegaram ele dormindo. Botaram faca no pescoço e roubaram a bicicleta dele. Outra vez tentaram roubar outro guarda mas ele deu uma apitada/um aviso com o apito e a gente foi correndo. O marginal já tinha saído mais rápido”recuo?? (Betinho 16 de fevereiro, 2016). Algo similar acontece com os outros aposentados que trabalham com

ele ou perto dele; segundo eles nada acontece nas suas ruas. No máximo, o que aconteceu, segundo eles, foram menores pichando, os quais foram detidos.

É claro que aqui transmito o que Betinho e os aposentados comentam sobre seu ponto, mas isto não quer dizer que os outros guardas, os moradores, ou eu mesma, achamos a mesma coisa. Claramente, os moradores comentam situações, roubos, e até mortes no bairro. Eu já tinha escutado isso de outros guardas, mas no início das conversações e no tempo em que íamos nos conhecendo. Com a continuidade de minha presença e o tempo compartilhado, os acontecimentos, situações de tensão ou perigo foram aparecendo nas narrativas e também em algumas das noites em que estava com eles. Então, a tendência a dizer que "não acontece nada" é mais uma estratégia que serve para manter o ponto e o contrato, onde o que é valorizado é a vigilância constante dos guardas que estão aí, ou acodem ao lugar, o tempo todo, independentemente de se acontecem algo ou não, a atenção constante e a vigilância, de 24 horas, é uma das expectativas dos clientes e uma das características da segurança privada que a diferencia da segurança pública, que precisa dividir sua atenção entre vários setores da população.

3.1.2. O contraponto da segurança privada: o medo dos guardas

Contudo, e a pesar, da idealização dos benefícios de uma vigia constante, a vigilância tem seus paradoxos. Entre os moradores do bairro Petrópolis, e segundo alguns dos guardas (da STV, o Paulo, Regis, Chico) existe a ideia bem difundida, de que os mesmos guardas são os que mais podem arrombar as casas que vigiam. Esta ideia, reforçada por narrações de causos sobre estes temas, contribui a gerar um "medo" dos guardas, que é resolvido, segundo os mesmos moradores, contratando-os, quase para evitar as retaliações.

Para o consumidor de segurança, trata-se de um paradoxo, em que se paga para ser cuidado ao mesmo tempo em que isso gera outra vulnerabilidade que seria estar nas mãos do guarda. Aqui vale a pena insistir na importância da singularidade de cada guarda, pois muitas das relações entre guardas e seus clientes são próximas e de efetiva confiança. O caso do Viana, dentro destas estratégias, é bastante particular, não só porque abundam as histórias de crimes e até um par de mortos no seu ponto ou perto dele, mas porque isto é comentado também pelos outros guardas e moradores, assim como pela mídia. Um dos casos que aconteceu enquanto eu fazia o trabalho de campo

foi um roubo de celular com arma. O jovem assaltado recebeu um tiro e foi morto³⁷. O como o Viana segura e mantém o ponto é algo muito falado pelos outros guardas, sobretudo pelo Chico, que acha que ele consegue manter o ponto por ele ser pai de santo. Nunca consegui falar com os moradores do lugar. Porém, os guardas mantêm a ideia de que algo estranho acontece com este ponto, já que não podem manter aquela ideia de que 'nada acontece' e ainda assim, seu ponto é mantido.

Os guardas, por sua vez, não costumam se sentir mais "seguros" que seus clientes, muito pelo contrário, a maior parte deles são cientes das diferenças econômicas e sociais que marcam desigualdades entre eles. Os guardas localizam-se dentro das múltiplas vulnerabilidades que provoca o caráter informal dos seus serviços. Em tanto os clientes se localizam como as possíveis vítimas constantes dos roubos, os guardas preocupam-se bastante com sua segurança física tentando prover a sensação de segurança para seus empregadores.

O roubo, que terminou na morte do jovem do bairro, marcou um ponto interessante para entender estas vulnerabilidades.

Lembro que o dia que foi no bairro, eu estava voltando depois de um par de semanas. O Regis, ao me ver, até brincou comigo, me perguntando se eu tinha sido expulsa da UFRGS. "Tu ficou sabendo o que aconteceu? - Não. - Mataram um guri... Espera aí, vou guardar o carro". Noto uma guria com uma sacola preta nas mãos bem na porta da estética onde está a guarita. Ela parece com pressa e fica bem encostada na parede enquanto o Regis dirige seu carro para dentro da garagem da estética. Ela sai rapidamente, logo após disso, e o Regis volta a conversar comigo: -Mataram o guri lá na esquina, às 6:30 da tarde. -Mas como assim, eu estive com o Betinho e ele não me comentou nada - É que não dá para falar, você pode ver tudo isso no site no Bairro. Agora todo mundo está com medo. Os caras do mercado estão com medo e a guria da estética também. Por isso que ela nem te falou e ficou ai escondida. Agora ando armado porque daqui a pouco o "bicho pega". Fiquei conversando com ele mais um tempo e ele me comentando do relato dos moradores onde contam tudo o que acontece. (Diário de campo, 31 de maio de 2016).

³⁷ <http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/polícia/noticia/2016/05/estudante-de-enfermagem-morre-depois-de-ser-baleado-em-assalto-5791457.html>

Mais tarde fui até o ponto do Chico. Ele também me comenta sobre a morte do guri, mas ele estava preocupado e, ao mesmo tempo, tranquilo, como assistindo a um evento que já tivesse assistido antes. Segundo ele, foi uma barbaridade, pois foi para roubar o telefone. "Era um guri novo, acho que tinha fechado o ensino fundamental faz pouco. Ele morava naquele prédio, lá", me conta, apontando um dos prédios que está perto da Ivo Corseuil. "Não dá para ficar assim, tem que estar olhando o tempo todo. Isso aconteceu aqui perto". De acordo com os horários, e os pontos, o guri foi morto no ponto do Alemão que subcontrata o Chico, mas antes dele chegar (o Chico chega ao ponto entre as 8h e 8h30 da noite). Provavelmente por isso é que ele estava mais discreto do que o Regis sobre o tema.

Quando o ordinário se quebra com um acontecimento assim, estados de alerta se aguçam, a vigilância parece pouca, e até aparecem recursos, como as armas, como uma preparação para quando algo quebre, como nos mostra o Regis. Porém, a briga pela rua e pela segurança atinge de formas diversas os guardas e os moradores. Enquanto alguns ficam com medo e se escondendo, outros têm que se preparar para eventualidades de maior periculosidade, onde as estratégias dos guardas oscilam entre o apelo às armas e o sigilo. O Chico acredita mais em não intervir quando se trata de um tiroteio. Ele sabe que sem armas a desvantagem é gigante, impossível, e ainda pior, quando eles não têm estabilidade que possa lhes dar um respaldo econômico, a eles mesmos ou às suas famílias.

Em todas as decisões dos guardas intervém uma série de fatores que visam manter o emprego, manter-se seguros e, ao mesmo tempo, lidar com as diferenças sobre com quem eles podem exercer autoridade, usar força ou manter uma conversa. E muitas vezes, todos estes aspectos, entram em tensão e envolvem interações com seus empregadores, a polícia e os habitantes das ruas, cada um deles com seus próprios interesses. Nessas interações, os guardas sabem que estão posicionados num lugar de grande incerteza. Regis, Chico e Paulo são enfáticos em afirmar que eles não tem a segurança dos policiais (para agir com violência e não ser punidos por isso, ou para ter uma aposentadoria) nem o poder dos clientes (capacidade de consumo, relações sociais, nível profissional), pelo contrario, que eles são a ponta da lança do conflito nas ruas, que nem sempre chega a ser controlado simplesmente com a vigilância. Os guardas, precisam lidar com quem é visto como ameaça para seus clientes.

3.2. O jogo de cintura

Para além da importância que os guardas enxergam na transmissão de uma sensação de segurança aos clientes, seu cotidiano tem a ver também com o trato e as interações entre eles e os habitantes da rua. Esse trato, segundo os mesmos guardas, pode ser caracterizado pela necessidade de ter um "jogo de cintura", o que quer dizer que é preciso ter a habilidade de poder ir para um lado e outro dentro de várias tensões. Eu via nestas ideias sobre o "jogo de cintura" uma valorização bem forte da capacidade de resolver situações no momento, o que dava a entender, que tratavam-se de interações bastante flexíveis. Nesta parte, veremos estas interações e suas particularidades, nas quais existe um constante oscilar entre o que os guardas sentem que podem ou não podem fazer com os "suspeitos", e com aqueles que não desejam "na sua rua", para manter seus pontos limpos e "seguros" para seus clientes³⁸.

Fui conhecendo todas estas formas de se referir aos *indesejáveis* nas conversações que tinha com os guardas ao longo das jornadas, de pesquisa para mim, e trabalho para eles. Nestas conversações, escutei várias opiniões dos guardas que expressam como eles se visualizava si mesmos no trato cotidiano com aqueles personagens que têm que afastar das casas, locais e ruas de seus clientes.

O Regis fala, constantemente, que se trata de ter "jogo de cintura", que o guarda tem que ter jogo de cintura, e para ele, isso tem a ver com reconhecer as pessoas com as que vai lidar e agir em concordância:

Tem que fazer a psicológica, não ficar nervoso, o cara tem que saber fazer jogo de cintura, não pode ir direto a dar porradas e jogar eles fora. Os fumadores de crack, eles fumam, mas que seja longe de onde eu cuido, eu conheço os que fumam aqui perto, já vi alguns novos. O cara não tem armas, não precisa, mas assim

³⁸ É necessário esclarecer a linguagem que os guardas usam para se referir às pessoas que vigiam, afastam ou acham que podem incomodar seus clientes, mesmo eu não dando conta dos termos no sentido de definir o que para um dos guardas é um bandido e o que é, para outro, um marginal. Em geral, os termos usados pelos guardas são termos usados no meio urbano e não correspondem a uma gíria particular e, sobretudo, são classificações que dificilmente podem representar algum tipo de pessoa. Os termos usados refletem, como veremos, as várias formas de classificar como opostos aquelas pessoas que são *indesejáveis* para seus clientes. Então, a linguagem oscila entre uma identificação específica (como quando diferenciam os fumadores de crack de potenciais assaltantes) e a linguagem do senso comum (quando falam dos bandidos, marginais ou criminosos, linguagem muito freqüente nos jornais brasileiros). Em questão de escrita, reproduzirei, entre aspas, os termos que eles usam em suas falas. Ainda que ache que não são os melhores termos, a suspeita e as práticas de afastamento dos pontos é o que define a relação dos guardas com os habitantes das ruas.

sabendo a psicológica dos caras, te digo, nem precisa. É isso também que eu explico para os clientes, para eles se sentirem seguros. (Regis, 30 de março, 2016).

O fumador de crack, ainda quando parece ser um potencial receptor de pancadas, não parecer ser uma ameaça se souberem lidar com ele. “*Saber a psicológica dos caras*” para o Regis, tem a ver com intuir ou reconhecer neles se são um perigo ou não. O que determinaria o perigo? Nem sempre é a mesma situação ou o momento da interação entre o guarda e um dos *indesejáveis* da vizinhança que põe em risco a vida do guarda. É importante saber que o risco pode ser permanente, porque quem se sentir ofendido pelo guarda já o tem identificado e conhece seu ponto. Nesse sentido a habilidade do guarda consiste em que os “*suspeitos*” permaneçam “de boa” com ele mesmo sendo expulsos da rua. Esta relação ideal do guarda, na qual ele consegue que os “*suspeitos*” saiam diplomaticamente é algo que, para eles, tem a ver com sua própria capacidade de falar e lidar com eles.

Enquanto o Regis fala do "jogo de cintura", de "fazer a psicológica", o Betinho, acha que, simplesmente, trata-se de tratar bem as pessoas e explicar a situação do guarda dando já um sinal do porque isto é importante:

Tem que estar sempre com olho aberto, aí na área do Jardim Botânico, tocou a faca no pescoço e o guarda caiu. É a maldade que o marginal já bota na cabeça.

- Mas por que, me explica.

-É pelo guarda ignorante, porque empurrou ao abordar... Não é o jeito. Não pode ir direto, o marginal não gosta de ser abordado pelas costas... ele está se sentindo legal... Tem que ir ‘e ai maninho, qual é. E ai guardinha. Seguinte: eu estou cuidando esta casa, esta rua, os moradores não gostam de ver gente por aqui...’ e eles vão embora. Fala de boa e eles saem numa boa. Marginal é marginal. (Betinho, 16 de fevereiro, 2016).

A conversa com Betinho não só fala da importância de saber lidar com os “*marginais*”, mas das consequências de não saber lidar com eles. Os pontos dos guardas existem e se constituem como tais a partir do estabelecimento de uma tensão pelo

controle das ruas. Esta tensão é constante, pois as ruas são formalmente lugares de trânsito e espaços "públicos", comuns, que, no entanto, com a presença de um guarda, mudam para ser o espaço que os clientes querem limpo e livre daqueles que não desejam por perto. O guarda faz este trabalho e a tensão pela rua pode ser tanto violenta quanto não. Tanto o Regis como o Betinho falam da possibilidade de que esta tensão possa ser resolvida tranquilamente, seja por intuir a reação ou o comportamento daqueles que devem despejar ou tendo um bom trato com eles, no momento de evitar sua presença na rua.

Entretanto, como indica o Betinho, há guardas que provocariam dinâmicas mais violentas ao agir com força. O Chico tem uma posição similar, sendo mais crítico ainda com algumas formas de agir de outros guardas. Comentou comigo, no seu ponto em uma das primeiras noites que conversei com ele: “Há esses guardas que estão todo paramentados, se fazendo... mas não precisa. É melhor passar despercebido, parecer um deles, até conversar e sair bem, frente à arma não se pode fazer nada” (Chico, maio 2016).

Ainda que, para todos eles, pareça ser importante ter uma capacidade de lidar de um bom jeito com os fumadores de crack e com os habitantes da rua, eles enxergam pequenas diferenças entre eles, que seriam determinantes. Essas diferenças são também perceptíveis na personalidade de cada um. Seus cotidianos e práticas estão marcados por estas diferenças. Cada uma de suas experiências responde a esse “*saber lidar*” individual com a situação, mas não se pode esquecer que ainda, com toda a amabilidade, os guardas “*limpam*” a rua e “*afastam*” várias pessoas que são identificadas dentro de um parâmetro do não aceitável. Para Carvalho (2000), estes *indesejáveis* seriam os potenciais inimigos ou adversários dos patrões mas, mesmo quando há um verdadeiro medo por parte dos clientes, os guardas sabem que, em geral, não são uma ameaça e, por isso, insistem que o despejo da rua pode se fazer efetivo sem necessidade de agir com violência ou prepotência. Quero dar ênfase em mostrar que a percepção do guarda está condicionada, efetivamente, pelas demandas dos clientes. Nestas percepções sobre como deveria ser o trato com algumas das pessoas que são incômodas para seus clientes, há uma diferença entre estas pessoas e àquelas que seriam perigos reais (assaltante armado). No entanto, todos eles estão numa classificação oposta aos seus clientes e a segurança privada garante que as ruas e casas vigiadas não terão estas presenças.

Com Paulo, o único guarda com quem conversei que é parte de uma empresa, as coisas são diferentes. Para ele o cotidiano tem a ver com uma presença menos negociada devido ao uniforme, carro ou moto com identificações facilmente reconhecíveis. Porém, ele também afirma a importância de se ter jogo de cintura. Ainda com o uniforme, o importante para Paulo é saber fazer uma abordagem que garanta a saída dos “*suspeitos*” dos locais que ele vigia e que isso aconteça com o menor perigo.

Uma das preocupações que atravessa as decisões dos guardas e, conseqüentemente, influencia nas suas formas de resolver uma situação é a noção de perigo. Nas conversas com o Paulo, ele me explica que parte do jogo de cintura tem a ver com sua própria segurança. O jogo de cintura, resolver uma situação de forma mais tranqüila, envolve uma resposta diante de uma situação de vulnerabilidade na qual os guardas acham que se encontram, respondendo às demandas de deixar um espaço limpo e seguro para seus empregadores. Este seria o sentido mais prático daquelas formas aparentemente “brandas” de agir na disputa pelos espaços públicos. Não se trata de respostas irracionais, que dependem só do estado do ânimo, o poder discricional (Zanetic, 2010) ou o bom senso (do Amaral 2016) no caso dos guardas. Passa também pela intenção de autoproteção em situações de perigo latente, o que, aliás, tem a ver com a falta de segurança laboral³⁹. Não é por caso que tanto o Chico quanto o Regis falem das armas, e como é determinante para seu agir vivenciar uma situação na qual exista a possibilidade de confronto com pessoas armadas. O jogo de cintura, o saber como lidar, são estratégias de cumprir o trabalho, ou seja, deixar o lugar limpo e vazio para seus clientes, correndo o menor risco possível e isso se consegue só com a flexibilidade de saber reagir de formas diferentes a cada situação.

No entanto, é importante lembrar que o jogo de cintura é um balanço entre duas ou mais possibilidades, panorama onde as decisões dos guardas podem se desenvolver tanto em respostas de negociação amena e de criatividade, quanto em respostas mais violentas. O fato de ser segurança já estabelece uma delimitação em relação às outras pessoas nas ruas; esta posição negociada às vezes “de boa”, pode também ser uma

³⁹ Uma das opiniões do Regis pode expressar bem este ponto: “Aquele prédio de vários andares que não tem esse serviço [vigilância monitorada] porque precisamente eles [os que monitoram pelas telas] estão só olhando a tela, me paga 500 reais. Eu tenho que pagar outro guarda e o folguista. Quanto acham que vale a minha vida? Na clínica de lá, a mulher que é a dona, queria que eu estivesse 24 horas parado na porta da clínica e me pagar 150 reais. Eles têm grana, são grandões, quanto acham que vale a minha vida? 150 reais?” (Regis, 29 de março 2016). Para os guardas, seu trabalho, que é de risco, é fortemente subvalorizado pelos clientes, ao mesmo tempo em que eles não tem os benefícios da segurança pública, também não têm uma segurança laboral que possa ser obtida pelos bons salários.

imposição que, assim como a negociação amigável, tem, por sua vez, vários recursos de coerção, força e violência.

3.2.1. Tensões, controle e punição.

O trabalho dos guardas de segurança privada, proteger a propriedade privada e às vezes as pessoas que pagam pelo seu serviço, como temos visto até agora, é uma tarefa de controle, vigilância e suspeita constante. Nela atravessam interações com os moradores que são de empregadores ou clientes, e com as pessoas *indesejáveis* para estes consumidores de segurança. Esta suspeita constante e vigilância não estão, claramente, isentas de violência. No final das contas, limpar os espaços públicos de determinadas pessoas é, em si, uma tarefa que, por enquanto, para uns é necessária, interessante e parte das contas habituais, para outros significa despejo, marginalização e, mais sutil e cotidianamente, uma classificação inscrita na sua aparência, que age como marcando constantemente seus corpos com a noção de *suspeito*. Marca que traz muitas lembranças e valorações fundamentais da diferenciação social.

É claro que, ao falar do aspecto mais violento das práticas dos guardas de segurança privada nos situa no contexto da criminalidade, pois, afinal, a segurança privada é vista como uma resposta a ela. No Bairro Petrópolis e sempre na linha da etnografia, essa criminalidade tem a ver com roubos e também com algumas mortes que me foram narradas pelos guardas, algumas das quais aconteceram no tempo da etnografia. O Chico, o mais antigo deles, é quem mais identifica estes fatos na memória do bairro e dos guardas. No seu acervo de lembranças, várias cenas são marcantes. Ele identifica a rua que conecta a Ivo Corseuil com a terceira perimetral (sem guarda conhecido) como o ponto mais perigoso, onde corpos foram jogados e vários assaltos aconteceram.

Para os moradores, o bairro tornou-se perigoso pelos roubos de carros, um dos maiores medos deles e algo que, evidentemente acontece mais frequentemente. O Júlio, um dos moradores da rua Ivo Corseuil, numa conversa noturna na rua onde está a guarita do Regis, enquanto passeava com o cachorro, me contou um destes eventos que tinha acontecido não fazia muito tempo:

Acho que aqui há muita segurança privada, porque há muita criminalidade. No outro dia roubaram o carro de meu cunhado, aqui no bairro, em frente da sua casa. Sexta-feira santa, ele estava

chegando de carro e a sua esposa estava arrumando o lixo, tinha lixo jogado na rua e ela estava arrumando isso, aí apareceram dois caras armados e falaram para ele descer e nunca mais viram o carro. Sexta-feira santa, seis da tarde. E quando arrombaram o carro, onde estava a segurança? É que às vezes é de não acreditar, tu sabe o que nos falou o Alemão quando aconteceu o roubo? Ele nos diz que era um truque de seguros! Imagina! É certo que aqui no Brasil há muito engano com as seguradoras, mas dizer isso quando ele mesmo tinha que estar cuidando... (Júlio, vizinho do Bairro Petrópolis, 30 de março de 2016).

No cotidiano existe uma constante preocupação com o roubo dos carros, que determina certos serviços especiais dos guardas. O Regis recebe ligações rotineiras de pelo menos dois moradores que solicitam que ele revise as ruas pelas quais seus clientes vão chegar de carro até suas casas. Com um dos moradores, eu vi que recebe uma primeira ligação e logo depois, quando ele está caminhando para checar as ruas, recebe outra mediante a qual o Regis comunica que tudo está bem. Com o outro vizinho, o Regis recebe a ligação e se movimenta até uma esquina de onde olha as ruas e logo vai até a seguinte encruzilhada por onde já está passando o carro do cliente, que o Regis observa levantando um pouco a mão e o dedo para sinalar que tudo está certo. O carro passa e o Regis caminha de novo até seu ponto.

Já no caso do Paulo, as coisas são diferentes. Nas empresas que trabalham com monitoramento, a vigilância está mediada pela tecnologia e a resposta dos guardas:

Nós estamos aqui 24 Horas por dia. Tem sempre alguém aqui. Todos os clientes tem nosso telefone e podem ligar. Se acontece o roubo do carro de um cliente nosso, ele nos liga e nós olhamos aqui onde que o carro está. Numa ocasião, o carro da Cliente foi roubado, ela nos ligou – Ohh, roubaram o meu carro - e nós corremos a olhar na tela. Tu acredita que ele estava aqui mesmo, aqui na rua, nesta mesma calçada. Tu acredita?

- E o que fazem quando isso aí acontece?

- Nós bloqueamos o carro se se puder, e vamos até onde está o carro e ligamos para a polícia. Também se acontece que roubam o carro e o cliente ainda não sabe, ligamos para o cliente, para lhe informar o que está acontecendo e dizer que a gente já está na função de recuperar o carro.

- Então vocês trabalham junto com a polícia...
- Não, não, mas ligamos para eles prenderem os ladrões.
- Vocês não prendem ninguém?
- Os “pedreiros”, os fumadores de crack, sabe, as coisas assim menores, mas quando é roubo de carro que é com arma, não podemos. Aí a gente liga para a polícia, e vamos junto porque são nossos clientes. (Diário de Campo, 10 de fevereiro de 2016).

Neste contexto, é claro que nem todas as respostas dentro do jogo de cintura podem ser tranquilas ou dentro de uma negociação falada. O jogo de cintura, como tínhamos falado, também oscila para o lado menos amistoso. As decisões sobre o que fazer em uma situação conflituosa pode ir para o lado da perseguição, do uso da força e da violência. No entanto, estão muito longe de ser aplicadas nos casos efetivamente criminais como os roubos de carros. O que pude acompanhar me mostrava que o jogo de cintura consiste em várias formas de reconhecimento das situações de risco, que o guarda evita e que, ao mesmo tempo, identifica como situações a serem solucionadas pela polícia. Entretanto, no decorrer do dia a dia dos guardas, o jogo de cintura também consiste em saber identificar aqueles com quem exerce uma violência:

Vou te contar, cara eu me lembro até agora. Eu vi ele, um cara suspeito, indo por esta rua e descendo pela rua de lá. Daí já vi que ele estava voltando, cara, super encostado nas grades do mercado. Aí, eu me liguei que esse cara estava planejando algo. Essa casa aí que tu vê... era uma obra e estava com grades e tapume. Ele assim, bem encostado pulou o tapume e entrou na obra. Eu chamei o outro cara do mercado: ‘vamos juntos, não vamos deixar sair o cara’. Aí fomos e não deixamos ele sair. Ele chorou! O outro cara que estava comigo tinha um facão e se ele [o *suspeito*] não tirava a mão, ele cortava a sua mão. O cara estava dando com o facão para onde ele [o *suspeito*] sacava a mão. ‘Me deixa sair, me deixa sair’ pedia. E ele ali com o facão. Numa dessas dá com o facão e até cortou um pouco, mas ele tirou a mão. Mas, ele poderia ter quebrado a mão, daí, para quem ia ser problema? Nós não deixamos sair e liguei para a polícia. Eu falei para ele guardar o facão ‘a polícia vai chegar’. Quando chegou a polícia e viram ele, ele tinha roubado uma sacola de pregos. Mas, sabe o que disseram? ‘vocês, peguem

ele e levem até o descampado, lá onde não há ninguém e façam com ele o que quiserem’.

O Regis faz uma pausa. Eu estou de olhos bem abertos, assombrada e ele continua: Sim! Foi isso mesmo que falaram. Cara, se nós fôssemos aceitar isso...faríamos qualquer coisa nele e logo quem ia ser denunciado somos nós! Ou se acham ele no descampado aí a polícia ia dizer que fomos nós e é sua palavra contra a nossa. Então não. ‘Me desculpa oficial, mas não podemos fazer isso’. Sabe o que aconteceu? Cara, eles deixaram ele ir embora. Eu vi ele ir caminhando. Mas, tu viu, por uma sacola de pregos. Se o outro tivesse cortado a mão dele, ou se nós tivéssemos aceitado os policiais, o problema que teríamos.” (Regis, 30 de março, 2016).

Na fala do Regis me debrucei com a percepção que um guarda pode ter sobre aqueles “*suspeitos*” no seu ponto. Nesta situação, assim como ele, os policiais também mostram um desprezo absoluto pela vida daquela pessoa apesar de todos saberem que o *crime* foi roubar uma sacola de pregos. É aqui que Carvalho (2002) traz, oportunamente, a reflexão sobre a banalização da vida nos dois sentidos: matar por um celular e agredir uma pessoa com um facão por uma sacola de pregos. Como poderia compreender este tipo de agir sem julgá-lo exagerado e procurando entender tudo o que podia estar intervindo nele? Como tornar inteligível estas situações?

A violência policial, na narrativa do Regis, aparece mostrando que sempre pode ser maior ao jogar a vida desta pessoa nas mãos dos guardas, ou seja, ao dispor da vida de outra pessoa. Os guardas rejeitam esta proposta, mas o fazem pela proteção e cuidado deles mesmos e não por algum remorso pela banalização da vida do *suspeito*. É importante nos perguntarmos se eles agiriam da mesma forma se tivessem a impunidade policial. A resposta negativa dos guardas à oferta feita pelos policiais deixa perceber uma moralidade diferente: eles não agem igual à polícia. Mas, observar este fato, não me deixa com a sensação de entender, completamente, a complexidade da violência da segurança privada.

O Regis não economizou em anedotas sobre o lado violento do jogo de cintura. Em outra das suas falas ele me contou sobre o roubo a uma casa que ele protege:

Olha, eu vou te contar, deixa que eu te conto. Uma vez entraram para roubar nesta casa - ele mostra a casa do lado na qual há uma

guarita, uma casa numa esquina, com grades que deixam ver a casa e o jardim muito bem cuidados - eles sabem que eu estou aqui, que este é meu posto e roubaram a casa do lado! Eles são muito... tem que ter pouca vergonha. Eles entraram pela grade, por um espaço muito pequeno entre a grade e a parede, os donos estavam viajando e ele entrou. Bah! Foi muito rápido. Ele pulou e já estava saindo e foi pra lá. Eu já tinha olhado alguma coisa estranha com ele. Ele estava todo de preto e acomodou o capuz quando passou por aqui, a mochila nas costas. E começou a descer por essa rua eu já fui correndo até a esquina e vi que estavam faltando duas das lâmpadas e fiquei louco! Peguei a faca que tenho na guarita e corri atrás dele. Ele estava aí correndo e consegui lhe segurar pela mochila. Aí ele deixou a mochila e foi correndo embora. Eu estava louco. Se eu pegava ele com a faca... como eu estava... eu ia estragar minha vida. (Regis, 28 de fevereiro de 2016).

De novo, uma situação potencialmente violenta por um bem pouco significativo. A violência é mais pelo 'respeito' ao ponto do Regis. Mas, o que o guarda me mostrava com isto? Posso simplesmente entender que o Regis faz respeitar seu ponto de um jeito ou de outro e que, por isso, é um dos guardas mais requisitados?

Não podia esquecer que a referência inicial que tinha sobre o Regis era que, numa situação de roubo, ele tinha se escondido. Isto foi exposto por uma das vizinhas do bairro e falado por ela diante do mesmo Regis. Naquela vez ele se esquivou dos detalhes e manteve a palavra de que ele sempre está atento ao que acontece. Posteriormente, quando eu já tinha passado vários meses conversando com ele, me explicou que, efetivamente, ele tinha se escondido porque era um roubo com arma e que nessas situações o que ele poderia fazer: proteger com sua vida o lugar?: "Quanto os moradores acham que vale minha vida? não dá para estar assim desprotegido" me pergunta e responde. Lembro disso porque tenho a impressão de que o Regis tem clara noção da diferença de classe existente entre ele e seus empregadores. Ele está questionando, com essa insistência sobre o valor da sua própria vida, as desigualdades dessa diferença. Para mim isso era o maior mistério de seu agir: que, mesmo quando ele era ciente das desigualdades sociais, ele agia com severidade diante de roubos que ele mesmo sabia que são menores (sobretudo tendo em conta a capacidade de gasto que se

pode perceber entre moradores do bairro), mas que, ao mesmo tempo, ele considerava 'errados'.

Provavelmente, as falas do Regis foram as que mais chamaram minha atenção e ficaram na minha cabeça pela clareza e total ausência de incômodo que existia na sua fala em relação às pessoas não desejadas no seu ponto, pela determinação com a qual ele vive seu trabalho de guarda. Ao mesmo tempo, ele identifica com nitidez as diferenças de classe, onde ele está em desvantagem em relação aos seus empregadores, e mesmo assim faz o trabalho para eles, se arriscando repetidamente. Mas o que quer dizer isto? Poderia ficar com a versão de que ele está lutando contra o crime e protegendo o bairro dos “*suspeitos*” mas, este tipo de situações não são as que acontecem cada dia. A maioria dos confrontos com uma situação de roubo (que é a situação de maior perigo já que ocasionalmente pode terminar em violência e assassinato) correspondia a lembranças e fatos às vezes distantes. Aquela imagem da violência que acontece o tempo todo, pelo geral está acompanhada de que essa violência acontece, o tempo todo, mas longe. O fato de ter histórias de violência para contar sempre incrementa a sensação de vulnerabilidade ainda quando sejam histórias de outro bairros. O que se percebia em tudo isto, para além do discurso do crime? A resposta viria só relendo os diários de campo e a página de Facebook do bairro. Relendo minhas anotações tentei entender se esta era uma opinião compartilhada por todos os guardas, que talvez eu não estava percebendo no percorrer do cotidiano com os guardas e nas conversas sempre amigáveis que tinha com eles. Na simplicidade e riqueza do ordinário, na descida ao cotidiano onde 'não acontece nada' que me mostraria que a violência da segurança privada vai além das situações que podem ser tipicamente catalogadas como criminais.

O Paulo, que tem uma vivência diferente do resto dos guardas que conheci, por sua vinculação às empresas, me mostrou, nas conversas que tive com ele, sua percepção sobre o lado mais violento do jogo de cintura. Segundo ele, as coisas nas quais ele pode intervir sem presença policial são quando se trata de moradores de rua e fumadores de crack: "ai tu resolve sozinho, dá uns tapas ou um susto neles e pronto, já quando é roubo com arma, roubo de carro, o cara tem que ligar para a polícia" (Paulo, 23 de março de 2016). Quando perguntei se os roubos sem arma também eram registrados com a polícia o Paulo respondeu que nem sempre, que se é pouca coisa eles resolvem assim, dando um susto, "dando uma ideia".

O Chico, como os outros guardas de rua, tem experiências nas quais teve que agir para deter um roubo ou um suspeito, e em geral sua impressão é de estar muito atento, mesmo quando se tratava de um roubo pequeno. Não escutei, nem dele nem do Betinho, posições similares às do Paulo ou do Regis, mas certa noite, no ponto do Chico e conversando com ele, presenciei como esta violência age sem necessidade de "alguma coisa acontecer".

Estávamos conversando no seu ponto, sempre naquela posição de estar encostados na parede mais escura para ter visibilidade sem ser facilmente visíveis, quando percebo que ele fica muito alerta, mas seguíamos conversando. Notei que o que estava chamando sua atenção eram uns moleques de moletom que passavam pela rua em frente. Eles iam descendo, caminhando e conversando sem elevar a voz como para não escutar o que diziam. O Chico seguiu eles com o olhar até eles se perderem da visão na curva que já vai saindo do seu ponto. Mas, antes de eles saírem de nossa visão, uma mulher na mesma calçada em frente fez um sinal com a mão para o Chico, como apontando eles muito sutilmente. O Chico falou 'eu vi' e logo após lhe indicou 'vai para a casa'. A vizinha sorriu para ele e começou a caminhar. O Chico voltou a conversar comigo menos tenso. (Diário de campo, maio de 2016).

Fiquei me perguntando se os moleques teriam percebido a situação. Ao voltar para casa e revisar a página do Facebook Vítimas do Bairro Petrópolis, vi uma publicação em que um dos moradores alertava aos demais sobre estes mesmos moleques caminhando em atitude suspeita pelo bairro.

“Vítimas no Bairro Petrópolis, Jardim Botânico, Bela Vista e arredores”, “3/5 2016- 18:00 - Alerta - dois suspeitos na praça das nações unidas - eles ainda devem estar pelo bairro, são magros, de moletom preto e boné o outro de casaco vermelho e correntão no pescoço pra fora, são semelhantes aos que tentaram assaltar no mesmo local no sábado. a polícia já foi avisada.”

Já antes desta situação, eu tinha conversado várias vezes com os guardas sobre o que eles achavam suspeito e o Chico, nesta noite, quando perguntei o que tinha chamado sua atenção, me explicou: "Eles são suspeitos sim, pela roupa, pela forma de

caminhar, porque não são do bairro e, o quê estão fazendo por aqui?". Segundo ele, os caras de moletom são "*suspeitos*", pois é roupa que usam os malandros. Ao lhe dizer que muitos jovens usam esse tipo de roupas, ele sorri e me diz que dá para perceber quando são jovens tentando imitar e quando não. Mas são diferenças que ele não me explica, que dificilmente são explicáveis, são as diferenças que estão nas sendas do inominável, mas que fazem parte do reconhecimento social. Não foi à toa que tanto ele quanto a vizinha fizeram aquele reconhecimento dos *corpos* "*suspeitos*". Lembrando além do mais, as conversas sobre os acontecimentos violentos como roubos, ele mencionava sempre o moletom e identificava sempre homens, às vezes pretos, mas, em geral, jovens. Para o Regis a visualização das pessoas que ele identifica como "*suspeitos*", passa pela roupa escura e a forma de caminhar que, ou é muito devagar ou é muito rápida, olhando em direção às casas, que não é normal. Porém, nas conversas também identificava sempre homens jovens, que escondem a cara nas roupas escuras e homens morenos. Ainda que a cor da pele não seja muito mencionada, nas fotos do site das Vítimas do bairro Petrópolis é claro que aqueles fotografados e expostos como "*suspeitos*" são, em sua maioria, *não brancos*⁴⁰.

Os tempos da vigilância são isso. São tempos de estar atentos para identificar "*suspeitos*". Existe uma suspeita constante que, se acontece algo ou não, vai marcando a vida dos outros, daqueles "*suspeitos*". Tanto as decisões de tratar bem quanto as de "*dar uns tapas*" são parte do jogo de cintura ou poder discricional no qual os guardas ponderam sua segurança, as expectativas dos seus patrões, e as marcas constantemente feitas sobre determinadas corporalidades. Estas corporalidades são as que estão à margem dos ideais de cidadania: moradores de rua, fumadores de crack, pobres, pretos, vestidos com moletom e roupas pretas, Ou seja aquelas pessoas *não brancas*, são os "*suspeitos*" de sempre, os *indesejáveis*, aqueles que serão despejados das ruas privatizadas pela presença dos guardas.

Estas dinâmicas, para além do jogo da cintura, envolvem realidades profundas e históricas da desigualdade social, na qual a procura constante de *suspeito* identifica e marca determinado tipo de pessoas sob a ideia de uma vinculação imediata com a

⁴⁰ Uso a noção *não branco* porque esta noção abrange uma diversidade de existências que precisamente são identificadas a partir da sua oposição à categoria *branco*, outra categoria que pode ser útil como recurso para estas generalizações a partir de antagonismos é a noção de *pessoa de cor*, menos usual no Brasil, porém muito mais presente na retórica de outros contextos da América Latina (Benavides, 2011). As fotografias dos "*suspeitos*", assim como toda a interação da rede social, que exemplificam uma suspeita daqueles não brancos pode ser consultadas em: <https://www.facebook.com/violenciapetropolis/>.

criminalidade, que denota perigo, mas também outra ideia ainda mais sutil, de diferenciação social na qual a pobreza, a raça⁴¹, o gênero masculino e a juventude passam a ser características associadas à marginalidade e delinquência⁴².

Os guardas nas ruas, ao privatizá-las, fazem um exercício efetivo e constante de autoridade, que mesmo quando está em constante negociação, sobretudo com a segurança pública, age como autoridade sobre determinadas pessoas, seja na possibilidade de abordá-las, de pedir a elas para se retirarem, de fazer elas se retirarem, de agir violentamente contra elas por roubos menores, ou, simplesmente, marcando-as cotidianamente como suspeitas. Nesse sentido, as relações de autoridade são inscritas nos corpos das pessoas que, já sendo, com muita probabilidade, sujeitas a estas mesmas dinâmicas por parte da polícia, são também sensíveis a serem marcadas ou perseguidas e agredidas por guardas civis, de uma segurança privada que responde aos interesses de alguns cidadãos. Enquanto que os guardas exercem efetivamente um tipo de autoridade, esta consiste em marcar constante e sutilmente nos corpos dos “*suspeitos*” e dos moradores.

O reconhecimento e diferenciação de uns e outros, são os momentos de identificação de “*suspeitos*” como os momentos nos quais os corpos são continuamente marcados por ser parte de uma memória coletiva, onde marcas históricas e sociais são lembradas constantemente. Os guardas, neste contexto, e respondendo sempre às demandas dos seus clientes, fazem esta lembrança e marcação das diferenças sociais que ficam evidentes nessa procura por apresentarem o bairro como um espaço “seguro”.

E ainda quando tentei entender as múltiplas formas da violência, dentro do jogo de cintura, observei que os guardas não consideram, nunca falaram das suas práticas como violentas. Eles consideram, têm a certeza, de que não são violentos, pois como eles mesmos enfatizam, eles não agem que nem os policiais. Há uma clara distinção

⁴¹ Em relação a raça, cabe destacar que os termos negão, preto ou moreno, saíram pouco nas conversas cotidianas com os guardas. Porém, um fato a ser tomado em conta é que, para além da expressão, da manifestação explícita em palavra escrita ou falada, uma coisa vi acontecer: quando um dos guardas se punha atento diante de alguma pessoa, esta pessoa que já era identificada como suspeita, não era branca nem aparentemente rica. Contrastando esta atitude com as dos moradores, é claro que eles agiam igual aos guardas, tanto nas ruas quanto compartilhavam algum gesto ou palavras sobre ter achado alguma pessoa suspeita, quanto através do site de Facebook, onde, de novo, para além das palavras, nas fotos que compartilham, os “*suspeitos*” são não brancos e também não demonstram, claramente, sofisticação nas roupas.

⁴² Sobre a criminalização da pobreza, Cecilia Bouças Coimbra, apresenta um interessante rastreo histórico sobre como “certas subjetividades, associando pobreza e periculosidade, foram construídas/fortalecidas ao longo de todo o século XX e entram a todo vapor neste século XXI sob novas maquiagens.” (Bouças, 2006:10).

aqui, que lhes faz acreditar que quem usa a violência e a força é a polícia e não eles. Trata-se de gradações no uso dela? desta força e violência? Apesar de que a força policial não faça parte da minha pesquisa e de eu ter me encontrado com eles, policiais, só por mediação dos guardas, o papel da polícia, em tudo isto, é importante de mencionar. As diferenças entre os policiais e os guardas, assim como suas interações, são fundamentais para entender as sutilezas da segurança privada. Ao final, são os policiais quem permitem ou censuram o atuar dos guardas. As interações com os policiais vão desenhando as permeáveis fronteiras das margens do Estado.

3.3. Diferença e Proximidade. Interações entre guardas e policiais.

"- Nem que fosse policial⁴³! Olha, eu sou a mesma pessoa, fardado ou não. Eu cumprimento todo mundo na rua e mesmo onde eu moro eu saio fardado e cumprimento todo mundo, até os caras da boca. No início, claro, rolou uma incomodação: 'será que ele não é caguete, será que não é brigadiano disfarçado...?' mas, tu vai falando, trocando, eles vêem que tu não é isso, nem vai com a polícia..." (Paulo, 23 de março, 2016).

Quando escutei este tipo de fala, entendia que até era um insulto ser comparado com a polícia. Os guardas de segurança privada insistem que eles são diferentes e que mesmo quando o trabalho pode ser similar, eles são diferentes. Na posição do Paulo, há várias coisas que me deixaram pensando: eu tinha perguntado para ele se as pessoas o tratavam diferente por ser guarda. Mas, ele me respondeu, falando dos "*suspeitos*" e da diferença que ele demarca entre ele mesmo e o policial. As palavras do Paulo mostram que ser guarda de segurança privada não configuraria uma diferença importante no seu cotidiano fora do trabalho. O Regis, em outra atitude, prefere não revelar que é guarda de rua e é conhecido, no lugar onde mora, como instrutor de Muay Thai. Quando perguntei porque era assim, ele me explica que é porque ele já era instrutor e que tem aquele sonho de, no futuro, abrir uma academia. O Chico é outro que não informa que é guarda e ele até na vestimenta no trabalho, é quem menos "parece" um guarda de rua ou parte da segurança privada. De moletom e calças folgadas ou jeans, num aspecto bastante juvenil, ele marca uma diferença constante com o aspecto policial. O Regis ou

⁴³ Esta é a resposta à minha pergunta: - As pessoas te tratam diferente por tu ser um guarda?

o Paulo, por exemplo, têm aquela forma de levar o corpo de forma rígida que é similar às forças públicas e disciplinas militares.

A atividade laboral é um dos temas mais recorrentes na vida social, tanto que alguns dos guardas preferem nem falar do trabalho que fazem ou até escondê-lo. Isso me faz perguntar o quanto é incômodo, para eles, serem reconhecidos como parte da segurança, e ainda mais, serem colocados no mesmo conjunto que os policiais.

As relações dos guardas com a Polícia transitam pela ambivalência de agir em arenas similares, mas sem querer confundir suas formas de agir. O cotidiano da interação entre guardas e policiais está marcado, nesse sentido, pela diferença e ao mesmo tempo pela proximidade.

São diferenças e proximidades que se misturam em cada atividade. O afastamento que os guardas marcam em relação à polícia está profundamente marcado pelos critérios sobre o uso da força e violência física. Quando o Betinho fala do agir das forças públicas explica: “agora o policial, ele entra arrepiando” (Betinho 21 de fevereiro 2016), demarcando uma diferença importante sobre as formas de agir entre ele e o policial. O Regis já tinha acentuado esta diferença quando contava como a polícia sugeriu para ele e outro guarda “fazer o que quisessem”, num descampado, com um dos “*suspeitos*” que eles tinham retido numa construção. Todos os guardas asseveram que eles são diferentes porque não entram para matar, porque não são abusivos, porque não entram atirando. Porém, na prática, esta diferença tem a ver também com a proximidade, que é marcada a partir das experiências que eles têm com o agir policial. Numa das lembranças do Chico, escutei que houve uma troca de tiros entre a polícia e uns “*suspeitos*” que iam passavam em um carro. Como ele mesmo explica, neste tipo de situação o guarda não tem muito mais a fazer do que ligar para a polícia.

Uma tarde no escritório da STV, o Ismael me explica esta proximidade:

O ladrão não está nem ai com ser filmado. As câmeras não resolvem nada, é preciso só interagir, estar atentos, nem a polícia faz nada, se tarda mais em fazer a ocorrência que o ladrão em sair da delegacia. Mas a empresa tem que fazer, - são vocês que fazem as ocorrências? - Não, a empresa só acompanha. É o cliente que tem que fazer a ocorrência e o guarda já dá depoimento e acompanha. Também somos nós que ligamos para a polícia, porque se for qualquer pessoa eles não vão, agora se recebem ligação de uma empresa: "Olha sou da STV e tenho uma situação

de roubo armado" eles já sabem que é verdade e vão. (Ismael, STV, 4 de maio 2016).

Já o Paulo tinha comentado também desta interação na resolução de situações. Só o Regis que, mesmo reconhecendo que tem que ligar para a polícia e que eles chegam até o lugar, às vezes, mantém que os policiais não atendem as necessidades. Alega que eles nunca vão se alguém liga para eles, "tu acha que eles (os policiais) vêm?, Eu sigo esperando...". Ainda com essa posição, o Regis interage com os policiais, continuamente, no seu trabalho.

A interação com a polícia é comum para todos os guardas. O Betinho conta como costuma ser com ele. Fala que tudo está bem com os policiais, que sempre cumprimentam a ele e que até tomam chimarrão juntos, que passam o tempo todo pela rua. Essa ideia não é compartilhada por nenhum outro dos guardas, mas o Betinho se mantém firme na defesa dessa "parceria", talvez assim é que ele consegue segurar seu ponto o apresentando como um espaço seguro para seus clientes, lembrando que é o ponto conhecido como o ponto dos aposentados devido a que todos eles são maiores de 65 anos.

O Paulo conta como são estas relações e interações com os policiais:

Uma vez estávamos cuidando um instituto de informática, Nós estávamos lá toda à noite e o lugar tinha uma das paredes que dava ao mato, a um lugar onde não havia nada mais. Foi por aí que os bandidos tinham entrado, estávamos dois no prédio quando escutamos um barulho e fomos até lá. Eles já estavam dentro e atiraram contra nós. Nós estávamos com colete à prova de balas, mas deram em um de nós, ele caiu e fomos ao chão, começamos a ligar para a polícia. Os bandidos entraram já dando tiros em nós e logo saíram até esse lugar onde não havia nada. Pegaram computadores, telas, várias coisas. A polícia demorou em chegar. Até eles chegarem já os outros tinham ido longe. As câmeras filmaram tudo, como eles entraram com as armas e como nós não podíamos fazer mais nada. (Paulo, 23 de fevereiro, 2016).

Cabe ressaltar que diante destas situações, a resposta, de novo, não foi o confronto a tiros, mas ligar para a polícia. Estas interações, parecem mostrar um acordo

tácito entre agentes de segurança, privada e pública, no qual o que pode ser considerado um crime de risco "maior" será prioritariamente atendido pela polícia. O Paulo fala que só no caso dos moradores de rua e fumadores de crack eles podem resolver sem ligar para a polícia, esses problemas são desconsiderados pelas forças públicas e resolvidos pelas forças privadas. Os guardas ficam como um elo na segurança e podem agir "independentemente" somente em determinados casos⁴⁴. Poderia se falar de uma divisão não falada das funções e problemas, divisão na qual, em todo caso, o espaço tem que ficar "limpo" para continuar satisfazendo as demandas dos clientes.

Entretanto, tanto o Paulo quanto o Regis fazem serviços de escolta ou de guardas de eventos nos quais ambos relatam que é preciso portar uma arma, já que existe a possibilidade de ter que entrar num confronto que não será deixado para a polícia. Nestas situações, que se desenvolvem em lugares e momentos ainda mais privados do que as ruas e lojas, os guardas experimentam uma "permissão" tácita de resolver determinados problemas sem recorrer à polícia, mas isto se deve ao fato de que nestas práticas, em geral, há algum policial fazendo parte do trabalho. O amigo que convida Regis a fazer este tipo de serviços é um policial. É ele quem empresta uma arma para o Regis e é ele também que o visita (como presenciei um par de vezes) e treina junto com ele. Assim, seria a presença policial que daria aquela permissão de porte de arma e resolução de situações de forma mais independente. De novo, proximidade. Os policiais e os guardas interagem constantemente, não só nas ruas ou no cotidiano da segurança privada, também fora disto, nos famosos "bicos", nos trabalhos extras, em espaços privados que demandam e podem pagar uma segurança particular que mistura os dois universos da segurança: a pública e a privada.

A proximidade, porém, não omite a diferença e às vezes até a distância. As diferenças com os policiais têm ainda mais nuances nas ruas, a polícia é assumida como

⁴⁴ Devemos tomar em conta, no entanto, alguns eventos, recorrentes indicam o contrário. Várias denúncias contra o agir abusivo de alguma empresa de Segurança Privada podem ser encontrados nos jornais, como é o caso da empresa NASF, em Pelotas, acusada de tortura, seguimento e amedrontamento: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/04/mp-faz-ofensiva-contras-empresa-de-seguranca-suspeita-de-tortura-em-pelotas-5754679.html>. nesse mesmo sentido entendemos as várias denúncias sobre o uso de segurança privada como forças de violência, por parte dos fazendeiros, contra os indígenas, sendo que algumas empresas são denunciadas por terem cometido até massacres. Destas denúncias, poucas tem uma repercussão, como o caso da empresa GASP em MS: <https://www.ecodebate.com.br/2014/03/12/sedes-da-gaspem-empresa-de-seguranca-privada-envolvida-em-morte-de-indigenas-em-ms-sao-fechadas/>. em estes casos o acordo tácito se quebra, e a segurança pública, se vê, demandada a mostrara seu controle e autoridade interditando as empresas denunciadas.

a força violenta que pode usar seu poder contra os "*suspeitos*", mas também contra os mesmos guardas.

Ele [o policial que habita no Bairro] veio morar aqui faz uns anos. É um policial da Civil, e daí ele começou a me perguntar o que eu faço, qual é minha licença. Aí eu falei também que eu treino na academia, que tenho amigos policiais, mas ele, não, ele queria me incomodar mesmo. Aí que ele veio com esse papo de fechar minha guarita e que para liberar ela eu tinha que pagar uma coisa de mais de mil reais. Imagina! Aí eu cheguei com minha esposa e minha filha: ‘Olha eu sou um cara de família, eu trabalho aqui faz tempo, todo mundo confia em mim’. E ele nada, ele me diz que nós estávamos tirando o seu trabalho. Olha, eu não estou tirando o trabalho de ninguém. Faz dez anos que eu trabalho aqui e nosso trabalho é aqui mesmo nas ruas, cuidando o patrimônio. Como ele não deixava de me incomodar, eu lhe falei que eu ia perguntar ao juiz e ao advogado. Eles sabem que um advogado é mais alto que eles e eu tinha mesmo falado com o advogado [outro cliente do Regis, habitante do mesmo bairro]. Ele é gente boa, me falou que não podia fazer isso, que eu lhe perguntasse para quem eu tinha que passar a grana, o nome da pessoa, em que delegacia, que ele ia me ajudar em qualquer coisa. E isso mesmo que eu falei pra ele. Quando eu falei do advogado, ele nunca mais apareceu, nunca mais nem me falou. (Regis, 24 de fevereiro de 2016).

Esta relação tensa com a polícia, que atinge uma competição pelo trabalho, e o que ele significa: controle, vigilância, poder de usar a violência, forma parte de uma história com vários picos referenciais. O Chico lembra um desses momentos na história:

“Antes era mais controlado pela polícia. Eles estavam direto aqui nas ruas. O corpo especial de controle nas ruas, eles eram que impregnavam. Passavam na viatura para perguntar o que fazíamos, às vezes nos levavam até a delegacia. Era ilegal cuidar as ruas, era trampo de policial. Já faz tempo que não existe mais isso, até que pode ser que exista mas eles já não saem assim a fazer controle” (Chico, 11 de maio, 2016).

Mas a tensão com a polícia, também forma parte daquela tensão exposta pela tese weberiana da busca estatal pelo monopólio da violência, que nunca foi tão absoluto. O controle sobre as ruas, segundo os guardas, era feito antes, pela polícia e, agora nos bairros residenciais, é um trabalho realizado pelos guardas da segurança privada. Essa transição que relata o Chico, não esteve livre de atritos, que até agora vão e vem, pelo qual as interações entre os guardas e os policiais se revelam com uma negociação constante desse monopólio.

Longe de ser uma novidade, parece que a negociação retratada pelos guardas, provém de uma ampliação da aceitação bastante generalizada dos policiamentos privados e das violências que estes implicam (de Almeida, 2014). Até existe uma parcial aceitação dos “justiceiros” (Schuch 2016) e dos “cidadãos de bem com armas” (Santos, 2012).

No entanto, segundo os guardas, a violência extrema, o uso da força seria algo mais típico da polícia. Isso marca para eles uma posição que critica esta violência, e o que esta atitude representa. O afastamento da polícia, nesse sentido, parece ser uma questão ética, uma forma de mostrar que os guardas têm uma vinculação com a população diferente à dos guardas, tanto com a população “suspeita” quanto com a população das vilas onde os guardas moram e que muitas vezes é a mesma. Este aspecto poderia ser explorado em termos morais, enquanto os guardas se encontram numa proximidade com a sociedade, os policiais, segundo eles, já têm uma atitude de distancia e inimizade. Daí a importância de estabelecer que eles são diferentes da polícia. Mas existem aspectos laborais que também os obrigam a marcar distancias: “- e a polícia? - olha isso já é abuso de poder em todo lado. E com a polícia está tudo mal porque eles ficam bravos com nós, eles fazem bicos e quando eles são os que fazem a segurança, quanto é que cobram? 200 300 pila no dia! Nós somos mais baratos. E quando a gente se tromba, a gente que paga o pato, a gente toma pau” (Paulo, 23 de março, 2016). Em outra conversa, o Regis expõe uma ideia parecida: “Nós que estamos nas ruas, não é a polícia. Eles estão na delegacia tomando cafezinho, tu vai ali e olha, é isso que eles estão fazendo” (Regis 29 de março, 2016). Assim, compreendi que as diferenças atravessam também uma competição laboral que dificilmente poderia ser equilibrada, já que em tanto que os guardas de segurança privada podem fornecer uma vigilância e atenção constantes e exclusivas a cada um dos seus clientes, os policiais devem repartir sua atenção e trabalho “na segurança pública”, eis a importância da segurança privada

Nesta competição laboral, dois elementos são importantes. Por um lado, policiais e guardas trabalham juntos, em casos específicos (como eventos ou empresas e cursos de formação nos quais os policiais agem a pesar das proibições) e cotidianamente (na interação de ocorrências ou ligações diárias das centenas de empresas e guardas de segurança privada). Por outro lado, a competição laboral gera uma importante e latente tensão pelo monopólio da violência por parte do Estado, representado pelas forças de segurança pública.

Apesar das tensões, as diferenças de classe com os clientes e a insegurança laboral, os guardas incorporam, no seu cotidiano, práticas de policiamento que levam o monopólio da violência estatal nas ruas, mas sempre com a ressalva de por essas praticas em andamento conforme os interesses exclusivos dos seus empregadores. Mas, em semelhança à retórica policial, os guardas também tem uma retórica carregada daquele senso da criminalidade como o errado, das ideias do que é suspeito e anormal e das possibilidades de agir contra aquilo, ainda que procurando afastar essa "criminalidade" dos seus clientes antes do que "combatê-la" que é uma idéia da retórica policial.

3.4. Segurança e ordem nos bairros.

As várias e singulares formas que os guardas têm para manter um ponto, compartilhadas neste capítulo, visam, com muitas nuances, manter também espaços da cidade seguros, limpos, higienizados. Os espaços vigiados pela segurança privada estão efetivamente limpos, tendo essa imagem de casas e estabelecimentos cuidados. Isto já delimita bairros residenciais, espaços onde as pessoas têm alguém que cuida delas, sensações de estar sendo protegidas e imagens de bairros que não amedrontam as pessoas que neles transitam. Aparentemente, entretanto, os guardas não estão precisamente combatendo o crime. Eles estariam afastando uma sensação de perigo, limpando a zona de presenças não desejadas por seus clientes e acudindo no caso de um roubo ou violência. Dariam uma sensação de segurança, mas sem a intenção de exterminar o crime, só de afastá-lo de seus pontos. Mas como temos visto nas várias falas de inconformidade com o agir da polícia, eles sentem que o crime tampouco está sendo combatido pela polícia. Nestes inconformismos e críticas à polícia, encontro um sentimento mais forte em relação ao que eles acham *errado e perigoso*. O inconformismo de que os “*suspeitos*”, os criminosos, não são detidos ou não ficam

presos, mostra que, no fundo, existe, pelo menos na fala, uma intenção de manter uma ordem na qual se sentem limitados pelas "regras" impostas pela polícia. Pois ao final, serão só eles, os policiais, que determinam o que é crime e o que pode ser punido. No entanto, isto é um grande paradoxo, pois são precisamente estes espaços que, ao mesmo tempo em que tem uma imagem de estar sendo vigiados, dão a impressão de serem espaços habitados por pessoas de posses, onde há possibilidades de oferecer algum bem para ser furtado.

O Júlio, um dos moradores com quem mais conversei no Bairro Petrópolis, explica isto da seguinte maneira: “é um bairro residencial, e aqui há muito roubo de carro, porque os pobres vêm aqui para roubar”. Claramente, uma imagem de limpeza pode ser interpretada de muitas formas numa sociedade com amplas diferenças sociais e aqui reside o paradoxo: se por um lado os moradores esforçam-se por garantir a limpeza de suas moradias, negócios e ruas mediante o contrato de serviços de segurança privada que afaste deles os pichadores, fumadores de crack, moradores de rua e assaltantes, com o objetivo de sentirem que este espaço é seguro, esta mesma imagem mostra estes espaços como espaços com recursos econômicos e, conseqüentemente, suscetíveis a serem roubados.

Para finalizar esta parte, ênfase de novo a importância do ordinário, esses tempos onde 'nada acontece'. A sensação de medo e esse não acontecer nada formam parte do mercado onde se vende a sensação de proteção. Os clientes procuram uma empresa ou um guarda por ter ouvido falar sobre, ou vivido, a experiência de um roubo. Assim, quando já têm os serviços, eles sentem que esse "não acontecer nada" deve-se à presença da empresa ou do guarda. Estes aspectos combinam-se, conferindo sentido ao cotidiano da segurança privada. Dificilmente posso separar o cotidiano entre estes dois aspectos, que apareceram nas experiências que acompanhei. A rotina de “não acontecer nada” é uma propaganda laboral e é também uma característica das forças da ordem onde interagem expectativa e acontecimentos ou situações que dão sentido a este “não acontecer nada”.

O tempo de espera pareceria ser um tempo vazio no qual nada acontece. Porém esta espera, esta identificação constante dos “*suspeitos*” tem nos mostrado as nuances do cotidiano da segurança privada. Eis, de novo, a potencialidade da etnografia que nos permite compreender arenas tão complexas quanto as da segurança privada em toda a sua potencialidade. No seguinte capítulo, procuro entender estas práticas que, ao mesmo

tempo, que são próximas a um policiamento na procura por manter um ponto sob controle, são práticas de cuidado que os guardas têm para com seus empregadores.

Capítulo 4.

O cuidado.

Minha aproximação ao tema da segurança privada poderia ter ficado com a atenção focada nas práticas cotidianas dos guardas nas ruas, espaço onde eles têm que mostrar presença para fazer delas um espaço "privatizado" dos seus empregadores. No entanto e, sobretudo na experiência com os guardas de rua do Bairro Petrópolis, as práticas cotidianas me mostravam que estes seus empregadores, não eram simplesmente isso. As relações entre os guardas e seus patrões ultrapassam uma relação puramente laboral (no sentido de trabalho com contrato e regras de serviços especificados). Neste capítulo, compartilharei as formas pelas quais os guardas providenciam um serviço que, dentro do que é a segurança privada, tem características interessantes de cuidado.

4.1. “Tô te cuidando” Identificação do cuidado dos “outros”.

A noção de cuidado, longe de ter sido incorporada na pesquisa por motivações exclusivamente de debate acadêmico, se apresentou também como um termo local frequentemente usado pelos agentes da segurança privada. Em consequência, propor a noção de cuidado como uma noção que explica uma parte das práticas dos guardas também me inquietou, pelo uso local do termo “*cuidar*”. Este uso torna mais complexo o debate sobre a noção do cuidado, pois se contrapõe ao uso acadêmico, porém, apresenta formas distintas de entender o termo e provavelmente encontre várias vias de ser acrescentado na pesquisa sobre segurança privada, já que é precisamente neste escopo que se encontram tanto as práticas dos “*suspeitos*” quanto as dos guardas.

Provavelmente, a primeira vez que ouvi essa expressão foi com o Chico, quando conversávamos na rua e ele me contava sobre suas interações com os “*suspeitos*”, uma pessoa que ele estava achando suspeito o encarou perguntando: “que tu tá me cuidando?”. O Regis também tinha me falado que uma das formas como ele sabia se alguém era suspeito, além da vestimenta, era ver se estava “*cuidando*” algo. O mesmo aconteceu com o Betinho e o Luis, ambos usaram “*cuidar*” para descrever a atitude de estar olhando algo suspeito.

Eu me deparei, nestes usos locais, com as expressões “*cuidado*”, “*cuidar*” e “*estar cuidando*”, como parte da linguagem coloquial. Mas esta fala é muito mais da rua, informal. O que eu quero dizer é que é usada muitas vezes entre eles, entre os

guardas, os policiais, os “suspeitos”. Comigo já apareceu nas conversas mais descontraídas, quando os guardas estavam me narrando algum acontecimento, bem animados; por exemplo, certa noite em que eu estava no ponto do Chico, ele me narrava:

"Eu estava aqui quietinho, quando passam por mim três, um deles com a mão dentro do casaco. Já sabia que a figura estava com algo, aí eles subiram e logo depois desceram num carro, um deles até me diz: - que tu está me cuidando guardinha? São situações que tem que estar bem ligado, eles já estão armados, e o cara não tem nada." (Chico, 6 de maio de 2016).

A página do Facebook do bairro, onde procurava encontrar as opiniões dos moradores, me mostrou cenas similares sobre como era usada a ideia de cuidar nos contextos de segurança:

Vítimas no Bairro Petrópolis, Jardim Botânico, Bela Vista e arredores

March 19 19/3 2016 - 19:45 - homem em atitude suspeita na pedro pieretti.

*Tem um homem de mochila nas costas, boné claro e uma atadura em uma das mãos, ele está batendo nas casas da pedro pieretti, próximo ao banco do brasil ele estava parado na rua e **depois de perceber que estava sendo cuidado**, começou a bater nas casas*

Vítimas no Bairro Petrópolis, Jardim Botânico, Bela Vista e arredores

July 13, 2016 alerta de suspeitos -

*Estavam na barão do amazonas com ferreira viana. **Estão os dois juntos cuidando o movimento da farmácia**, da parada de ônibus, além das pessoas que passam. Não é para abordar ou agredir os suspeitos, é para se cuidar e avisar a polícia.*

Os guardas, assim como as pessoas que compartilham alguma publicação na página do Facebook do bairro, usam “cuidar” para se referir a uma série de atitudes relacionadas a olhar, enxergar, ver sem ser visto, encarar, etc. A atitude de dirigir o olhar, de permanecer com o olhar sobre algo ou sobre alguma pessoa é a prática mais

importante dos guardas, com o olhar é que eles realizam a vigilância e é também com o olhar que eles cuidam, segundo o uso local do termo.

Lembro que uma das primeiras coisas que o Chico tinha me dito é que ele não usava a guarita, pois não enxergava nada a partir dela e todos podiam saber que ele estava aí. Ele se encosta à parede de uma casa que é a menos iluminada. A partir daí ele enxerga a rua toda e, claro, ele fica na escuridão. Costuma estar aí quieto e faz só sinais para os moradores que transitam. Quando observa algo que acha suspeito, fica aí ou se movimenta bem pouco seguindo o trajeto das pessoas que chamaram sua atenção. Essa é sua principal forma de cuidar, cuidar as casas segundo o uso nativo do termo e cuidando os “*suspeitos*” também, ou seja, olhando.

O Regis, que costuma estar na sua guarita ao chegar, tem a luz acesa, mas como tem cortinas é difícil saber se ele está lá dentro. Um par de vezes em que fui procurá-lo, não consegui saber se ele estava e fiquei dando voltas, até descobrir que ele tinha uma cadeira de praia na esquina superior, justo na esquina mais alta da rua, de onde tem muita visibilidade e tem as costas protegidas pelo prédio. Em outra ocasião quando eu chegava à guarita, ele saiu antes de eu chegar e me falou que, de dentro da guarita, vê tudo.

Analisando assim o cuidado e para além do *care*, termo central dos debates sobre o cuidado, vários acontecimentos com os guardas têm um sentido diferente para mim. Quando o Chico olha para os três guris passando pela calçada da frente, ou quando busca estar no ponto mais escuro da rua para ver sem ser visto, ele está cuidando. Quando o Regis deixa as cortinas da sua guarita fechadas, mas com uma faixa aberta por onde ele enxerga toda a rua, ou quando ele procura o ponto mais alto para se sentar, e com as costas protegidas pela parede, ele também está cuidando. Cuidar a partir desta forma de viver é igual a ver, tanto que esse olhar está atento para ter um controle sobre as ruas, vigiando e identificando “*suspeitos*”.

Eu não teria pensado as práticas dos guardas relacionadas ao cuidado se não fossem eles mesmos usando essa expressão. No uso local, nativo, vigiar está emparelhado com cuidar, e cuidar de um jeito vigilante que pode ser tanto protetor como “maldoso” ou punitivo. Por um lado, o olhar pode ter o viés do controle, como nos casos em que um suspeito sente que “o estão cuidando”. Aí o olhar age estabelecendo um limite, um freio nas atividades. A presença do guarda tem a ver com isto também, ter uma vigilância não tecnológica que está cuidando, acompanhando com o olhar cada movimento. Para alguns guardas é importante ver sem ser visto. A visão

então tem um poder e a invisibilidade também. Porém, eles têm que ser vistos por seus empregadores. A invisibilidade então vira suspeita. Para outros guardas é importante estar visível constantemente. O Betinho, por exemplo, não procura se esconder ou passar inadvertido por ninguém. De qualquer forma, as guaritas dão um alerta: esteja ou não o guarda, há olhos controlando. Desse modo, enxergar a movimentação da rua é uma das práticas centrais da segurança privada, essa prática, na linguagem “*da rua*” é cuidar.

Além disso, o olhar já é certo tipo de julgamento, de avaliação do desejado ou indesejado no bairro, de controle social. Mediante o olhar se avalia quem é suspeito e quem é alguém que pode transitar nas ruas. Isto não tem a ver só com conhecer a vizinhança, suas amizades e pessoas que freqüentam, mas com identificar “*suspeitos*”, perigos e simplesmente pessoas não desejadas, como os fumadores de crack ou moradores de rua, que segundo os guardas, não são um perigo, mas alguém que os moradores não gostam de ter perto das suas casas. Seguindo esta proposta, “*cuidar*” que dizer também vigiar e, em conseqüência, controlar. No entanto, cuidar é muito mais, segundo o amplo campo que vê relações de dependência e vulnerabilidade a partir do cuidado.

É precisamente no ato de olhar os outros, enxergar alguém, que reside, na prática, o encontro entre a segurança e o cuidado. Como aponta Lyon (2001), as duas faces da vigilância, (principal prática da segurança privada), são o cuidado e o controle. o que nos deixaria diante de elementos revelados na etnografia que aproximam os debates sobre segurança e sobre cuidado

4.2. Práticas de proteção e cuidado dos guardas aos moradores. Cuidando o sono. Cuidando a rua. Cuidando a Casa.

Quando proponho que as relações mais íntimas entre os guardas e seus clientes podem ser abordadas a partir da noção de cuidado, por um lado trata-se do termo *émico* do cuidado (ou seja como categoria nativa), e por outro lado trata-se da noção cuidado na sua abrangência dentro do debate antropológico. preciso compartilhar, sobretudo, as relações entre os guardas e seus empregadores. O Betinho, um dos guardas mais velhos, está todas as noites no ponto, sentado na sua cadeira de praia, me contando que "graças a Deus, nada acontece". Quando os moradores se aproximam, ele os cumprimenta. Se estão no carro, ele em geral dá um assovio ou algum aceno que mostre que ele está

atento à sua chegada ou saída de casa. Ficou claro para mim que são os adultos quem mantém este tipo de interação com ele, pois quando saem os jovens quase não o cumprimentam e crianças, quase não vi nos tempos da etnografia, provavelmente porque este tempo foi majoritariamente noturno. Como ele me contou, conta com a confiança dos moradores para entrar nas casas deles quando estão de viagem. Para ele, isto é importante e se reflete nos presentes que os moradores dão para ele: "Os moradores gostam de mim. Eu sempre ganho muita coisa deles, todo o tempo são presentes, se eles compram novos aparelhos, me dão a geladeira, a tv, o sofá, cama. Eu já montei três apartamentos com tanta coisa que me deram. Os apartamentos de minhas filhas eu montei com isso, tv, geladeira, fogão... tudo, qualquer coisa" (Betinho, 16 de fevereiro de 2016). Estes presentes, além do "gesto de gratidão", assim como os serviços de dentro da casa, levam a segurança privada para dentro de relações que não somente dizem respeito à proteção do espaço de fora das casas, a vigilância dos perigos que possam entrar nelas. Dizem respeito também a uma atenção às necessidades circunstanciais que os moradores podem ter em determinadas rotinas de suas vidas, que aguçam sua necessidade de ter atenção nas suas casas. São serviços que acontecem frente a uma sensação de maior vulnerabilidade do espaço de moradia por estar sem os donos durante um tempo. Abertas as portas da casa, as relações de trabalho também se abrem para relações menos formais ainda. Os presentes, neste sentido, são também um tipo de reciprocidade/retorno do cuidado que os empregadores dão ao guarda.

No caso do Regis é muito mais frequente que os moradores demandem este tipo de serviços extra. Ele interage com algumas das crianças dos moradores acompanhando-as desde a parada de ônibus até a porta da casa. Outra noite ele recebe uma ligação de um dos seus clientes que avisa para ele que está voltando para casa para que Regis dê uma volta nas ruas e fique numa encruzilhada pela qual o cliente passa. Quando o carro passa, Regis sinaliza com a mão que tudo está bem, o carro passa e dentro dele o cliente também faz uma sinal com a mão. Outros costumam ir e conversar com ele sobre os acontecimentos e sobre possíveis "*suspeitos*" no bairro.

Certa noite em que estava na rua conversando com um dos guardas, ligaram para o telefone do Regis novamente, ele me explicou que tinha que ir à casa de um vizinho e eu falei que podia ir junto. No caminho, ele me mostra por onde tinha entrado o cara que roubou as lâmpadas. Chegamos até uma casa que tem as

típicas grades. Através delas posso ver o pequeno jardim, a casa de tijolo maciço, muito limpa e cuidada, a porta aberta e um homem de uns 50 anos sai de lá. Ele está vestindo só bermudas e chinelos, o corpo bronzeado e a cabeça totalmente careca/sem cabelo. Há umas crianças brincando no jardim, mas bem perto dele. Ele se aproxima da porta, também de grades e cumprimenta o Regis. Eles falam de alguma coisa meio irregular que tem acontecido no bairro. O vizinho me olha e o Regis me apresenta. Explico ao vizinho que estou fazendo a pesquisa para a universidade, ele me pergunta qual delas, e quando eu lhe respondo ele fica comentando sobre a insegurança no Brasil que é o país que mais bandidos têm... Nesse momento sai da casa uma mulher de uns 40 anos ou pouco mais. Ela sai com uma criança no colo e uma das crianças do pátio vai junto com ela até a porta. O vizinho e ela se despedem e só nesse momento que ele abre a grade e ela sai até o carro que está na mesma calçada. Os dois meninos entram no carro e ela também. O carro de vidros escuros sai da rua imediatamente. O vizinho já fechou as grades e agradece ao Regis. Trocamos boas noites e o Regis, o cachorro que veio junto e eu, voltamos para a rua da sua guarita.

- É assim mesmo? era para isso que ele te ligou?

- Sim.

- Só para ela ir da porta até o carro?

- Sim – ele diz isso sorrindo.

- E cada vez que ele ou alguém da casa sai da casa eles te ligam?

- Para tu ver. Ele paga bem, agora esse daí em frente, ele não paga nem um centavo e mesmo que ele sabe que estou fazendo a vigilância para toda a rua. Ele faz uso, na real, porque eu já fazia esse serviço para a sogra dele.

- Mas aconteceu alguma coisa com ele para ele te pedir isso?

- Não que eu saiba, ele deve ser um grandão, eu não sei direito o que ele é, mas o juiz também me pede...ele me liga para ir dar uma olhada nas ruas e ver se tudo está bem para ele chegar até a casa no seu carro. (Diário de campo, 28 de fevereiro de 2016).

O Regis está se movimentando até às 11 da noite mais ou menos. A partir desse horário, ele considera que pode se sentar na cadeira que tem situada na esquina e de onde tem uma visão das três ruas. Mesmo que ele sempre tenha me falado bem dos moradores, reclamando só daquela única casa que não o contrata, ele não mencionou, nas conversas, nada sobre presentes ou outro tipo de atenções dos moradores. Uma noite, no entanto, eu perguntei algo que ele entendeu errado, pois começou a me falar de que todos os moradores têm algum tipo de atenção com ele e que essa mulher só é um pouco mais atenta. Como não entendi, ele começou a me explicar que alguns moradores são mais atentos que outros. "Em geral eles procuram dar um mate, uma sacola de erva, de café, uns pães, que não falte isso. Agora têm outros que não dão nada e outros que já preparam uma roupa de inverno, um cobertor, dão um rádio e até oferecem para o cara tomar banho quente, um café da manhã." (Regis, 29 de maio de 2016). O Regis é bem mais discreto com respeito às relações mais próximas com os seus clientes. Porém, devido a este erro na conversa, ele me contou meio que sem intenção, das atenções que recebe. E tal como aconteceu com o Betinho, inicialmente, nem dei muita importância, mesmo que tenha chamado minha atenção o fato do Regis me contar isso a partir de se sentir perguntado por mim sobre o tema. O que eu senti foi quase uma explicação sobre alguma coisa que eu teria "descoberto". O que me mostrava essa atitude do Regis, com respeito às atenções dos moradores que, em comparação, o Betinho, achava tão corriqueiro? Ao final das contas eu era uma pessoa alheia às rotinas do bairro e parecia que o Regis estava me mostrando só a parte dos conflitos na rua e as tensões com os habitantes da rua, com a polícia e até com os outros guardas. Uma impertinência minha por erro possibilitou falar do tema e eu ficar mais atenta no decorrer dos próximos dias.

O Regis mantém uma relação muito fraterna com vários dos moradores e com o guarda do mercado. Os donos do mercado também atendem o Regis muito bem e muitas vezes ele passa um tempo aí conversando com as pessoas. Os moradores o cumprimentam e conversam por alguns minutos com ele quando se encontram e ele procura se informar sobre a chegada de outras pessoas, o que certamente mostra que ele está sabendo quem entrou e saiu das ruas. Nas pequenas conversas que escutei entre o Regis e os moradores percebi como parece ser recorrente essa informação. Porém, como eu já havia notado que havia um trato mais íntimo entre eles, percebi que alguns moradores também se comunicavam com ele pelo telefone.

As primeiras vezes em que o telefone era atendido pelo Regis, marcávamos uma distância para ele conversar à vontade e ele me contava que algum vizinho perguntava

por minha presença na rua. Depois me compartilhou que ligavam para ele também para indicar que voltariam para casa e que ele desse um sinal de segurança, de que tudo estava "em ordem" na rua. Foi só depois dessa conversa, da qual saiu o tema das relações mais próximas com os moradores, que o Regis compartilhou comigo que alguns moradores mantêm uma comunicação pelo Whatsapp com ele para vários temas e sobretudo para saber se ele está bem, se ele precisa de alguma coisa, ou avisar para ele que há café ou água quentes. Às vezes, a mensagem pode indicar que ele passe na casa de alguém pela manhã, antes da troca de turno, 6 da manhã para tomar um café. Esta cotidianidade e familiaridade com o guarda da rua discordava de minha ideia inicial sobre as interações mais de policiamento privado. Isso não quer dizer que não exista um tipo de policiamento privado das ruas, mas as interações me mostravam que a segurança privada traz também um lado de maior proximidade e atenções mútuas entre guardas e moradores.

Tanto o Regis quanto o Betinho são os donos dos seus pontos e fazem a vigilância no turno da noite. A guarita seguinte à do Betinho, o ponto do Viana e mais um par de guaritas no mesmo bairro não têm vigilância diurna, somente à noite. O mesmo ocorre com os contratos de monitoramento com as empresas em Viamão. Quando se trata de moradias, os contratos priorizam e são majoritariamente serviços de vigilância noturna. O fato de serem precisamente os donos dos pontos quem realizam o trabalho da noite também mostra a importância deste horário em relação à segurança privada. Assim, o caso do Chico é particular e, em consequência, suas relações com os moradores também.

Eu conheci o Chico pela referência de um dos seus clientes. Com este o trato é cotidiano e de acenarem um ao outro sempre que passam e, somente às vezes, conversar um pouco. O Chico não é tão conversador com os moradores, porém sempre está atento a eles e mesmo quando ele costuma estar nesse lugar mais escuro, notei que os moradores o procuram com o olhar e sabem que ele está ali. Para o Chico, manter o lugar depende do seu empregador que, à diferença do resto dos guardas, é outro guarda. Assim, ele poderia não ter que tentar se relacionar mais do que o necessário com os moradores e sim com o Alemão (o dono do ponto). No entanto, é claro que os moradores conhecem e compartilham mais com o Chico do que com o Alemão. Tanto é assim que eles mesmos me explicaram que consideram o Chico o guarda da rua porque não se dão bem com o dono do ponto. Ainda que isto tenha me levado a pensar que as atenções entre os guardas e os moradores poderiam ser compartilhadas entre o Chico e o

Alemão (o que não ocorre nos outros pontos, pois os guardas de noite que são, ao mesmo tempo, os donos dos pontos, quase monopolizam as relações e atenções) era evidente que os moradores tinham uma relação e interação cotidiana com o Chico que não tinham com o Alemão. Mesmo que o Chico seja mais calado, é ele a quem procuram, de quem falam e a quem dão alguma coisa. Por força do trato cotidiano, de anos, que os moradores compartilham com o Chico, se relativiza que o contratado não é ele mesmo e sim, o outro guarda.

O trabalho dos guardas, conforme vou entendendo, é muito mais do que ficar na rua vigiando-a e afastando os "*suspeitos*". Muitas vezes eles fazem algum tipo de serviço dentro da casa e, sobretudo no verão, quando os moradores do bairro viajam, os guardas cuidam das casas também internamente.

Betinho fala sempre que no verão ele fica sozinho e que os moradores até deixam as chaves da casa para ele abrir as janelas e deixar entrar um ar, dar uma água nas plantas, tirar a poeira, cuidar jardim. O Regis, não dá muitos detalhes, porém menciona que ele também cuida do interior das casas no verão. Uma das poucas coisas que ele uma vez me falou foi que "nessa casa, por exemplo, o cara tem que cuidar o jardim no verão, molhar as plantas..." (Regis, 3 de maio de 2017). Mas este cuidado das casas, ainda quando é um cuidado doméstico quando se trata de seu interior, não se trata de arrumar a casa como de cuidar que ela não tenha aparência de estar vazia. Manter o jardim, abrir as janelas, ligar as lâmpadas, e mostrar que tem alguém entrando na casa, dá aquela sensação de que o lugar "*não está a Bangu*". É um cuidado diferente, que visa dar uma mensagem para fora, de que o lugar está sendo mantido por alguém, este tipo de atenção, de serviço, é bastante masculino, os porteiros e até caseiros que "cuidam" de um sítio em geral são homens. A tarefa de mostrar para fora, que uma casa, sítio ou prédio está sendo cuidada, é um cuidado masculino.

O Chico, assim como o Viana, nunca mencionara isto, mas no caso do Chico, novamente tem a ver com o fato de ele não ser o guarda "principal", o dono do ponto. O Alemão é quem negocia todas estas relações com os moradores e como os moradores não gostam muito dele, as relações mais domésticas são poucas, ou bem pouco faladas. O Chico, recebe as atenções dos moradores mas nem sempre são tão evidentes ou ostensivas como no caso do Betinho ou do Regis.

Estes "serviços" extras estavam me mostrando certo tipo de relação entre práticas mais ligadas aos policiamentos e práticas de atenção mais doméstica e nesta combinação reside um tipo de cuidado que depois pude entender como uma prática

"masculina" de cuidado. Quando os guardas vigiam as ruas até poderia parecer que as relações com os moradores dependeriam da efetividade de seu trabalho, afastando os "suspeitos" da rua. Porém há uma ampla gama de detalhes sobre esta efetividade e sobre a segurança como um serviço que visa proteger e atender necessidades específicas que cada família e pessoa tem e que, de forma relevante, mostra as vulnerabilidades particulares de cada um. Como o Regis me explica, depende de cada vizinho: "Os moradores pedem para olhar a casa, para seguir eles até a casa, esse é nosso trampo".

A segurança privada rompe os limites do público-privado constantemente e, nestas práticas, este rompimento aponta para aspectos muito mais sensíveis da vida cotidiana urbana de pessoas que moram nos bairros residenciais. Quando o Regis fala que os moradores "pedem" para ele os cuidar, ultrapassando a delimitação das portas e, na, os acompanhando, ou podendo entrar nas casas no verão, ele me mostra que com estas solicitações se abrem as portas para conhecer a dimensão mais íntima das emoções e preocupações dos moradores. Em muitas das demandas extras dos moradores aprendi a ver, junto com os guardas, o que preocupava a cada um deles. Para um deles era muito importante que o Regis acompanhasse seus filhos do ônibus até a porta da casa, como os acompanhando para chegarem seguros em casa. Isso dava uma segurança extra ao vizinho que o Regis conhece e procura atender. Outro vizinho pede que ele o siga até a casa. Em cada uma destas demandas, os medos dos moradores ficam meio expostos e o guarda conhece estes medos.

Às vezes pode ser aquele medo mais recorrente, ordinário até, que é o medo da noite e pelo qual as empresas e os guardas são majoritariamente contratados para fazer a vigilância nesse horário. A segurança privada cuida, sobretudo, do sono daqueles que se sentem em algum tipo de perigo. Já o dono da STV, tinha me apresentado essa ideia ao me comentar que o trabalho deles é, no fim das contas, fazer com que seus clientes durmam tranquilos. Este é um eixo importante para entender as práticas da segurança privada dentro das lógicas do cuidado, já que os guardas estão cuidando do sono dos moradores, fazendo com que eles durmam tranquilos, se sintam protegidos e se por um lado isto é o serviço mais flexível, várias outras vulnerabilidades são apresentadas para os guardas, e os serviços "extras" procuram satisfazer essas vulnerabilidades oferecendo uma proteção, um cuidado que dê, no fim das contas, a sensação de segurança.

São várias as formas pelas quais uma vulnerabilidade se manifesta e a vulnerabilidade é um dos eixos recorrentes nas pesquisas sobre o cuidado (Kittay 2011, Mol 2008, Mol e Pols 2010, Moura 2016). Nesta pesquisa, a vulnerabilidade não é

física, mas emocional. Nos pedidos dos moradores para serem acompanhados, seguidos, escoltados, ou para ter a casa cuidada por dentro na sua ausência, atendemos a uma série de medos particulares, preocupações pela propriedade, pelos bens, por eles mesmos, por seus filhos. Há uma sensação de insegurança e medo nas ruas, até no pequeno percurso entre sua porta e seu carro. Há um medo bem difundido pela ameaça mais comum que é o roubo de carros, e estes medos, estas preocupações recebem uma atenção que é uma forma cuidado diante de várias formas de vulnerabilidade emocional, sendo o cuidado o que responde a estas vulnerabilidades. Os moradores parecem enfrentar a situação, que eles consideram de uma insegurança maior ou menor em determinados aspectos para uns e para outros, como uma situação dada na qual se faz necessária a assistência de outros para se desenvolver. Os guardas são esses outros que vão assistir estas necessidades.

Muita da vida dos guardas transcorre nas ruas, já que, mesmo sendo de noite, seu tempo ativo é esse e o passam aí. Os moradores podem chegar a conhecer muito deles e estabelecer vinculações mais próximas. Da mesma maneira, os guardas conhecem muito da vida dos seus clientes. Não somente suas rotinas de entrada, saída, viagens e passeios, mas também mudanças de casa, do estado civil, dos matrimônios, dos filhos, dos parentes e amizades entre eles. Este conhecimento faz com que se estabeleçam vínculos não estritamente laborais e até, como no caso do Júlio, que se tenha uma conversa cotidiana e de amizade com outros guardas na rua diferentes do guarda que ele contrata. Assim, seguindo as propostas de Kittay (2011), o cuidado, como uma lógica para rever a dependência, nos permite entender estas relações não lineares nem necessariamente verticais, dentro de dependências mútuas. Por um lado, os guardas dependem economicamente de seus empregadores e pelo outro, os empregadores dependem da atenção dos guardas para se sentirem seguros. O lado mais polêmico desta rede de dependências é o momento em que os moradores manifestam seu medo de contratar um guarda pela preocupação de que eles mesmos roubem suas propriedades, como manifesta um dos moradores que não contrata os guardas de rua precisamente por isso. Nas empresas, os administradores da STV, em Viamão, também falaram que existe esse medo por parte dos clientes e que é por isso que as empresas trabalham muito na construção de uma imagem de confiabilidade.

Na rede de dependências e vulnerabilidades, cabe perguntar também como o serviço de segurança privada se inscreve na longa tradição de diferenças econômicas nas quais as elites, historicamente, são atendidas em aspectos básicos da vida cotidiana.

Segundo Brites, falando das empregadas domésticas, receber um presente do patrão poderia ser entendido como uma transmissão patrimonial: "Compreender a troca de bens que acompanha a prestação de trabalho doméstico como transmissão de patrimônio tem a vantagem de pensá-la como algo que extrapola o sentido estrito da relação monetária, para incluí-la num sistema de comunicação, onde, além da coisa, significados sociais são transmitidos" (Brites, 2000: 104). Mas quais os significados sociais que são transmitidos? A relação de doação de bens que os clientes, no fim das contas, os patrões, dos guardas, não usam mais, ou querem descartar, envolve uma relação de hierarquia e diferenciação de classe muito importante, também ressaltada por Brites na sua proposta de entender isto como uma transmissão patrimonial:

Segundo esta ideologia, usam coisas de segunda mão pessoas socialmente indicadas: pessoas de "segunda classe". As trocas na esfera familiar também existem, mas não se oferece coisas usadas para alguém superior. Note-se que essa prática é muito diferente daquela da apreciação de relíquias e antiquários. Os brechós são espaços de consumo sofisticado entre a classe média. São lojas onde se compra, e geralmente por preço maior, artigos que representam um tempo passado, não "coisas usadas". Da mesma forma poderíamos pensar nas relíquias de família, onde se reconhece um *hau*(o espírito da coisa) no objeto transmitido através das gerações. Não se imagina alguma empregada "herdando" o relógio de parede da vovó. A lógica do dom destinado à empregada aponta para a primazia/excelência do doador e de sua superioridade em relação a quem recebe (MAUSS, 1974). (Brites, 2000:106).

É importante aqui ressaltar que se complexifica o papel do guarda como aquele que pode ter e exercer um poder nas ruas, contra determinadas pessoas. Já entendemos que este poder estava em estreita relação com as demandas dos moradores. Nestas relações mais domésticas e, sobretudo, nas relações clientelistas dos presentes, vemos os guardas nessa condição de empregados ocupando um posto determinado na hierarquia social, onde os moradores usam estratégias de relações patronais sustentadas e mantidas historicamente pelas hierarquias, como já refletia Kittay (2011) em relação ao cuidado do corpo como parte dos serviços domésticos que sempre gozaram as elites.

A segurança privada, neste capítulo, é apresentada em seu lado mais íntimo do policiamento privado, aquele que nos mostra que é também um serviço doméstico. De novo, as fronteiras entre o público e o privado se diluem e permitem ver estas nuances. Porém, no caso da segurança, este serviço doméstico, mostra uma importante diferença: a segurança virou um artigo, um serviço, que pode ser comprado só por alguns. São relações de trabalho invisível como mostra Woddwarth (2016). O serviço doméstico também tem esta tradição. O atendimento do corpo não é fornecido só em casos de deficiência física ou doença, ele tem uma longa história vinculada ao trabalho doméstico e aos costumes das elites que foi se socializando e difundindo. A dependência fica então entre aspas, pois a atenção a necessidades corporais nem sempre é uma necessidade. No caso da segurança, a vulnerabilidade passa pelos medos de roubos e violência, É importante entender que outro tipo de vulnerabilidades, como a sensação de medo (Eckert, 2007), gera também dependências e procura de cuidado. E, certamente, a vulnerabilidade também passa pelas diferenças sociais de quem pode ou não pode dar uma solução a esta questão.

4.3. Segurança privada das casas: o cuidado masculino.

O capítulo que acabei de apresentar demonstra que a amplitude do termo cuidado como ferramenta metodológica nos permite falar de práticas de cuidado que consigam quebrar a abrangência exclusivamente feminina⁴⁵. As práticas dos guardas, no que têm a ver com sua relação com seus clientes, são também práticas de cuidado, ainda

⁴⁵ Dentro dos aportes à noção de cuidado, um eixo que ressaltar na revisão bibliográfica foi a relação que o cuidado tem com o gênero, o dossiê de abril do 2016 do PAGU, Gênero e cuidado (2016), Mol e Pols (2010), Mol (2008), Kittay (2011), Moura (2016), Walther (2016) entre outros. Eles dão conta desta relação que, claramente, provêm do esforço de pesquisadoras feministas por visibilizar e problematizar aquelas práticas humanas que são apagadas do debate social, político, e econômico, pela naturalização dos papéis de gênero e a conseqüente omissão das atividades consideradas femininas e domésticas. Porém, na pesquisa com os guardas, o cuidado apresentou-se no uso local do termo e nas práticas às quais este uso se referia. Portanto, o cuidado pode ter práticas masculinas que não são as mesmas que as práticas de cuidado femininas. Não posso argumentar que no esforço por visibilizar o cuidado as pesquisadoras cometeram o mesmo erro que criticavam ao centralizar os cuidados somente nas mulheres. Existe, também, um esforço por visibilizar o cuidado em relação aos homens (Berk, 2016; Naguib, 2016), porém, não abordarei esse esforço já que costuma trazer casos de homens fazendo tarefas de cuidado retratadas como femininas pelas mesmas pesquisas sobre o cuidado.

quando, evidentemente, tem diferenças consideráveis com as do cuidado “feminino”, mais trabalhadas pela reflexão sobre o tema. Não pretendo que o cuidado possa ser entendido a partir da dicotomia de práticas feitas por mulheres ou homens, mas estender o olhar do cuidado para além das mulheres. Seu potencial metodológico abrange aqueles aspectos da vida cotidiana que dificilmente seriam compreendidos por outros enfoques.

Vários aspectos foram caracterizando este cuidado masculino, sempre dentro da lógica do cuidado que, tem em comum nas várias pesquisas o tema da vulnerabilidade e a atenção a necessidades que provêm desta vulnerabilidade.

Por um lado, o tipo de vulnerabilidade, o medo ao que está por fora da casa, mesmo quando é uma incorporação e vulnerabilidade subjetiva, também é social, compartilhada por alguns grupos, neste caso, por aquelas pessoas em Porto Alegre que, se sentindo com medo nas ruas próximas de sua casa, contratam um guarda ou uma empresa. Não deixam de ser vulnerabilidades associadas ao público, as que vivem os moradores. Por outro lado, as formas do cuidado também são particulares: o olhar, a vigilância, a perseguição, os sinais corporais ou sonoros de estar presentes, afastar as pessoas que provocam medos, são as formas como os guardas cuidam e protegem, são as formas da segurança privada.

As particularidades das práticas do cuidado dos guardas, como se pode perceber ainda reforçam os estereótipos masculinos como protetores, fortes, com capacidade do uso da violência, porém cuidando. E o cuidado, no contexto do Brasil como uma noção local masculina, consiste em ver para prestar atenção, ao mesmo tempo que ver, olhar para evitar que atentem. É oportuno aqui mencionar que nunca tive a oportunidade de compartilhar tempo com alguma mulher nas tarefas de guarda de rua. Segundo os guardas, não existe mulher cumprindo essa função. Já dentro da administração, recepção sim, mas num trabalho de escritório, só.

Finalmente, o cuidado masculino dos guardas de segurança privada está cheio do discurso sobre a criminalidade que, dentro do olhar do cuidado, poderia estar se aproximando da ética do cuidado.

Pesquisadoras como Carol Gilligan (1982) e Nel Noddings (1984) enfatizaram a existência de uma *ética do cuidado*, mais ligada ao feminino, em oposição aos princípios rígidos e impessoais da *ética da justiça*, essa mais ligada ao masculino. Segundo essas autoras, a

ética do cuidado, diferente da ética da justiça, não está preocupada com a coerência ou em responder sobre o que é bom e o que é ruim ante princípios gerais e universais pré-estabelecidos. Ao contrário, como indicam Mol, Moser e Pols (2010), ela lida com o que é desejável sempre de modo específico, local e contingencial. (Moura, 2016: 28).

O que eu pude constatar é que longe de que estas éticas sejam opostas ou atuem em arenas diferentes, no campo da segurança privada se articulam e sobrepõem, uma espécie de complementaridade surge entre ambas, visível só no dia a dia da interação dos guardas com os moradores, “*suspeitos*”, policiais e outros guardas. Esta complementaridade é possível porque existe uma ética da justiça associada ao *bem* nas demandas dos moradores, onde para os guardas, o roubo *é mau*, e a propriedade *é para ser protegida e defendida*. Assim se articulam noções éticas de justiça, cuidado, o certo, o errado, a partir da reflexão sobre o cotidiano em que se repete uma prática: afastar os “*suspeitos*” das ruas para que seus empregadores possam se sentir, protegidos, ou seja, cuidados. esta repetição é o trabalho que por sua vez significa o ingresso monetário, ou seja a supervivência do guarda que se afasta de ser identificado como suspeito, se localizando num patamar de maior proximidade com o socialmente aceito.

Capítulo 5.

CONCLUSÕES.

5.1. O poder do guarda

O trabalho dos guardas de segurança privada que apresentei nesta pesquisa, sobretudo por ser de caráter informal, caracteriza-se por uma dupla forma de ação: o policiamento e o cuidado, ambas as quais formam parte e, ao mesmo tempo, influem nas maneiras de habitar a cidade. Este aspecto, mais do que uma conclusão, considero, é um ponto que abre as portas para sucessivas pesquisas e debates sobre o a abrangência da segurança privada.

Cuidar, em palavras dos guardas, equivale a vigiar, porém, também significa conhecer e acalmar os medos e necessidades de cada um de seus clientes, e essa é uma das práticas que melhor define o policiamento da segurança privada. Trata-se de serviços que abrangem práticas vinculadas a temas públicos como a segurança não desde as instituições estatais ou desde seus agentes, mas desde o serviço privado, o que não impede que estejam sendo parte da mesma governamentalidade.

A articulação das práticas dos guardas de segurança privada informal com a governamentalidade, nos invita a entender essas práticas como parte das tecnologia de governo. Segundo Fonseca, Jardim, Schuch e Machado (2016) estas tecnologias de governo incluem "a abrangência das condutas, saberes, práticas, materialidades e mediações diversas que resultam de tecnologias do poder, e não como instituições fixas que transcendem estas tecnologias." (Fonseca, Jardim, Schuch e Machado, 2016:12) Um viés que demanda uma atenção redobrada nas praticas dos sujeitos, como pretendi fazer no caso dos guardas da segurança privada. Este debate, fica enriquecido se lembramos que trata-se "não de burocratas ou funcionários públicos vinculados a uma forma de governo, mas de pessoas que servindo outras, agem como elos das tecnologias de governo e também da governança" (Fonseca, Jardim, Schuch e Machado, 2016:12). Isso quer dizer, que os guardas, ao fazerem efetiva a segurança privada, vão inscrevendo essa efetivação nas tecnologias de governo, as quais não precisam ser estatais para serem parte das artes de governança, ou seja para serem parte de relações e lógicas de poder, e das estratégias de governo sobre a população. Como os guardas conseguem fazer essa articulação, evidencia relações com figuras de autoridade que não precisam

serem instituídas como algo fixado, nos debruça, também, com a propriedade como um elemento transversal para as tecnologias de poder associadas à segurança privada.

Nas difíceis e invisibilizadas áreas da segurança privada informal, a vigilância e o cuidado significam, para o guarda, ter a arte de negociar constantemente, um lugar de poder, pequeno, porém efetivo, na hora de despejar as ruas, ou os espaços comerciais do cliente. O poder do guarda devém das práticas que entrelaçam os cotidianos mais próximos das casas e estabelecimentos, nos quais trabalham, com os cotidianos estatais da segurança e do controle sobre os espaços públicos e a propriedade privada. Trata-se de uma complexa articulação na qual, os clientes, os habitantes das ruas e das noites, os ladrões, fumadores de crack, e outros guardas, reconhecem o poder do guarda, ou reconhecem, pelo menos, a capacidade que ele tem de reagir e exigir o abandono de um espaço. Considerando sua informalidade, esse reconhecimento merece ser refletido, já que trata-se de um poder, não instituído, delegado, temporal e normalizado.

A segurança privada, formal e informal, na enunciação mais recorrente que se encontra nas leis e nas definições dos próprios guardas, visa proteger a propriedade privada (ainda que cada vez haja mais terceirizados vigiando bens públicos). Todos os guardas insistem em que protegem o patrimônio, a propriedade, e ainda quando protegem também os proprietários, seus carros, seus filhos, pelo geral esta proteção é consequência da vulnerabilidade consequente à posse de algum tipo de bem ou propriedade, os medos mais recorrentes nesse sentido, é a morte em situação de roubo de carro ou de celular. Poucos são os exemplos de uma preocupação exclusiva com a vida, sem relação com a propriedade (o caso do juiz que pede vigiar toda a rua, é um dos poucos exemplos desse tipo de preocupações e está associado com o tipo de trabalho desse cliente). Os guardas, aliás, não protegem pessoas nem propriedades em geral, mas dos seus empregadores. Não há interesse em uma "ordem pública" ou na segurança pública, os interesses a serem cuidados são privados. A pesar disso, existe um reconhecimento coletivo deles como se fossem certo tipo de autoridade "pública". O poder dos guardas, na prática, é reconhecido por todas estas pessoas, apesar das maiores ou menores tensões que possam ter em reconhecê-lo. Como podemos entender que tanto os "*suspeitos*" quanto os clientes, os guardas e até os policiais legitimem o papel dos guardas como certo tipo de autoridade?.

Os clientes da segurança privada, sendo parte da população que é proprietária de algo e, como no bairro Petrópolis, acedem a salários oito vezes superiores ao salário

mínimo, ao contratarem empresas ou guardas, os nomeiam seus representantes nas ruas. Os guardas recebem o poder de lhes fornecer a sensação de proteção que necessitam, para o qual são autorizados a lidarem com aqueles que os clientes não desejam perto de suas casas ou lojas. Com isto vão legitimando que o guarda tenha um determinado poder sobre a rua, e sobre alguns tipos de pessoas. O guarda, ao proteger a propriedade de cidadãos que habitam os bairros residenciais, recebem parte do poder que têm estes cidadãos. O poder, no caso dos guardas de rua, não é algo instituído, mas delegado. No caso dos guardas das empresas, os títulos de formação instituirão um poder nos guardas, mas que precisa ser validado pela contratação de algum cliente para ser efetivado.

Na defesa da propriedade dos clientes, os guardas afastam das ruas, das lojas, das portas das moradas, os *suspeitos*, com uma habilidade de intermediação entre estes setores, que muitas vezes termina por evitar o conflito direto entre eles. A delegação do poder, da camada privilegiada, que recebem os guardas, será determinante para a construção diária da sua autoridade que, dessa forma, se constrói e consolida pelo poder do outro.

Os agentes estatais, por sua vez parecem respeitar o poder desses cidadãos e também aos seus empregados, que recebem parte desse poder. Os guardas não são perseguidos pelos policiais cientes da sua informalidade, ele podem ser até incomodados, mas não criminalizados, nem agem às escondidas da polícia (instituição). Pelo contrário, agem junto com ela em muitos casos, ou são parte das ocorrências, sendo testemunhas que, estão prestes a colaborar, dando depoimentos.

A normalização do policiamento privado, para além de se evidenciar na sua prática corriqueira ao longo de vários períodos, evidencia-se também na presença de certos "valores" associados à segurança, os quais embasam relações de poder profundas entre pessoas possuidoras de vários capitais (no sentido de Bourdieu, 2007) e pessoas que estão sujeitas a serem consideradas permanentemente suspeitas.

Os guardas, efetivamente tem uma posição forte de rechaço e menosprezo ao roubo, e estão convencidos de que seu trabalho contribui a uma segurança *geral*, a pesar de ser cientes, também, das desigualdades entre eles mesmos e seus empregadores.

"Contratar guardas pessoais é reforçar um vasto número de práticas violentas. Em primeiro lugar, o próprio guarda, convencido de que está do lado do bem, necessita construir, à maneira do soldado dos batalhões e regimentos, uma imagem mental, simbólica e psíquica, dos potenciais inimigos ou

adversários do seu patrão, como se eles fossem criaturas do mal." (Carvalho, 2000:8)

Este convencimento, ajuda para que eles se sentam bem com seu emprego, a pesar da informalidade, e para que se localizem num patamar moralmente melhor aos policiais pelo uso irrestrito da violência, que estes têm. Esse convencimento faz com que eles identifiquem *suspeitos* tanto por uma ideia de estarem fazendo algo correto quanto pela necessidade de manter seu trabalho. Porém, como temos salientado na pesquisa, os guardas não tratam estes *suspeitos*, na maior parte das vezes, de forma ofensiva (como faria a policia) mas com um *jogo de cintura* que garanta sua permanência nas ruas sem conflitos. Nesse sentido, dificilmente posso dizer que tratam os *suspeitos* como inimigos, mas como *indesejáveis*. Uma nuance que poderia parecer simples, mas que marca uma considerável diferencia entre o agir da segurança informal e da segurança formal, que tem claros exemplos de crueldade e uso desproporcional de força, na efetivação das tarefas que cumprem para seus empregadores. Essa diferencia, ao mesmo tempo em que se sustenta em *valorações* sobre o uso impune da violência, sustenta-se ao mesmo tempo no cuidado pessoal de evitar conflitos. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência do guarda.

A Segurança Privada, inscreve-se nas diferenças sociais e as aprofunda: cada dia, os guardas realizam um ritual de naturalização da suspeita em relação a determinados tipos de pessoas, que no fundo, é uma suspeita constante e "preventiva" de todo aquele que é diferente aos Standards do bairro ou do comprador da loja. Esta suspeição constante, ao mesmo tempo, alimenta um medo as pessoas identificadas como pobres, por tanto potencialmente perigosas, e associadas com determinados espaços como as vilas (o equivalente às favelas de Rio de Janeiro) em Palavras de Pacheco de Oliveira, a ideia de espaços marginais como as favela, gera um "medo doentio e atribuições de extrema periculosidade às favelas e não só aos criminosos" (Pacheco de Oliveira, 2017: 65), generalizando a suspeição para toda pessoa que posa ser associada com esses espaços. As habilidades de vigilância do guarda, são habilidades para identificar *suspeitos*, ou seja para identificar pessoas *perigosas*, que, nem sempre são efetivamente potenciais criminosos ou vândalos, mas sempre são os *outros* do bairro, os diferentes.

Só para exemplificar um pouco, os habitantes dos bairros residenciais, os proprietários das casas e lojas, são associados com um ideal de cidadania que precisa ser protegido e que não é sujeito de suspeita. Alguns dos relatos do Regis, explicitam isso:

"cara, os bandidos vieram de gravata, vou te contar, eles de carro e gravata, nem parecia que iam fazer alguma coisa, mas o carro ia devagar, ai fiquei na dúvida" (Regis, junho 2016) ou quando ele narrou como uma dessas pessoas que não parecem *suspeitos* conseguiu efetivamente enganar alguns vizinhos: "São sem vergonhas mesmo. Uma vez passa um carro, um carro bom por aqui, na frente, para e me cumprimenta, mas eu não reconheci o cara, ai o carro avança mais um pouco até a senhora Claudia que estava lá na rua, ai eu vejo que o carro para, até pensei que poderiam conhecer ela mas havia algo raro.... que era... o cara foi lá e falou para a senhora Claudia que me conhecia e pediu uma grana para ela!" (Regis, fevereiro 2016) deixando claro que uma aparência similar aos dos seus clientes gera uma imagem de inocuidade que pode ser errada, porém que funciona na hora de criar imagens dos *suspeitos*, e dos *não suspeitos*. Assim, as habilidades de vigilância dos guardas, se analisamos elas dentro das relações de identificação dos *outros*, constroem uma suspeição da alteridade, ou em termos de Pacheco de Oliveira (2017) uma alteridade como suspeição (2017:64).

Mas a normalização sustenta-se precisamente na omissão destes problemas e na valoração unilateral de determinados princípios, como a propriedade e o roubo, sem complexificar, por exemplo, que ambas duas são parte de construções históricas de desigualdades.

O poder do guarda, assim entendido, e como todo poder, inscreve-se dentro de relações hierárquicas baseadas nas iniquidades, e como o guarda visa proteger a propriedade dos seus contratadores, essa desigualdade, na prática cotidiana da vigilância da segurança privada informal, provém da suspeita preventiva para a defesa da propriedade.

A partir da identificação desse poder, e desses serviços normalizados, acredito podemos vislumbrar como o poder do guarda se imbrica nas áreas da governação, a través da valoração de um ideal de cidadão e da retórica da crise que dão sentido as práticas dos guardas como técnicas de governo.

5.2. Tecnologias de governo não estatais

A segurança privada agindo na interseção do policiamento privado e o cuidado domestico, transparenta lugares onde, tarefas das instituições que governam, como a segurança, são garantidas sem a presença do Estado. Os clientes dos guardas, não precisam que suas demandas por maior presença policial sejam atendidas para garantir sua sensação de estarem protegidos por algum tipo de força e policiamento. Assim, a

vigilância, o controle e a punição cobram um sentido que pareceria não precisar do Estado. No entanto, é o próprio estado, mediante seus agentes, quem legitima estas forças.

No senso mais weberiano, o policiamento refere-se a um conjunto de ações que procuram fazer respeitar a lei e outorgar segurança, sendo os responsáveis por sua execução aqueles que teriam o monopólio legítimo da violência. Na proposta de Fassin(2013), o policiamento se referiria às tarefas dos principais atores da governabilidade, que podem ser dispostos para reforçar ou restaurar a ordem social, e segundo Lopes (2017) este pode ser desenvolvido tanto por agentes estatais quanto por agentes não estatais. O policiamento refere-se, neste caso, às práticas, que para além da instituição da polícia podem ser desenvolvidas por pessoas com alguma especialidade no uso da força e a vigilância e que estariam a serviço de determinadas camadas sociais. Mas, longe de se tratar de duas formas de policiamento antagônicas, elas se encontram intimamente relacionadas. Elas se articulam mediante nuances que conformam o policiamento como uma ferramenta para além da polícia que evidencia uma complexa forma de vivência da segurança privada, que localiza-se nas margens do Estado.

Considero, segundo a proposta de Veena Das (2007), que o Estado, neste tipo de práticas, se manifesta não racionalmente nas relações entre os proprietários que contratam segurança, os guardas da segurança privada, os policiais e os "*suspeitos*". É a relação entre todos eles a que caracterizaria práticas que não está por fora do Estado, mas que estão incluídas nele.

O caráter privado do uso da força contratada é legitimada pelas permissões e colaborações entre esta e a força pública. Mediante esta permissão que se faz efetiva nas práticas, e não nos alvarás, podemos entender a mediação pela qual o Estado se manifesta fora da racionalidade oficial (Das 2007). Todos os agentes da relação Segurança privada, clientes, estado e *suspeitos*, "normalizam" as autoridades privadas informais se sujeitando, a maior parte das vezes, às dinâmicas dos guardas ou das empresas. Ocasionalmente, o Estado lembra a estas empresas e guardas que se eles agem é porque ele lhes dá permissão, fechando, fiscalizando e controlando empresas e guardas. Porém, no cotidiano, na dinâmica de proteção e do serviço de segurança privada, o Estado não parece ter muita influência. Com o Paulo pude entender que, mesmo que as empresas possam ser questionadas ou fiscalizadas, isso significa uma notificação e intimação para elas se afiliarem segundo os requisitos da Polícia Federal e se regularizarem. Mesmo se o problema é com o agir ultrapassado de uma agência, isso

costuma se resolver trocando de guardas, de tal forma que a segurança privada permaneça garantindo o cuidado daqueles que a contrataram e dessa forma mantendo sua presença cada vez mais protagonista.

Me parece interessante refletir que existe uma justificativa para a segurança privada, tácita, não explícita, e não falada nem questionada porque precisamente provém da ordem social e não da ordem jurídica ou da ordem pública.

A qualidade de "normalização" dos serviços da segurança privada, que se fortalece com antecedentes históricos, também devêm de valores associados com uma ideia ideal de cidadão. A maior parte dos argumentos dos guardas e dos moradores, assim como a retórica sobre a "crise" de segurança apontam um elemento que acho crucial para entender a centralidade da segurança privada. Este elemento é a defesa, ou melhor, a ideia da "legítima defesa", que valida, entre linhas, essa ideia ideal de cidadão.

Para Santos (2012) há uma narrativa sobre a legítima defesa que está sexualizada e baseada em estereótipos sobre os "cidadãos de bem", segundo ela, nesta narrativa:

... requer masculinidades virtuosas ("cidadãos de bem") que utilizem a força apenas relutantemente, quando sob ataque ("ele vai invadir sua casa"), e contra "bandidos" sempre que estiverem reunidas razões justas ("ele vai invadir sua casa, estuprar sua mulher, seu filho"). Segundo estes discursos, os "cidadãos de bem" são "bons pais, chefes e maridos", para os quais é importante proteger as suas famílias e propriedades e fazer face aos "bandidos". Neste sentido, a vontade de estarem armados e de terem a possibilidade de se defenderem é apresentada como um sinal de coragem, heroicidade, moralidade e respeito pela lei e ordem, o que os distingue dos "bandidos", que são associados à recusa das regras e ao prazer pela violência sem sentido. A masculinidade é, assim, central nas duas construções, uma vez que o "cidadão de bem" e o "bandido" são, literalmente, masculinos. (Santos 2012:155).

A Retórica sobre a "crise" de segurança cobra o sentido de justificativa para a permissão das forças privadas, para sua legitimação social. De novo sob esta ideia de defesa está construída como resposta à "crise" de segurança, mas também tem uma construção social particular que é a que assinala Santos (2012): a "cidadania de bem". A legítima defesa é algo entendido a partir desta qualidade de "cidadão de bem", pertencente ativo a uma família (Pai, filho, filha, mãe), trabalhador, com uma visualidade não suspeita, mas sofisticada, proprietário de algum bem que precise ser

protegido e que teme os bandidos. O "cidadão de bem" atual, à diferença dos tempos prévios ao referendo, não agiria ele mesmo, ele paga para ser defendido, para que a violência seja exercida por aqueles que dentro da sociedade ainda tem habilidades que os situam como especialistas na defesa e, provavelmente, também no uso da violência se for necessário.

Esta categoria de "cidadania de bem" é uma categoria do senso comum, porém que parece se basear nas lógicas jurídicas própria do Estado: Quando os guardas relatam que, provavelmente, o único requisito que todos eles têm em comum para agirem como guardas, é mostrar que não têm antecedentes criminais⁴⁶, é a validação do Estado de que a pessoa não é criminoso, e é um cidadão de bem. É a mostra mais grosseira, porém efetiva, desta qualidade, usada pelos guardas para conseguir trabalho ou mostrar a seus clientes sua condição de cidadão de bem. Os clientes, por sua vez, são inscritos nessa cidadania de bem, pelos mesmos guardas devido a que são pessoal tranqüilo, não gosta de bagunça, gente de família, proprietários, com trabalho importante, formados", em consequência, essa cidadania de bem, ideal, é sujeita a ser protegida pela institucionalidade estatal. Contudo, a defesa legítima dessa *cidadania de bem* virou um argumento importante para justificar o contrato de forças privadas que se especializam da "defesa legítima" da propriedade .

E esta ideia foi se construindo social e historicamente. Se nas épocas do Império (De Almeida 2014), a sociedade estava armada e as habilidades de luta e uso da força eram corriqueiros para a defesa e expansão da propriedade sobre as terras, nos tempos do referendo pelo desarmamento a posição a favor do uso das armas virou a posição não oficial de setores "rigorosos" da sociedade (Santos 2016), fazendo com que o uso cidadão da violência seja entendido como algo que não correspondia mais à aqueles "cidadãos de bem". Trata-se de uma transição das forças privadas que visa especializar as tarefas de proteção e o uso da legítima defesa, que se antes podiam serem usados como argumento para o uso das armas, e que agora, são usado, junto com a retórica da crise como argumentos para a contratação de serviços de segurança privada. A legítima

⁴⁶ Quando Regis me comenta sobre os antecedentes penais, o faz falando só de situações excepcionais. Uma delas foi quando teve problemas com um policial da Polícia Civil que morava no bairro e que queria "uma propina". A tensão entre eles fez com que Regis procurasse ajuda do Juiz que mora no Bairro (superior ao policial, segundo a hierarquia de poderes do Regis) e tivesse na guarita papeis como a identidade e a certidão de antecedentes policiais. Outra ocasião em que ele falou que precisou disso, foi para algum trabalho inicial como guarda de eventos. O Betinho, que também falou dos antecedentes, o fez só na primeira vez que ingressou trabalhando como guarda de rua, e ele pede o mesmo a todos os aposentados que emprega.

defesa da propriedade dos "cidadãos de bem", nestes tempos, está imersa nas relações que convidam ao contrato de forças privadas.

O que o decorrer da pesquisa com os guardas deixa ver, é que o suposto monopólio da violência por parte do Estado, é compartilhado, porém, desde as margens, mediante práticas que explicitam uma forma de convivência na qual o legal e o informal entrelaçam-se, sem contradições, por terem objetivos similares: entre eles a defesa da propriedade privada e de uma "cidadania de bem". Estas práticas compartilhadas de policiamentos e monopólio do uso da violência, ficam normalizadas ao não problematizar as desigualdades implícitas nelas, usando a retórica da crise de segurança para justificar a presença de policiamentos privados, que na prática, e segundo as próprias legislações, dedica-se exclusivamente à defesa da propriedade privada. Finalmente, cabe aprofundar nas formas como, na normalização e legitimação do poder dos guardas, o Estado inclui as práticas dos policiamentos privados nas suas próprias tecnologias de poder.

REFERÊNCIAS

- ANDRADES, Maia, Joseli. *A influência do Campus do Vale da UFRGS na urbanização do seu entorno a partir da perspectiva dos moradores do bairro Santa Isabel, Viamão/RS*. 2015. Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015
- ARAUJO, Guimarães Nadya. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. Dossiê Gênero e cuidado. *Cadernos PAGU* (46), janeiro-abril de 2016
- ARAUJO, Maria Clara. "Por uma antropologia trans: descolonização das identidades abjetas", Aula aberta, PPGAS, UFRGS, 12 de maio, 2016
- AYOUB, Dibe. Guardas, jagunços e pistoleiros: narrativas sobre homens de armas em um conflito de terras. In: *Revista Ruris*, volume 9, número 2, setembro, UNICAMP, 2015
- BATIBUGLI, Thais. Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964). Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política, do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006
- BENAVIDES, Maya. *Y tú, De qué raza eres? La construcción social de lo racial desde una visión de los y las universitarios de la ciudad de La Paz*. La Paz: PIEB, 2011
- BERK, Lizzy, Muslim Men: On Love, Nurturance, Care, and Fulfillment, Council on Middle East Studies, The MacMillan Center, Yale University, April 21, 2016, <http://cmes.macmillan.yale.edu/news/muslim-men-love-nurturance-care-and-fulfillment>
- BORDIM, Marcelo. Polícia comunitária: entre a retórica do Estado e a prática cotidiana, *Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina* PUCPR, 2009
- BOUÇAS, Coimbra Cecília Maria. "Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza". Trabalho apresentado em Mesa Redonda: Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza no I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, realizado pela UERJ, em outubro de 2006
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; 2007.

- BRANDÃO, Thiago. *Informalidade: um conceito em busca de uma teoria*. In: *Revista da ABET*, v. 14, n. 2, Julho a Dezembro de 2015
- BRETAS, Marcos Luiz e ROSEMBERG, André. "A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas." *Revista Topoi*, v. 14, n. 26, jan/jul. 2013, p. 162-173
- BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia. Bastidores do serviço doméstico* (Tese de Doutorado em Antropologia Social) UFRGS, 2000
- CARVALHO, J. J. . *As Tecnologias de Segurança e a Expansão Metonímica da Violência. Série Antropologia*, Brasília, v. 291, 2000.
- COMAS, D'argemir Dolors. The involvement of men in care. Men's experiences as family caregivers of dependent adults. *Irish Journal of Anthropology*, Vol 19 (1) 2016
- DA CRUZ, Coelho Fernando. *Gestão e modelos legais de segurança privada: um estudo em empresas orgânicas e especializadas*. Dissertação 2011 (Mestrado em Administração) Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2011
- DAS, Veena. *Life and Words: Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- DAS, Veena & POOLE, Deborah. "El Estado y sus márgenes". *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, núm. 8 junio de 2008, GERI-UAM.
- DE ALMEIDA, José Adilson. *Modos de atuação armada do exército brasileiro no império; 1842-1870* Teses (doutorado em História) USP, 2014
- DE VASCONCELOS, Bruno, « Vigilantes eletrônicos no Rio de Janeiro: agenciamentos sociotécnicos e pesquisa em tecnologia », *Configurações* [Online], 8 | 2011, posto online no dia 21 Fevereiro 2013, consultado o 30 Setembro 2016. URL : <http://configuracoes.revues.org/820> ; DOI :10.4000/configuracoes.820
- DO AMARAL, Talitha Mirian, Representações e práticas na atuação da Guarda Municipal de São Gonçalo (RJ): uma análise da administração dos conflitos cotidianos. Trabalho apresentado na *30ª Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.
- DURÃO, Susana. *Patrulha e proximidade: uma etnografia da polícia de Lisboa*. 2006. Teses 2006 (Doutor em Antropologia das Sociedades Complexas), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa Departamento de Antropologia, Lisboa, 2006
- ECKERT, Cornelia, A cidade "com qualidade" Estudo de memória e esquecimento sobre medo e crise na cidade de Porto Alegre, *Sociedade e Cultura*, V. 10, N. 1, JAN./JUN. 2007, P. 61-79

FASSIN, Didier. *Enforcing Order. An Ethnography of Urban Policing*. Polity Press, 2013

- At the heart of the State. The moral world of institutions. Pluto Press. UK. 2015
- “Governar por los Cuerpos, Políticas de Reconocimiento Hacia los Pobres y los Imigrantes”. *Educação*, v. 28, n. 2 (56), Maio/Ago. 2005, p.201-226.
- Vídeo: “Ethnography and Theory with Didier Fassin”. Conversation with History. University of California Television. Publicado em 6 de maio de 2016. <https://www.youtube.com/watch?v=pNsG5wDWmhw>
- Vídeo: "Body and State. Didier Fassin at the New School", New School 2010. Publicado em 16 de fevereiro de 2011. <https://www.youtube.com/watch?v=apxiHPiwpDM>
- *When Bodies Remember. Experiences and politics of AIDS in South Africa*. Berkeley: Los Angeles, University of California Press, 2007

FENAVIST, IV. Estudo do setor da segurança privada, produzido pela Top Marketing Consultores especialmente para a FENAVIST – Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, 2014

FONSECA, Claudia. *Família, Fofoca e Honra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FONSECA, Claudia; JARDIM, Denise; SCHUCH, Patrice; MACHADO, Helena. "Apresentação", *Horizontes Antropológicos. Tecnologias de governo*, ano 22, n. 46, jul/dez. de 2016. Porto Alegre. p.9-34.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População. Curso dado no College de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008

- *Microfísica do poder*. São Paulo: GRAAL, 2011.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.

FRASER, Nancy e GORDON, Linda. *A genealogy of dependency. Tracing a keyword of the U.S. welfare state*. Jstor, 2006.

GELDERLOOS, Peter. *Como a não violência protege o Estado*. Porto Alegre, Deriva, 2011

GOLDSTEIN, Daniel. Toward a Critical Anthropology of Security. *Current Anthropology*, Vol. 51, No. 4 (August 2010), pp. 487-517 University of Chicago Press

- *The Spectacular City: Violence and Performance in Urban Bolivia*. Durham: Duke University Press, 2004

JARDIM, Denise, *De bar em bar: Identidade Masculina e Auto-segregação entre Homens de Classes Populares*. Dissertação 1991 (Mestrado em Antropologia Social), UFRGS, 1991.

KAHN, Túlio. Polícia Comunitária: Pesquisa de Avaliação da experiência no Município de São Paulo. *Revista do Ilanud*, n. 19, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2002.

KANT DE LIMA, Roberto, MISSE, Michel, MIRANDA, Ana Paula Mendes de. *Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia*. BIB. Rio de Janeiro, no. 50, 2o. semestre de 2000. p. 45-123.

KITTAY, Eva Federer. *The Ethics of Care, Dependence and Disability*. *Juris*, Vol. 24, n.º 1, p. 49-58, 2011.

LOPES, Cleber, *O controle da segurança privada no Brasil: um estudo das condições que geram controle de acordo com o interesse público*. Teses 2012 (Doutorado em Ciência Política) USP, 2012

LOPEZ A., JEMIO, R. E CHUQUIMIA, E. *Jailones. En torno a la identidad cultural de los jóvenes de la elite paceña*, PIEB, La Paz, 2003

LYNTERIS, Christos « The State as a Social Relation », *Anthropology & Materialism* [Online], 1 | 2013, Online since 15 October 2013, connection on 30 September 2016. URL : <http://am.revues.org/291> ;DOI : 10.4000/am.291

LYON, D. (2001), *Surveillance Society: Monitoring Everyday Life*, Oxford: Open University Press.

MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. (Tese Doutor em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul 2011

MINISTERIO DE JUSTICIA: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/06/rio-grande-do-sul-inaurura-centro-integrado-de-comando-e-controle>.

MOL, Annemarie. *The Logic of Care: Health and the Problem of Patient Choice*. New York: Routledge, 2008.

MOL, A., MOSER, I. e POLS, J (Org). *Care in Practice: on Tinkering in Clinics, Homes and Farms*. Verlag: Transcript, 2010, p. 215-234

MOURA, Helena. *Deficiência e práticas de cuidado. Uma etnografia sobre “problemas de cabeça” em um bairro popular*, Dissertação 2016 (Mestrado em antropologia social)UFRGS, 2016

MURÃO, Kanashiro Marta. *Sorria, você está sendo filmado: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo*. Dissertação 2006 (Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas. 2006

NAGUIB, Nefissa. *Nurturing Masculinities Men, Food, and Family in Contemporary Egypt*. University of Texas press. 2016

- "Research has neglected the caring Arab man". Entrevista, Lorenz Khazaleh, Publicada em Fevereiro, 3, 2016 9:57 AM - última modificação Setembro. 21, 2016 11:11 AM, <http://www.sv.uio.no/sai/english/research/news-and-events/news/2016/the-caring-arab-man.html>

OLIVEN, Ruben George. *Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1982

PACHECO DE OLIVEIRA, João. "Uma guerra sem fim: a retórica da "pacificação" e práticas institucionalizadas de produção da desigualdade". In: *Pacificar o Brasil. das guerras justas às UPPs*. São Paulo, Editorial Alameda, 2017

PASTORE, Ana. Guardas Universitários(as) da USP. Uma antropóloga em meio a eles(as), à reitoria e à comunidade: emoções, discursos, práticas profissionais e institucionais, Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB. GT. 26: Emoções, Política e Trabalho no Mundo Contemporâneo. 2016

PASSETTI, Edson. Fluxos libertários e segurança. Em: Revista *VERVE*, 20, págs. 49-78. NU-SOL, PUC-SP, 2011

POSSAMAI, Paulo César [Organizador]. *Gente de guerra e fronteira: Estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Ed. da UFPel, 2010.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE e GOVERNO ESTADUAL DE RIO GRANDE DO SUL (GERS, 2017)

REZENDE, Adriana. *Abrindo e fechando celas: Narrativas, experiências e identidades de agentes de segurança penitenciária femininas*, (Dissertação Mestrado em Antropologia social) USP, 2012

SANTOS, Rita, « "Cidadãos de bem" com armas: Representações sexuadas de violência armada, (in)segurança e legítima defesa no Brasil », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 96 | 2012, colocado online no dia 15 Fevereiro 2013, criado a 30 Setembro 2016. URL : <http://rccs.revues.org/4851> ; DOI : 10.4000/rccs.4851

SCHUCH, Patrice. "Antropologia Pública: a ética da inquietude no trabalho de Didier Fassin". In: DINIZ, Débora. *Didier Fassin. Entrevistado por Débora Diniz*. RJ, Ed. UERJ, 2016.

SHOSHAN, "Más allá de la empatía: la escritura etnográfica de lo desagradable." Em: *Nueva Antropología* XXVIII (83): 147-162. 2016 SINDESPRS - <http://www.sindesprs.com.br/escolas-de-formacao>.
<http://www.sindesprs.com.br/empresas-vigilancia-dpf>

SKOLNICK, J.H.; BAYLEY, D.H. *Policiamento Comunitário*. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da USP, 2002.

TOLEDO, Martins e DA SILVA, Palma Janaina, Percepção de risco e o consumo de bens de segurança privada, trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

TREVISAN, Elisa; FIRMINHO, Rodrigo & DE MOURA, Almir. Olhos de vidro: observando os observadores no monitoramento de espaços públicos em Curitiba, Brasil. *Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina*, Curitiba, PUCPR 2009

WHITEHEAD, Neil, "Introduction: Cultures, Conflicts, and the Poetics of Violent Practice", en N. L. whitehead (ed.), *Violence*, Santa Fe, School of American Research Press, pp. 3-24. 2004

- Rethinking Anthropology of violence, *Anthropology Today*, Vol 20, No 5, 2004a

WALTHER, Maria Eva. Caring agents: How Slovak job agencies sell care work abroad. *Irish Journal of Anthropology*, Vol 19 (1) 2016

WOODWARD, Kathleen. Um segredo público: o viver assistido, cuidadores, globalização. Dossiê gênero e cuidado *cadernos PAGU* (46), janeiro-abril de 2016

YAPU, Mario. (coordenador) Modernidad y pensamiento descolonizador. *Memoria del Seminario Internacional*. Instituto Francés de Estudios Andinos, Universidad PIEB, La Paz, 2006

ZANETIC, André. *A relação entre as polícias e a segurança privada nas práticas de prevenção e controle do crime: impactos na segurança pública e transformações contemporâneas no policiamento*. Teses (Doutorado em ciências políticas), USP, 2010.

ZURAWSKI, Nils "I Know Where You Live!" – Aspects of Watching, Surveillance and Social Control in a Conflict Zone (Northern Ireland). *Surveillance & Society* 'People Watching People' (ed. Wood). 2005

Referências jornais e sites on-line:

VIGILANTES: petição pública e abaixo assinado para mudar o nome da categoria dos vigilantes: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR93371> site abaixo assinado

PLANALTO, Decreto lei 1034. em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1034.htm, 1969

- Decreto lei 7102: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7102.htm, 1983

- Decreto lei 12527: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46, 2011

-Decreto lei 8159: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm, 1991

- <http://www.brasil.gov.br/esporte/2014/06/investimentos-em-seguranca-mostram-resultado-em-porto-alegre>

- <http://www.brasil.gov.br/esporte/2014/06/especial-brasil-investiu-r-1-9-bilhao-em-seguranca-para-copa-2014>

Correio do Povo, 19 de janeiro de 2017

<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/polícia/noticia/2016/05/estudante-de-enfermagem-morre-depois-de-ser-baleado-em-assalto-5791457.html>

Diario Gaúcho, 02 de maio de 2016

<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/polícia/noticia/2016/05/estudante-de-enfermagem-morre-depois-de-ser-baleado-em-assalto-5791457.html>

Sul 21, 19 de setembro de 2016

<http://www.sul21.com.br/jornal/porto-alegre-esta-entre-as-10-cidades-mais-violentas-do-mundo-em-ranking-de-criminalidade/>.

Correio do povo,5 de fevereiro de 2016

Zero Hora,5 de abril de 2016

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/04/mp-faz-ofensiva-contr-a-empresa-de-seguranca-suspeita-de-tortura-em-pelotas-5754679.html>

VÍTIMAS NO BAIRRO PETRÓPOLIS, JARDIM BOTÂNICO, BELA VISTA E ARREDORES, página de Facebook, <https://www.facebook.com/violenciapetropolis/>